



COLEÇÃO  
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



# POLÍTICAS PÚBLICAS

## *Caleidoscópico Temático!*

---

ELÓI MARTINS SENHORAS  
CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS  
*(organizadores)*



# **POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Caleidoscópico temático!*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR



Reitor  
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor  
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação  
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR  
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev  
Edlauva Oliveira dos Santos  
Cássio Sanguini Sérgio  
Guido Nunes Lopes  
Gustavo Vargas Cohen  
Lourival Novais Neto  
Luís Felipe Paes de Almeida  
Marisa Barbosa Araújo Luna  
Rileuda de Sena Rebouças  
Silvana Túlio Fortes  
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos  
Wagner da Silva Dias



Editora da Universidade Federal de Roraima  
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,  
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil  
Fone: +55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



# **POLÍTICAS PÚBLICAS**

## ***Caleidoscópico Temático!***

---

**ELÓI MARTINS SENHORAS**  
**CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS**  
*(organizadores)*



BOA VISTA/RR  
2019

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

## EXPEDIENTE

### Revisão

Ana Clara Carvalho Bernardes

### Capa

Berto Batalha Machado Carvalho  
Elói Martins Senhoras

### Projeto Gráfico e

### Diagramação

Berto Batalha Machado Carvalho  
Cândida Alzira B. M. Senhoras

### Organizadores da Coleção

Elói Martins Senhoras  
Maurício Zouein

### Conselho Editorial

Charles Pennaforte  
Claudete de Castro Silva Vitte  
Elói Martins Senhoras  
Maurício Elias Zouein  
Sandra Gomes  
Sônia Costa Padilha

---

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

P 769 SENHORAS, Cândida Alzira Bentes de Magalhães; SENHORAS, Elói Martins.

Políticas Públicas: Caleidoscópio Temático. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, 207 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 45. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-208-5

1- Brasil. 2 - Estudo de Caso. 3 - Política Pública. 4 - Roraima.

I - Título. II - Senhoras, Cândida Alzira Bentes de Magalhães. III - Série

CDU – 364.01

---

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

## EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

*Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein*  
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1   Políticas Públicas para Diversidade Social	17
CAPÍTULO 2   Políticas Públicas Indigenistas	37
CAPÍTULO 3   Políticas Públicas Ambientais	57
CAPÍTULO 4   Políticas Público-Privadas de Educação	79
CAPÍTULO 5   Políticas Públicas Migratórias e de Refúgio	115
CAPÍTULO 6   Políticas Públicas de Securitização Multidimensional	131
CAPÍTULO 7   Políticas Públicas Subnacionais	147
CAPÍTULO 8   Políticas Público-Privadas de Natureza Econômica	171
AUTORES	197





*Em um mundo cada vez mais permeado pela complexidade as políticas públicas deixam de ser apenas realizações governamentais, materializando-se como um caleidoscópio temático de diferenciados temas e distintos atores que repercutem na res pública*

Elói Martins Senhoras  
Cândida Alzira B. M. Senhoras



# **APRESENTAÇÃO**

---



## APRESENTAÇÃO

A obra “Políticas Públicas: Caleidoscópico Temático!” trata-se de um livro de coletânea de diferentes contribuições científicas apresentadas no II Seminário de Políticas Públicas de Roraima, realizado no primeiro semestre do ano de 2019 no município de Boa Vista (RR).

O presente evento explorou as políticas públicas a partir de uma concepção sistêmica e multisetorializada, teórica, histórica e empírica, sendo conformado por um amplo público composto desde estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais do setor público e demais interessados na temática.

Neste livro, os artigos consolidam um espaço de comunicação de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento que integraram durante o II Seminário de Políticas Públicas de Roraima a comunidade epistêmica na área e de certo modo contribuem como uma iniciativa inicial para o fortalecimento do campo da investigação em políticas públicas no estado.

Constituído por 58 resumos expandidos, apresentados oralmente no II Seminário de Políticas Públicas de Roraima, o presente livro foi estruturado em 8 capítulos temáticos que correspondem aos núcleos de convergência aglutinadora das diferentes pesquisas apresentadas, respectivamente identificados por:

1. Políticas Públicas para Diversidade Social;
2. Políticas Públicas Indigenistas;
3. Políticas Públicas Ambientais;
4. Políticas Público-Privadas de Educação;
5. Políticas Públicas Migratórias e de Refúgio;
6. Políticas Públicas de Securitização Multidimensional;
7. Políticas Públicas Subnacionais; e,
8. Políticas Público-Privadas de Natureza Econômica

No primeiro capítulo, “Políticas Públicas para Diversidade Social”, foram apresentados 7 trabalhos que versam sobre diferentes agendas temáticas nacionais e internacionais sobre direitos de terceira geração relacionadas ao gênero, à comunidade LGBT, a idosos, autistas, bem como, crianças e adolescentes.

No segundo capítulo, “Políticas Públicas Indigenistas”, o livro apresenta 5 trabalhos que abordam de modo convergente a temática indígena no estado de Roraima, por meio da apresentação de discussões variadas com repercussão no etnodesenvolvimento dentro e fora das comunidades indígenas.

No terceiro capítulo, “Políticas Públicas Ambientais”, as pesquisas expostas no livro abordam a temática de educação ambiental no Brasil, bem como sobre as agendas educação ambiental, resíduos sólidos e cemitérios, partindo de um enfoque empírico para os estudos de caso no estado de Roraima.

No quarto capítulo, “Políticas Público-Privadas de Educação”, 8 textos foram apresentados, de modo que 1 deles versou sobre uma problemática ideológica na agenda do presidente Bolsonaro, enquanto os demais 7 pesquisas abordaram estudos de caso de temas específicos em Boa Vista, Roraima, no Brasil e na China.

As contribuições sobre políticas públicas presentes nos 58 textos distribuídos nos 8 capítulos do presente livro foram elaboradas por um total de 91 autores, os quais na sua maioria estruturaram suas pesquisas em um sistema de co-autoria (80,2%) e com uma majoritária presença de pesquisadoras do gênero feminino (60,4%).

Um universo de 99 textos foi submetido para o II Seminário de Políticas Públicas de Roraima, resultando em uma taxa de reprovação de 41,4%. Os 58 textos apresentados neste livro foram aprovados na seleção feita por um sistema de avaliação do tipo *blind review* por 12 professores da Comissão Científica, oriundos de instituições de ensino superior de Roraima públicas (UFRR, UERR e IFRR) e privadas (Cathedral, Estácio Atual, FACETEN, FARES, UNAMA e UNIP).

A origem dos pesquisadores cujos textos estão expostos neste livro é concentradamente pela presença de professores, estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes Instituições de Ensino Superior de Roraima, contando inclusive com a participação de pesquisadores oriundos de distintos países latino-americanos.

As discussões e resultados apresentados no presente livro apontam não apenas a abertura para discussões sobre políticas públicas, a partir de pesquisadores roraimenses nativos ou não, mas principalmente abre uma importante janela de oportunidades para a consolidação de um campo dialógico e para uma comunidade epistêmica no campo de Políticas Públicas no estado.

Em nome dos organizadores do II Seminário de Políticas Públicas de Roraima, desdobramos o ensejo para que esta obra seja amplamente utilizada pelo público leigo ou especializado no âmbito das políticas públicas. Boa leitura!

*Elói Martins Senhoras*

*Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras*

(organizadores do livro)





# **CAPÍTULO 1**

---

*Políticas Públicas para Diversidade Social*



## UMA ANÁLISE SOBRE OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO BRASIL

*João Victor da Costa Alecrim; José Victor da Costa Alecrim Neto;  
Giovani Calerri dos Santos Pena Júnior; Andre Pereira Triani*

A população idosa é crescente visto a busca pela melhoria da saúde e qualidade de vida. O aspecto legal do desenvolvimento de políticas públicas de cuidado ao idoso no Brasil está referente e contextualizado em assuntos que delinham o bem-estar para a pessoa idosa. A implementação de políticas públicas para pessoas idosas no Brasil, data de janeiro de 1994, com a implantação do modelo neoliberal, cuja repercussão foi a adesão ao Consenso de Washington.

Através de marcos históricos, a evolução das políticas públicas com referência aos aspectos socioeconômicos de saúde e previdenciário vem se consolidando para a implementação, organização e gestão de políticas públicas que atendam ao envelhecimento populacional contemporâneo. Esse trabalho tem como objetivo analisar o marco históricos das políticas públicas para pessoas idosas entre 1974 a 1999.

A metodologia adotada foi uma revisão da literatura sobre o assunto. Em 1974 foi criada a Renda Mensal Vitalícia, através do então Instituto Nacional de Previdência Social, e de decretos, leis, portarias, referentes, principalmente, à aposentadoria. Em 1977 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social para unificar a assistência previdenciária.

Em 1982 foi feita a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (ONU), em Viena, que traçou as diretrizes do Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento, publicado em Nova York em 1983. Esse Plano de Ação objetivou sensibilizar os governos e sociedades do mundo todo para a necessidade de direcionar políticas públicas voltadas para os idosos,

bem como alertar para o desenvolvimento de estudos futuros sobre os aspectos do envelhecimento.

Em 1986 foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde que propôs a elaboração de uma política global de assistência à população idosa. 1988 foi promulgada a Constituição Cidadã – Constituição Federal, que destacou no texto constitucional a referência ao idoso. Essa foi, a primeira vez em que uma constituição brasileira garantiu ao idoso o direito à vida e à cidadania: A família, a sociedade e o Estado têm o encargo de dar assistência as pessoas idosas, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida.

Em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social que garantiu à Assistência Social o status de política pública de seguridade social, direito ao cidadão e dever do Estado. Em 1994 foi aprovada a lei que estabelece a Política Nacional do Idoso, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 1.948/96.6, e cria o Conselho Nacional do Idoso. Essa Lei tem por finalidade assegurar direitos sociais que garantam a promoção da autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade, de modo a exercer sua cidadania.

Estipula o limite de 60 anos e mais, de idade, para uma pessoa ser considerada idosa. Como parte das estratégias e diretrizes dessa política, destaca-se a descentralização de suas ações envolvendo estados e municípios, em parceria com entidades governamentais e não governamentais. A Lei em discussão rege-se por determinados princípios, tais como: assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, com a família, a sociedade e o Estado os responsáveis em garantir sua participação na comunidade, defender sua dignidade, bem-estar e direito à vida.

O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade de forma geral e o idoso não deve sofrer discriminação de nenhuma natureza, bem como deve ser o principal agente e o destinatário das transformações indicadas por essa política. E, por fim, cabe aos poderes públicos e à

sociedade em geral a aplicação dessa lei, considerando as diferenças econômicas e sociais, além das regionais.

Em 1999 foi implantada a Política Nacional da Saúde do Idoso pela Portaria que estabelece as diretrizes essenciais que norteiam a definição ou a redefinição dos programas, planos, projetos e atividades do setor na atenção integral às pessoas em processo de envelhecimento e à população idosa.

Essas diretrizes são: a promoção do envelhecimento saudável, a prevenção de doenças, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde dos idosos, à reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais, e o apoio aos estudos e pesquisas.

E ainda, tem a finalidade de assegurar aos idosos sua permanência no meio e na sociedade em que vivem desempenhando suas atividades de modo independente. Conclui-se que ao longo dos anos, as políticas públicas no mundo todo foram discutidas, implementadas e elaboradas para a população idosa, por causas e interesses sociais, econômicos e de saúde do Governo Federal, de instituições públicas e privadas.

**Palavras-chave:** Brasil; idosos; políticas públicas.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO BRASIL: MARCOS HISTÓRICOS ENTRE 2002 E 2006**

*Joao Victor da Costa Alecrim; José Victor da Costa Alecrim Neto;  
Giovani Calerri dos Santos Pena Júnior; Andre Pereira Triani*

Política Pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. A população de idosos vem crescendo em grande escala, visto que a atenção ao envelhecimento ativo e saudável vem sido incentivado. As políticas públicas voltadas aos idosos tem mostrado importante participação nesse aumento da vida dos idosos. Esse estudo tem como objetivo analisar e explanar as políticas públicas voltadas ao idoso entre 2002 e 2006.

Foi realizado uma leitura da bibliografia que trata do assunto para escrever o presente resumo. Em 2002, foi realizada a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento em Madrid – Plano Internacional do Envelhecimento – que tinha o objetivo de servir de orientação às medidas normativas sobre o envelhecimento no século XXI. Esperava-se alto impacto desse plano nas políticas e programas dirigidos aos idosos, principalmente, nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Dessa feita, ele foi fundamentado em três princípios básicos: Participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento, na força de trabalho e na erradicação da pobreza; Promoção da saúde e bem-estar na velhice; e Criação de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento. Já em 2003 foi realizada a Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento da América Latina e Caribe, no Chile, na qual foram elaboradas as estratégias regionais para implantar as metas e objetivos acordados em Madrid.

Foi recomendado aos países que, de acordo com suas realidades nacionais, propiciassem condições que favorecessem um envelhecimento individual e coletivo com seguridade e dignidade. Na área da saúde, a meta geral foi oferecer acesso aos serviços de saúde integrais e adequados à

necessidade do idoso, de forma a garantir melhor qualidade de vida com manutenção da funcionalidade e da autonomia. Ainda em 2003 no Brasil, entra em vigor a Lei nº 10.741, que aprova o Estatuto do Idoso destinado a regular os direitos assegurados aos idosos.

Esse é um dos principais instrumentos de direito do idoso. Sua aprovação representou um passo importante da legislação brasileira no contexto de sua adequação às orientações do Plano de Madri. Em 2006 foi realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, na qual foram aprovadas diversas deliberações, divididas em eixos temáticos, que visou garantir e ampliar os direitos da pessoa idosa e construir a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

No Brasil, nas últimas décadas, estão sendo discutidas sobre o processo de envelhecimento as mudanças sociais, econômicas, políticas e de saúde para esta população, porém ainda não são bem claras, nem pela sociedade e nem pelas instituições governamentais públicas e privadas, quanto à efetividade das ações e às demandas emergentes da população idosa. Quanto às questões de normatização legal, que dizem respeito ao envelhecimento, os idosos estão protegidos, mesmo que algumas diretrizes e suas implementações estejam de forma incompleta.

Os poderes públicos, gestores e a sociedade em geral devem acompanhar a aplicabilidade das políticas públicas para a pessoa idosa, considerando-se as diferenças econômicas, regionais, sociais e educacionais que abarcam especificidades. As políticas públicas para a pessoa idosa ainda é um desafio quanto à execução dos serviços e demandas especializadas que a população idosa requer. O aumento do envelhecimento populacional é uma realidade, e diferenças regionais, mundiais e federais quanto aos recursos é desafio que as políticas públicas e gestores enfrentam para a melhor atenção da pessoa idosa.

**Palavras-chave:** Brasil; idosos; políticas públicas.



## **ARQUITETURA, URBANISMO E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: PERSPECTIVAS DE UMA CIDADE INCLUSIVA**

*Tamara Moura Chaveco; Nikson Dias de Oliveira;*

*Paulo Alves Bezerra Segundo*

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição de saúde caracterizada pelas dificuldades de comunicação, comportamento e interação social; não há apenas uma forma de autismo, mas várias nuances, que constituem desafios específicos para cada indivíduo. O Centro de Controle de Doenças e Prevenção - CDC (na sigla em inglês: *Center of Diseases Control and Prevention*) divulgou, em 2018, a atualização dos números de prevalência de autismo nos Estados Unidos: 1 para cada 59 crianças, uma relação que aumenta a cada novo estudo.

De forma genérica, os autistas possuem uma percepção diferenciada dos espaços ao seu redor e, por este motivo, qualquer fator de desordem, como calçadas que não se comunicam, sistema viário desconexo, ou condições desfavoráveis de conforto – térmico, luminoso e sonoro – podem acarretar em confusão mental ou regressão em tratamentos. O presente trabalho parte de estudos propostos durante a disciplina de Planejamento Urbano e Regional I do 6º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima.

Destarte, pretende-se investigar, sob a ótica da arquitetura e do urbanismo, quais são as políticas públicas no Brasil destinadas a pessoas com transtorno do espectro autista, e estabelecer considerações a respeito do planejamento de espaços inclusivos e acessíveis para este segmento populacional. O processo metodológico foi efetivado por meio de pesquisa bibliográfica e documental-legal, com destaque ao levantamento de diretrizes de normas, planos e legislações em vigor.

Os resultados da pesquisa revelam primeiramente que não há estudos de prevalência de autismo no Brasil, isto é, a contabilização de casos de TEA por nascimento. Sabe-se que o único trabalho realizado foi

um estudo-piloto, em 2011, num bairro da cidade de Atibaia no interior de São Paulo, que resultou em 1 autista para cada 367 crianças. É possível apenas estimar que o país pode ter aproximadamente 2 milhões de pessoas com autismo, baseado em estimativas globais da Organização das Nações Unidas - ONU de 1% da população ser autista.

Apesar do grande número, somente em 2012 foi sancionada no Brasil a lei 12.764, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista", fazendo com que passem a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país. Em 2015, o Brasil, juntamente com outros 192 países, comprometeu-se em adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável até 2030, formada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Neste contexto, o objetivo 11, conhecido como ODS urbano, versa sobre tornar as cidades e os assentamentos humanos espaços inclusivos e seguros. Em uma análise sobre a implementação de tais metas, verifica-se que não há, até o presente momento, políticas públicas nacionais destinadas às pessoas com transtorno do espectro autista nos âmbitos arquitetônico e urbanístico. De fato, pouco se é postulado sobre o planejamento de espaços associado à psicologia ambiental.

O assunto é tangenciado pela Norma Brasileira Regulamentadora - NBR 9050/2015 ao abordar os princípios do desenho universal, defendendo, dentre outros, o uso simples e intuitivo, ou seja, projetar ambientes de modo que seu uso seja de fácil compreensão, dispensando conhecimentos prévios, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte do usuário. Em relação aos locais de acolhimento, atenta-se para o fato de que as instituições atuais trabalham exclusivamente sobre a metodologia do tratamento, sendo a questão espacial raramente levantada.

A humanização destes ambientes internos pode ser alcançada com o uso de ventilação e iluminação natural, além de emprego do paisagismo e controle de ruídos externos. Pesquisadores também destacam a importância da diferenciação de materiais – que provocam sensações diferentes no campo visual e tátil – a fim de definir claramente

os usos. De maneira geral, os espaços projetados para autistas devem ser dotados de estrutura flexível, possibilitando a assistência a todos os indivíduos de acordo com suas necessidades.

É perceptível a necessidade de se avançar em pesquisas voltadas ao transtorno do espectro autista, a começar pelos estudos de prevalência do autismo, fundamentais para a formulação de políticas públicas eficientes. A completa ausência de ações e programas desenvolvidos pelo governo para que sejam garantidos os direitos das pessoas com TEA de fazer parte do processo coletivo de construção das cidades indica uma área única a ser explorada.

Logo, para o profissional de Arquitetura e Urbanismo, vale buscar entender como os autistas percebem os espaços, como os ambientes se comunicam, a importância do fator organizacional, como a iluminação pode afetar o comportamento, como o excesso de ruído pode agredir e como as cores se comunicam; são elementos que fomentam a criação de cidades inclusivas, que contemplem todos seus cidadãos.

**Palavras-chave:** Arquitetura; autismo, inclusão; políticas públicas; urbanismo.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL: CASO DO BENIN E DO BRASIL (2011-2016)**

*Jocelyne Eni Olo; Rony Coffi Cedric Gbedo*

O presente trabalho se propõe a fazer um panorama das principais políticas públicas do UNICEF que dizem respeito ao trabalho infantil, trazendo uma comparação entre as realidades do trabalho infantil no Benin e no Brasil. Todavia, o foco da pesquisa será voltado às principais causas que levam a esse fenômeno, a fim de uma análise ampla dos impactos nas sociedades brasileira e beninense.

O trabalho infantil pode ser entendido como o emprego de crianças em atividades que as priva de sua infância, impedindo-as de frequentarem as escolas e prejudicando-as moralmente, socialmente, fisicamente e mentalmente. Em vista disso, é notável a importância de tal assunto, razão pela qual foi escolhido para ser o objeto desta pesquisa. A exploração econômica das crianças é um flagelo que progrediu em ambos os países.

Nas últimas décadas o trabalho infantil tem evoluído no Benin sob o Governo do ex-Presidente Boni Yayi e isso tem afetado negativamente a taxa de alfabetização nacional, e conseqüentemente a produção de conhecimento. No Brasil, o fenômeno afeta na maioria crianças negras do Nordeste. Para a maioria, a pobreza é reconhecida como a fonte deste fenômeno.

A identificação das principais causas é de extrema importância para a criação de políticas públicas efetivas pela UNICEF na luta contra este fenômeno que vem crescendo nas últimas décadas. O objetivo deste trabalho, então, é analisar as causas principais, fontes deste problema social, para melhor entender as políticas adotadas pela UNICEF no combate contra este fenômeno.

Pior do que no Brasil, o Benin tem dificuldades políticas e econômicas em lutar contra este fenômeno que vem crescendo como

observado nas últimas décadas. Portanto, faz-se necessário também uma análise dos desafios às políticas nacionais de ambos os países (Benin e Brasil) e às políticas adotadas pelo UNICEF.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esse trabalho baseia-se em estudo comparativo entre o Brasil e o Benin; usando matérias provenientes de artigos em sites oficiais por meio de abordagem quantitativa. Como resultados, verificou-se que o Benin e o Brasil têm instaurado políticas públicas no intuito de combater a exploração das crianças facilitando a incorporação das políticas públicas criadas pela UNICEF nos seus respectivos territórios.

Todavia, é importante sublinhar que apesar destas políticas, a exploração infantil cresceu consideravelmente no Benin por falta de recursos humanos e econômicos adequados. Conclui-se que a ocorrência da exploração do trabalho infantil é um fenômeno que vem crescendo cada vez mais na sociedade moderna. Tanto no Brasil quanto no Benin, as estatísticas sobre trabalho infantil são assustadoras.

Apesar dos esforços do Unicef e do governo para combatê-lo, a prática ainda perdura. O número de crianças e adolescentes que têm se encontrado em situação de exploração, tanto na zona urbana como na zona rural ambos os países, aumentou consideravelmente. Isso se explica pelo fato de que a pobreza, o baixo nível de escolaridade dos pais, o êxodo rural, a tradição e o baixo custo do trabalho infantil persistem nos países.

**Palavras-chave:** Benin; Brasil; organização internacional; trabalho infantil; políticas públicas; UNICEF.

## A INTERMEDIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ATRAVÉS DO OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

*Gabriel Italo Fernandes Pinheiro*

Durante a 10ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, em Quito (2007), os Estados membros da CEPAL, como uma manobra de erradicar a exclusão estrutural da mulher e instaurar a democracia, solicitou a constituição do observatório sobre a igualdade de gênero.

A secretaria do Observatório é comandada pela CEPAL, por meio da Divisão de Assuntos de Gênero, e junto com as Nações Unidas, Mecanismos para o Avanço das Mulheres e Institutos Nacionais de Estatística, colaboram esforços para o combate da desigualdade de gênero e implementação de políticas públicas a respeito.

O presente trabalho investiga a intermediação de políticas públicas através do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. Procura-se entender o impacto que a desigualdade de gênero causa em um país e quais medidas tomadas se tornam eficazes contra a erradicação da mesma.

A partir disso, compreende-se como as políticas públicas formuladas através dos fóruns, busca, com apoio governamental e não governamental, a intervenção para o desenvolvimento do país alvo. Justifica-se pela necessidade de entender os problemas causados pela desigualdade de gênero e desigualdade em geral, de alguns países carentes de políticas públicas efetivas para seu desenvolvimento.

O estudo referencia-se através de literatura e dados públicos sobre a intermediação do Observatório e sua relação com os países alvo. O Observatório trata-se de uma plataforma que torna visível informações relevantes para a área de relações internacionais e formulação de políticas públicas. É mais que visível a necessidade de intervenção em países que

não avançam no fator de IDH, pois os mesmos acabam violando direitos mínimos necessários para uma boa qualidade de vida.

Sua metodologia dá-se através de revisão bibliográfica – pouco discutida – e dados públicos informados pela CEPAL e Nações Unidas. Informações foram coletadas de sites do próprio Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, do Governo do Brasil, Nações Unidas e redes sociais vinculadas ao programa.

A partir de análise dos dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, é constatado que apesar de algumas conquistas ainda existem atrasos. Dentre as conquistas, na América Latina já há 35% dos países com um ministério de igualdade de gênero ou entidade ministerial que faça essa representação; 20% fizeram a criação de conselhos ou instituições anexas à presidência; 45% tem entidades anexas a um ministério.

Destaca-se durante os resultados, que a presença de mulheres em tomada de decisões é algo primordial para alcançar a igualdade de gênero, já que o homem não pode decidir com clareza por outra mulher e quando o mesmo é feito, causa-se uma sensação de diminuição, o que causa a desigualdade. Apesar do avanço, países como o Brasil continuam entre as maiores taxas de feminicídio e desigualdade, também questões salariais, nos dados do Observatório.

Ainda assim, apesar de má interpretação diante de alguns países, o Observatório continua tentando implementar seus objetivos com razões de erradicar a desigualdade. Mostra-se que países que atingem tal feito, conseguem conviver em mais harmonia e avançam em questões sustentáveis e econômicos.

Políticas públicas são abordadas com a colaboração do governo para que princípios de não-discriminação e igualdade de gênero avancem, tornando assim evitável uma única visão universalista das mulheres e toma-se conta de desigualdades e discriminações por razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, pobreza e condições ligadas ao racismo, homofobia, etc.

Deve-se lembrar que como trata-se de um observatório, o mesmo não atinge diretamente em um Estado, e sim, através de políticas públicas faz a intermediação para suas formulações e aplicações, por meio de dados e estudos confiáveis para consolidar autonomias econômicas, físicas, por tomadas de decisões e inter-relacionais.

Conclui-se que o Observatório é uma ferramenta de política pública essencial no desenvolvimento da democracia e erradicação da desigualdade de gênero, com apoio de atores governamentais e não governamentais, para um fim maior de promover a igualdade. Pensar-se em políticas públicas voltadas para tais assuntos é essencial e vem se mostrando eficaz, mesmo que caminhando devagar, desde o início do século XXI.

**Palavras-chave:** CEPAL; gênero; OIG; organização internacional; política pública.



## **POLÍTICAS PÚBLICAS EUROPEIAS DE COMBATE À LGBTFOBIA: ESTUDO DE CASO D FRAMEWORK EMPLOYMENT DIRECTIVE**

*Nicholas Martins*

A intolerância e preconceito contra pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Intersexuais) em alguns países reflete em legislações e leis mais severas e discriminatórias com esse grupo. Não obstante, cerca de 76 países do globo terrestre possuem uma política anti-LGBTI, sejam elas de proibição de “propaganda Homossexual” ou até pena de morte. Contudo, a proteção de direitos humanos é um dos pilares principais da ordem de diversos países e organizações, incluindo a União Europeia, um órgão supranacional.

Atualmente, intolerância baseada na orientação sexual é equiparada à discriminação por raça ou gênero na União Europeia (EU), sendo, dessa forma, uma lei positivada. Apesar de ser considerada *LGBTI-friendly* (amigável), a EU ainda enfrenta diversos desafios no combate a LGBTfobia, especialmente no que tange o direito ao casamento igualitário, adoção de crianças e uso do plano de saúde e seguro por casais do mesmo sexo;

Esse fato pode ser explicado pelo fato da EU ser formada por uma gama expressiva de países que possuem suas próprias leis baseadas no conceito de família; sendo assim, a falta de um instrumento coercitivo atrasa a efetivação de parte das políticas públicas elaboradas pela organização. Num espectro global e regional, a União Europeia é vista como um *active player* na defesa de direitos LGBTI, seus Estados membros fazem parte da *European Convention on Human Rights (ECHR)*.

Partindo desta afirmação, a justificativa da presente pesquisa fundamenta-se no relatório de 2016 da FRA, Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia, que aponta para o alto índice de pessoas que já se sentiram discriminadas por conta de sua orientação sexual. Dessa

forma, a comparação entre a atuação da UE para proteger os LGBTI e o alto índice de LGBTfobia se torna no dilema da pesquisa.

O objetivo da pesquisa é analisar as medidas e instrumentos da União Europeia de combate à homofobia, como, por exemplo, a proibição, com base legal, de discriminação com base na orientação sexual, presente nos artigos 10 do TFEU e artigo 2 e 3 do TEU, tratados essenciais para o ordenamento jurídico da EU; assim como o *Framework Employment Directive*, adotado em 2000 através do artigo 13 do TEU, dispositivo restrito ao setor de empregos, que proíbe empresas de não contratarem ou demitirem funcionários com a justificativa baseada na orientação sexual.

O *Employment Directive* é o objeto central da pesquisa, uma vez que foi a política pública europeia principal para o combater de LGBTfobia, especialmente dentro de empresas. A metodologia da presente pesquisa tem como base uma análise documental dos relatórios da EU, FRA e outros mecanismos de pesquisa social presentes na União Europeia, bem como o estudo de caso acerca de políticas públicas elaboradas com o intuito de resguardar a comunidade LGBT europeia e a maior conquista dos últimos anos, no âmbito de direitos igualitários, que foi o direito a residência em Estados membros da União Europeia para casais do mesmo sexo.

Dessa maneira, os resultados obtidos através da presente pesquisa demonstram que apesar de EU ser considerada *LGBTI Friendly* e ser engajada na causa, tanto nacional e internacionalmente, a violência dentro da sua área de atuação para com a comunidade continua grande. Através dos resultados apresentados, chega-se à conclusão de que os mecanismos europeus de combate à discriminação de pessoas LGBT são eficazes até certo ponto; uma vez em que os membros da comunidade são “beneficiados” e outros não.

Transsexuais, por exemplo, ainda enfrentam dificuldades como o direito ao uso de nome social; ainda é necessário pontuar que a eficiência de tais políticas públicas é afetada pelo fato de não haver um instrumento coercitivo da união Europeia que induza os seus Estados Nacionais a cumprirem normas de direitos humanos.

Conclui-se, também, que as medidas como o *Framework Employment Direct* e o direito de residência para casais do mesmo sexo foram conquistas pautadas na luta da comunidade civil europeia, mas também foram produzidas por instrumentos normativos europeus, como o Tribunal e Tratados, como o de Amsterdam.

**Palavras-chave:** Framework Employment Direct; Homofobia; LGBT; política pública; União Europeia

## **A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DIVERSIDADE RORAIMA EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA POPULAÇÃO LGBT**

*Marcos Antônio Braga de Freitas*

O objetivo desta comunicação é trazer a experiência do Grupo DiveRRsidade no trabalho de educação em direitos humanos e defesa das políticas públicas a partir da visibilidade e organização do movimento LGBT em Roraima. Outro aspecto relevante na pesquisa é perceber a importância da organização do movimento LGBT na luta pelos seus direitos.

A Associação Roraimense pela Diversidade Sexual – Grupo DiveRRsidade foi criada em 27 de julho de 2003, com o objetivo de lutar pelos direitos das pessoas que possuem orientação sexual diferente da heterossexual, e esse direito passa pelo eixo dos Direitos Humanos e Gênero. Destaca-se que o Grupo DiveRRsidade é a única instituição do Estado de Roraima que há 15 anos consecutivos desenvolve o evento do orgulho LGBT.

Percebe-se que a experiência tem aprimorado o planejamento e a execução, e conseqüentemente os objetivos vêm sendo alcançados na luta pelos seus direitos. Ao longo desses anos vem sendo desenvolvido uma série de atividades educativas, políticas, culturais e sociais, visando politizar e esclarecer a sociedade roraimense sobre a importância do respeito e valorização de gênero e diversidade sexual.

A parceria é uma das estratégias para a implantação do trabalho com instituições governamentais, sociedade civil organizada e universidades no empoderamento da população LGBT, fortalecendo o protagonismo, além do fortalecimento institucional da garantia dos direitos da população LGBT.

Pode-se destacar, também, a experiência com a Universidade Federal de Roraima por meio do Projeto Educação, Direitos Humanos e

Diversidade Cultural em Roraima, nos anos de 2006 a 2009 na educação continuada para os 15 municípios do estado.

A abordagem metodológica é a qualitativa de natureza etnográfica e sócio-histórica, usando a pesquisa bibliográfica e documental (relatórios) da instituição para fins de organização e análise do trabalho investigativo e a própria vivência como militante no movimento social LGBT, além do aporte teórico-metodológico de Ferrari (2007), Gohn (2008, 2010), Piscitelli (2012), Simões (2012), Zambrano e Heilborn (2012). Essa é a pretensão inicial deste trabalho.

O surgimento do Grupo pela Diversidade Sexual em Roraima deu-se numa reunião no dia 11/09/2001 com os ativistas Sebastião Diniz, Sílvia Reis e Sandra Santos, que naquele momento tinham consciência da sua condição de orientação sexual. E assim, nasce a ideia de se criar uma organização para mobilização social dos gays, lésbicas e travestis de Roraima na luta pelos seus direitos.

A Associação Roraimense pela Diversidade Sexual – Grupo DiveRRsidade foi criada oficialmente com personalidade jurídica em 27 de julho de 2003, com o objetivo de lutar pelos direitos das pessoas que possuíam orientação sexual diferente da heterossexual e esse direito passa pelo eixo dos Direitos Humanos, principalmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Grupo DiveRRsidade é a única instituição do Estado de Roraima que há 15 anos consecutivos desenvolve o evento do orgulho LGBT, percebe-se que a experiência tem aprimorado o planejamento e a execução e conseqüentemente os objetivos vêm sendo alcançados. O evento do orgulho LGBT é o momento oportuno para exercitarmos o direito e ações de cidadania neste Estado que historicamente já teve a sua composição de imigrantes de todas nas regiões do Brasil, grupos específicos (indígenas, garimpeiros e outros) que fortalece e desmistifica conceitos trazidos e implantados ideologicamente na sociedade brasileira.

A organização tem-se preocupado em atender e acompanhar os casos e estamos ainda implantando um Programa que venha literalmente certificar esses índices, mas podemos afirmar que com base em nossa vivência que esta sociedade precisa da intervenção efetiva de vários atores

sociais para a consolidação desse direito que é inerente à sobrevivência digna de uma pessoa.

Uma conquista política relevante foi o Núcleo LGBT no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Roraima. Agora é importante a sua expansão para oferecer melhores de trabalho e acompanhar os municípios na implantação das políticas de cidadania e direitos humanos que foram sistematizadas nas conferências estaduais; tornando-se um Núcleo Multidisciplinar de Atendimento à População LGBT.

Destaca-se ao longo desses anos, a criação do Conselho Estadual de Defesa de Direitos da População LGBT de Roraima no ano de 2003, precisando incentivar a criação dos conselhos municipais e ampliar as atividades na esfera estadual. Em Roraima a Lei n° 796, de 30/12/2010 assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviços, quando atendidas nos órgãos da administração pública estadual direta e indireta, e dá outras providências. Não resta dúvida que o Grupo Diversidade tem mostrado resistência e luta em defesa das políticas públicas em defesa da população do LGBT no estado de Roraima.

**Palavras-chave:** DiveRRsidade; LGBT, política pública; Roraima.



## **CAPÍTULO 2**

---

*Políticas Públicas Indigenistas*





## **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO PNAE, DAP, PAA E PNGATI E OS DESAFIOS NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL**

*Giovani de Oliveira*

Este trabalho apresenta informações relacionadas à segurança alimentar e nutricional avaliando a aplicabilidade da política de alimentação escolar, conforme os relatos compartilhados pelos agricultores o modo da produção, comercialização e distribuição de alimentos nas comunidades Olho D'água etnoregião Baixo Cotingo e Napoleão etnoregião Raposa, ambos no município de Normandia-RR tudo relacionado a segurança alimentar dos povos indígenas.

Tais políticas públicas incentiva os indígenas a produzir mais em suas roças, mas nem todos tem acesso a essa política porque a mesma precisa ser esclarecida as dificuldades que muitos indígenas que estão envolvidos nestes trabalhos enfrentam por exemplo os atravessadores que dificultam quando os produtos são levados a capita Boa Vista.

Os desafios que enfrentam hoje com a agricultura sustentável é trabalhar com tecnologia sendo estas alternativas melhorando a vida dos agricultores indígenas que com toda dificuldade será assim menos trabalho braçal para produzir em pequeno espaço uma grande quantidade de alimentos, mas dentro da norma de produção pra viver da agricultura familiar, com isso jovens podem ver oportunidades nesse ramo.

Por este motivo presenciamos outro quadro de buscas de emprego na capital Boa Vista pois a agricultura dos nossos pais não consegue segurar os jovens dentro das comunidades, devido a insuficiência de produtividade. São das principais culturas cultivadas que são: milho, abobora, batatas, pimentas, melancia, hortaliças, não há o uso de agrotóxicos; criações de animais e aves como: suínos, galinhas; recursos naturais como: caças, peixes, frutas.

Por isso que as políticas públicas voltada ao incentivo da produção de alimentos são essenciais nas comunidades indígenas em Roraima que em sua maioria ainda buscam ter acesso a esta política pois poucos

indígenas tem acesso e/ou conhecimento da existência. Os moradores realizam trocas de sementes como: abobora, milho, mandioca entre si e até mesmo para outras comunidades.

Preservam práticas culturais referentes ao consumo de *damurida* (comida feita com carnes de caça, peixe e muitas pimentas), *caxiri* (bebida cozida de batata, mandioca, milho, abobora), *pajuaru* (bebida fermentada feita do beiju de mandioca assado), a troca de alimentos é frequente principalmente também entre comunidades vizinhas.

Com isso os agricultores que estão plantando é quem realizam a entrega de alimento para merenda escolar do qual PNAE propõe, que veem a oportunidade de melhorar na renda, sempre preservando a Mãe terra. PNGATI, no eixo IV propõe que a promoção, a recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, com vistas a valorizar e resgatar as sementes e cultivos tradicionais de cada povo indígena.

Relatos como este é preocupante dos recursos que diminuem e o aumento populacional, o peixe e a caça, tem que ir várias vezes, ir mais longe, não é mais como antigamente, tinha muita caça, não tinha muita gente não comprávamos não, era tudo plantado. Com essa situação, os moradores das comunidades fazem comercialização de alimentos industrializados em cantinas (como são chamados os pequenos comércios) e vendem desde grãos, enlatados, frios para abastecer a comunidade.

A renda para a compra desses alimentos provém dos recursos de programas sociais, e do trabalho assalariado da saúde e educação. As mudanças climáticas também interferem diretamente na produção da comunidade (há tempos específicos para o preparo da roça (verão) plantio (começo da chuva)).

Conclui-se que nas comunidades Olho D'água e Napoleão tem a mesma realidade no que tange da produções de alimentos, mas a escassez dos recursos naturais, mudanças climáticas, aumento populacional influenciam na introdução constante de alimentos industrializados, é necessário adotar medidas educativas que forneçam informações sobre o

consumo de alimentos industrializados e as consequências do consumo para a saúde.

É importante salientar que os indígenas utilizam as trocas de saberes tradicionais no manejo da roça, na troca de sementes e alimentos entre si, fortalecendo a identidade cultural e o convívio coletivo. Portanto, é importante que o Estado assuma seu papel no contexto da Terras Indígenas dando-lhes sua assistência técnica porque por meio das políticas que viabiliza a melhor produção de alimento em quantidade e qualidade.

**Palavras-chave:** agricultura; indígena; política pública; Raposa Serra do Sol; Roraima; Terra Indígena.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO CONTEXTO DA POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAIMA**

*Simone Batista*

O artigo apresenta recorte da pesquisa doutorado da pesquisadora, cuja abordagem qualitativa é de cunho descritivo, com o objetivo de evidenciar a formação de professores indígenas no contexto da Políticas Públicas como materialização do direito a educação diferenciada dos povos indígenas de Roraima.

No Brasil os povos indígenas conquistaram à custa de muita luta o direito a uma educação específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, sinônimo de resistência, garantindo com isso, que a sociedade não indígena reconheça e valorize suas línguas, culturas, costumes e, processos próprios de aprendizagem.

Entendemos a formação dos professores indígenas como importante ferramenta para que direito a educação se materialize, visto que, é um dos principais agentes de transformações nas comunidades. Formar professores indígenas para atuar nas escolas localizadas em terras indígenas é matéria de luta e, uma reivindicação dos povos indígenas, na busca de uma escola indígena diferenciada e de qualidade.

É desejo dos povos indígenas que suas escolas sejam coordenadas por gestores e o ensino realizados por professores indígenas, grandes conhecedores dos contextos socioculturais de seu povo e de suas comunidades.

Os primeiros professores indígenas foram formados na Missão Católica - Escola São José, localizada na vila do Surumu, município de Pacaraima (Reserva Raposa Serra do Sol) no ano de 1972, contudo não era uma ação do poder público, mas sim da igreja católica e, não tinha caráter de formação específica.

Somente anos nos de 1990 tem-se registro do primeiro curso de Magistério Indígena de Roraima (Magistério Parcelado Indígena), ação do

Secretaria de Estado da Educação de Roraima, com início em 1994 para qualificar 470 (quatrocentos e setenta) professores indígenas leigos, uma formação em serviço, ocorrida nos períodos de férias e recesso escolar dos professores.

Com a finalização do curso o sistema estadual levou alguns anos para implementar outro projeto de caráter específico para os indígenas. No biênio 2003/2004 por meio da DIEI/SEED/RR e, em atendimento novamente a reivindicação dos movimentos indígenas, foi elaborado o Projeto *Tamî'kan*, curso de magistério na modalidade normal nível médio, cujo objetivo é de habilitar professores indígenas para atuar nos anos iniciais da educação fundamental das escolas indígenas do estado.

Em 2007 foi criado o Centro Estadual de Formação da Educação de Roraima – CEFORR , unidade desconcentrada administrativa subordinado à Secretaria de Estado da Educação e Desportos (SEED/RR) responsável no Sistema Estadual de Educação por desenvolver as políticas de formação, na atualidade além da Magistério Indígena *Tamî'kan*, desenvolve outras formações em nível médio como: curso normal *Yarapiari* (Passaro Sabiá) específico para etnia *Yanomani*, o magistério *Amokoóisantan* (Velho Sábio) *Ingarikó*, *Makuxi* e *Patamona*, moradores da Região Ingaricó e Serras.

De modo que o estado vem implementando ao longo das últimas décadas várias experiências na área, compreendendo a formação como condição *sine qua non* para o fortalecimento da educação escolar indígena e, como forma de assegurar o direito a educação aos povos indígenas. No ensino superior a Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou o Instituto Insikiran e por meio dele a Licenciatura Intercultural para formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Plena com enfoque intercultural, com três áreas de concentração: Ciências Sociais, Comunicação e Artes e Ciências da Natureza ao longo desses anos teve um ingresso de mais de 600 (seiscentos) estudantes, desde a sua implantação em 2003.

Contudo, não podemos deixar de relatar que o projeto é resultado de um esforço conjunto das organizações indígenas e não dá a universidade. As políticas de formação docente apresentadas são

consequências dos mais de 50 anos de luta das lideranças e organizações, materializando-se a partir da resistência e da pressão política dos movimentos indígenas em nível local, regional e nacional.

Assim, compreendemos que o fortalecimento da educação escolar indígena depende da construção da autonomia intelectual, crítico-reflexiva e, isso perpassa pela formação do professor indígena. Em síntese, faz-se necessário que Roraima com 11% da população indígena e 49% das suas terras demarcadas, continue investindo em políticas de formação, com forma de garantia de direitos, pois ter seus próprios professores é um avento e um direito dos povos, caracterizando-se como processo de construção da consciência política dos povos indígenas, uma prioridade para materialização do direito a educação e dos princípios da diferença, especificidade, bilinguismo e da interculturalidade.

**Palavras-chave:** formação de professores; indígena; política educacional; política pública; Roraima.

## CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS INDÍGENAS EM RORAIMA

*Eliseu Adilson Sandri; Patricia Araujo de Oliveira*

O projeto de construção de um centro de ressocialização para dependentes químicos indígenas intitulado “Minha Maloca Querida” é uma iniciativa que partiu dos povos indígenas de Roraima e que visa atuar em comunidades indígenas da região Leste de Roraima, na busca de promover a ressocialização de dependentes químicos em meio ao tráfico fronteiriço de drogas crescente dos últimos anos.

Conforme relatório da Associação Brasileira de Antropologia de 2017 sobre Roraima, o primeiro motivo que leva os indígenas a serem detidos é o envolvimento com entorpecentes (30,91%), sendo enquadrados nos artigos 12 da Lei 6.368/76 ou no artigo 33 da lei 11.343/07. O segundo motivo que mais leva os indígenas a serem presos (25,45%) são os crimes contemplados no artigo 121 da Constituição de tentativa de homicídio.

A terceira causa mais frequente das prisões (20%), diz respeito aos crimes com conotação sexual de estupro e atentado violento ao pudor. O quarto motivo das detenções é por roubos e furtos (20%) e o restante das prisões de indígenas decorre de acusações por outros crimes (7,27). Esses números sinalizam, mesmo que os problemas apontados que não estão diretamente ligados aos entorpecentes, pode ser causado pelos mesmos.

Ademais, as comunidades indígenas têm sofrido com roubos, furtos, estupros e em especial, o tráfico de drogas. A população indígena vem aumentando consideravelmente de acordo com dados do IBGE, e esse crescimento, por sua vez, tem acarretado em um aumento bastante considerável de problemas de consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas, inclusive entre os mais jovens, saindo do controle dos Tuxauas, provocando uma desestabilização cultural.



Somente com a ativação deste centro de reabilitação e ressocialização psicossocial que será possível preservar a medicina tradicional, o processo de cura através dos Pajés e outras práticas religiosas e espirituais destes povos. A ativação deste centro de reabilitação e ressocialização psicossocial preservará a medicina tradicional e, o processo de cura através dos Pajés e outras práticas religiosas e espirituais destes povos.

O objetivo deste projeto de política pública direcionado à comunidade indígena é implementar uma política pública de atenção à saúde e segurança dos povos indígenas, voltada para os processos de reabilitação e ressocialização de problemas de dependência química e processo de alcoolização nas comunidades indígenas da região Leste de Roraima.

O modelo do projeto que foi criado com as especificidades de atender as populações indígenas da região Leste do estado de Roraima, visa alcançar o maior resultado possível do tratamento psicossocial do indígena de maneira autosustentável. Os recursos para a construção serão custeados através de emenda parlamentar e contará com o apoio de Universidades, Instituições Públicas do setor.

O centro também terá o acompanhamento tanto dos tuxauas através de palestras (conselhos), quanto dos familiares nas elaborações de atividades como: produção de farinha, fabricação de panelas de barro, fabricação de artesanatos, plantio de roça, aulas de línguas maternas, aulas de dança *parixara*, dentre outras atividades.

Todas essas ações só serão possíveis com a interação da família, dos tuxauas de sua comunidade e dos órgãos públicos pertinentes, pois a partir do momento que o indivíduo começar a se sentir útil e amado por todos e principalmente saber que tem uma liderança que ainda acredita, poderá desenvolver mais rápido o processo de ressocialização.

O projeto em questão foi apresentado e aprovado no Ministério da Cidadania em Brasília em maio de 2019, e foi uma iniciativa da aluna indígena Patrícia Oliveira do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran e coordenado pelo Professor Doutor Eliseu Sandri da

Universidade Federal de Roraima em parceria com Organizações Indígenas e órgãos públicos ligados a Saúde Indígena.

O projeto está na fase finalização da planta baixa. A expectativa é de que a execução deste centro se concretize até 2020. Espera-se também, no processo de acolhimento, ofertar cuidado e reinserção social de dependentes químicos, apresentando o máximo de possibilidades possíveis para garantir a concretização desta proposta e o acesso de direitos a esses indígenas de forma autossustentável.

Conclui-se com base nestas discussões que a ausência de políticas específicas de inserção social que garantam os direitos dos detentos no sistema penitenciário são pontos que revelaram o seu impacto sobre a experiência de estar preso e viver recluso, sem dignidade, e com sofrimento psíquico aumentado pela falta de perspectivas de inserção social e reabilitação.

Sendo assim, essa experiência a cada dia ganha mais força com a esperança de ter contribuído com o processo de inserção social, sugerindo que é importante prestar apoio à família dos detentos, bem como oferecer atividades terapêuticas visando à promoção de sua saúde mental e vislumbrando sua reabilitação no período de reclusão.

**Palavras-chave:** centro de ressocialização indígena; dependência química; política pública; Roraima.

## ETNOZONEAMENTO NAS TERRAS INDÍGENAS DO ESTADO DE RORAIMA

*Rosimeire de Queiroz Lopes; Márcia Teixeira Falcão*

As Leis Federais criadas desde a década de 1980, procuravam estabelecer critérios e metodologias para que os entes federados dentro de suas competências, normatizassem ações para estabelecer diretrizes de proteção ao meio ambiente. O Decreto presidencial 4.297 de 2002 estabelecia critérios para o zoneamento Ecológico Econômico do Brasil – ZEE. Nessa perspectiva registros apontam o mapeamento da região central do estado de Roraima realizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais -CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

Em 2009, o Governo do estado de Roraima cria o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial – SPOT através da Lei 143/2009 dispondo matéria sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico. Após uma década, veicula na mídia local notícia participação do governo do estado de Roraima na abertura da 48ª Assembleia Geral do Povos Indígenas de Roraima, no Centro Regional Lago do Caracaranã, no município de Normandia onde apresentou aos indígenas o projeto do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).

Trata-se de etnozoneamento, instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento. É uma ferramenta prevista na política nacional de gestão ambiental e territorial. O objetivo geral é demonstrar os entraves para consolidação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, nas áreas indígenas de Roraima.

Este estudo está pautado em dados bibliográficos e entrevista semiestruturada. Bibliográfico por ter sido desenvolvido a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. A entrevista semiestruturada, foi realizada na Secretaria de estado

do Planejamento, na Coordenadoria do Zoneamento Ecológico Econômico.

A lei de zoneamento possui três fases: Diagnóstico, que possibilita avaliar a situação do Estado, o Prognóstico que através de estudo minucioso identifica quais são as vocações para cada área e aptidão econômica e o Plano de Gestão que coloca em prática tudo o que foi estudado e definido. Com a entrevista, foi possível compreender que a demora na execução da implantação da ZEE no estado, deve-se ao fato de que desde outubro de 2017 a Justiça Federal acatou pedido do Ministério Público Federal (MPF) e determinou que os trabalhos de elaboração do ZEE fossem suspensos até que se concluíssem as audiências com as lideranças indígenas.

Desta feita foram reuniões e encontros com organizações indígenas, exceto os índios *Waimiri-Atroari*, não têm representação em Roraima, mas no Amazonas. Havendo definição, as audiências serão finalizadas, dada a sequência aos estudos e a equipe passa para a última fase, que é traçar os prognósticos, concluindo o zoneamento até o final de 2019.

É importante salientar que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena – PGTA, é uma ferramenta do etnozoneamento, ou seja, o Diagnóstico e Prognóstico é feito pela equipe técnica, mas a Gestão no uso da terra fica assegurada ao povo indígena conforme o Decreto presidencial 7.747 de junho de 2012 que institui a Política Nacional de Gestão Territorial de Terras Indígenas – PNGATI.

As pesquisas produzidas em 2002 pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM – Serviço Geológico do Brasil, estão sendo atualizadas devido a vários fatores tais como a metodologia usada na época, deverá ser adequada aos padrões atuais, a inclusão de novas áreas de reservas militares e parques ambiental.

Pesquisas em periódico local mostram outras situações que contribuíram para interrupção dos trabalhos de implantação do ZEE, como irregularidades existentes entre o Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação - IACTI e uma empresa especializada na

elaboração de estudos, relatórios e mapas temáticos necessários para subsidiar a primeira etapa do ZEE.

Os estudos, relatórios e mapas temáticos deveriam ser elaborados e entregues em até 150 dias, a contar da assinatura do contrato. Porém, de acordo com o decreto que cria a comissão, foram efetivamente entregues no mês de maio de 2015. Ao contrário do que consta no relatório apresentado pela empresa, foi possível constatar que não houve participação de dois pesquisadores na elaboração do relatório pedológico do ZEE.

Concluindo, a alternância de grupos políticos na gestão pública compromete o desenvolvimento dos trabalhos e permanência da equipe técnica envolvida com estudos já sedimentados. A polaridade de seguimentos da sociedade preservacionista e do outro lado a conservacionista, resulta na difícil tarefa de encontrar soluções viáveis a contento demandando tempo e recursos. A ausência do cumprimento dos princípios constitucionais que regem a administração pública resultando em sérios danos à sociedade.

**Palavras-chave:** gestão territorial; indígena; etnozoneamento; Roraima; Terras Indígenas.

## **DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA LESTE/RR: A ATUAÇÃO DA CASA DE SAÚDE DO ÍNDIO YANOMAMI E YE' KUANA**

*Jainne Gomes de Melo Sampaio dos Santos*

No que se refere às condições de saúde das populações indígena brasileiras, “ausência, inoperância e ineficiência” são termos muito utilizados tanto em textos de época, quanto em análises contemporâneas. Desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (1910) até os dias atuais observamos a necessidade de criação e melhoria de um plano de serviço médico específico para atender essa população.

Década após década, a saúde indígena luta pelo seu espaço no contexto histórico e nas chamadas políticas indigenistas, a Constituição Federal de 1988 instituiu não apenas o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, mas também a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), tornando assim a “saúde como um direito de todos e dever do Estado”.

Este estudo apresenta como objetivo principal: Analisar o serviço de assistência à saúde indígena, a nível de SASI – SUS, no atendimento a crianças indígenas (0 a 5 anos) pertencentes ao Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima com problemas de desnutrição, referenciadas a Casa Apoio a Saúde do Índio *Yanomami* e *Ye'kuana*, entre os anos de 2014 – 2017.

A pesquisa se caracterizou como estudo transversal descritivo, onde foram utilizados os seguintes descritores: sexo, etnia, idade, procedência, data da internação e causa da internação. A abordagem do estudo foi quantitativa e qualitativa e o delineamento ocorreu por meio documental, os dados foram coletados diretamente do Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) da CASAI-YY de Roraima, Possibilitando o conhecimento sobre o perfil da população avaliada.

Das 1.620 crianças indígenas pertencentes ao DSEI-Leste de Roraima que foram referenciadas à CASAI-YY, n=64 (3,9%) foram diagnosticadas com desnutrição; Das 64 crianças internadas na CASAI-YY com desnutrição no quadriênio estudado, 28 (44,75%) apresentaram a desnutrição como diagnóstico principal para internação.

No quadriênio estudado pudemos observar um número crescente de casos de desnutrição entre 2014 e 2017 (2014=17%; 2015=13%; 2016=34%; 2017=36%) e, embora a taxa de prevalência de desnutrição do DSEI-Leste (3,9%) seja menor que a do DSEI-YY (13%), tal resultado sugere uma fragilidade do serviço. O estudo mostrou que as crianças mais vulneráveis à desnutrição no quadriênio foram as = 1 ano.

A maior prevalência de internações ocorreu em crianças do sexo feminino; A etnia *Macuxi* apresentou o maior percentual de internações (66%), seguida pela etnia *Ingarikó* (23%). Cabe destacar que a população Macuxi é de aproximadamente 34.250 pessoas e a *Ingarikó* é de cerca de 1.580 pessoas, portanto os *Ingarikó* merecem maior atenção do serviço. O Uiramutã foi o município com o maior percentual de internações (52%), seguido pelo município de Pacaraima (23%).

Os polos-base pertencentes à região das Serras foram os que apresentaram o maior índice de internações por desnutrição no quadriênio, cabendo destacar ainda que o polo-base Serra do Sol apresentou o maior índice de desnutrição no período avaliado (23%). Em 2016 ocorreu a implantação do setor de estratégia AIDIPI com a implementação na assistência à saúde das crianças indígenas internadas com desnutrição na unidade.

O serviço da AIDIPI e da Nutrição Clínica promoveu uma maior e melhor cobertura no atendimento das crianças indígenas com problemas de desnutrição; uma rotina diária no atendimento e acompanhamento das crianças internadas com desnutrição na unidade; um serviço de tratamento e recuperação de crianças com desnutrição através de terapia nutricional na própria unidade; uma adequação de dietas levando em consideração as necessidades e hábitos culturais.

A atuação da AIDIPI promoveu a capacitação de profissionais para atuação no serviço. Manter em pleno funcionamento os setores

citados diante de sua importância; Ampliar e melhorar a infraestrutura dos setores; Capacitar mais profissionais para a atuação dos serviços. Apesar da importância do setor para a saúde indígena em Roraima, durante o processo de levantamento dos dados para esta pesquisa, a equipe de apoio da CASAI-YY informou que o setor AIDPI estaria inoperante em 2018.

Tal fato denota a fragilidade no processo de assistência e cuidado as crianças indígenas com desnutrição na CASAY-YY, pois essa assistência deve ser pensada e administrada sempre de forma a priorizar o respeito à vida e a cultura das populações indígenas que necessitam desses serviços.

É importante que a atenção primária ocorra de fato nas comunidades, com isso a atuação da EMSI é de suma importância para que possa ser minimizado os altos índices de remoção e internações por desnutrição na unidade. Os processos na organização do sistema sem dúvida estão comprometidos em promover atenção de forma plena, mas, contudo, ainda não conseguiu de fato implantar o modelo de atenção diferenciada que o Subsistema e a PNASPI preconizam.

**Palavras-chave:** indígena; política pública; Terra Indígena; saúde indígena; Roraima.





# **CAPÍTULO 3**

---

*Políticas Públicas Ambientais*



## A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

*Ana Cláudia Batista Lima Souza; Marcos Antônio Braga de Freitas*

A presente pesquisa tem como foco compreender o surgimento da educação ambiental no Brasil, enquanto uma política pública, surgida da demanda específica da sociedade, bem como os órgãos que precisaram ser criados para regulamentarem esta política, esclarecendo, ainda, conceitos vinculados à temática.

Este trabalho justifica-se, no aspecto pessoal, por relacionar-se ao trabalho docente que desenvolvo há dezenove anos, com alunos da educação básica, e por fazer parte de um trabalho de pesquisa maior, que foi a dissertação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional da Amazônia, apresentada em março de 2019, para a obtenção do título de mestre.

No que tange ao aspecto científico e social, justifica-se por oportunizar o debate sobre tema que vem ganhando grandes proporções ao longo dos anos, que é a temática ambiental. Falar sobre ambientalismo é colocar-nos diante da questão dos limites que as sociedades têm na sua relação com a natureza, o que torna fundamental resgatar a política para que se estabeleça uma ética da sustentabilidade resultante das lutas ambientalistas.

No Brasil, a política pública ambiental, tem início após a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) ligada à Presidência da República, que tinha o compromisso de organizar e definir o papel da educação ambiental no contexto nacional, legislando e estruturando.

No entanto, somente após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tiblise, em 1977, a educação ambiental foi

introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta. Ainda na década de 1970, começou-se a discutir um modelo de desenvolvimento que harmonizasse as relações econômicas com o bem-estar das sociedades e a gestão racional e responsável dos recursos naturais.

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, em 1987, a comissão publicou “Nosso futuro comum”, que ficou conhecido também como Relatório Brudtland. A partir desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado em substituição à expressão ecodesenvolvimento e constituiu a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais.

Desta forma, delineou-se como meta a Educação Ambiental para a sustentabilidade Socioambiental, recuperando o significado do ecodesenvolvimento como um processo de transformação do meio natural que, por meio de técnicas apropriadas, impede desperdícios e realça as potencialidades deste meio.

Foi implementada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o que implicou no surgimento do conjunto articulado de instituições atuantes como Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Secretarias de Educação, Instituições escolares entre outros. O objetivo desta pesquisa é compreender a trajetória do surgimento da Educação Ambiental, enquanto política pública no Brasil.

O procedimento metodológico para esta pesquisa foi de revisão bibliográfica, de natureza descritiva. Os resultados a que chegamos foi que a política pública de Educação Ambiental no Brasil insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo).

No Ministério do Meio Ambiente, analisando as propostas do órgão gestor em termos das modalidades das políticas públicas, pode-se

entendê-las sob a perspectiva do contratualismo e como regidas pelo princípio da subsidiariedade.

A conclusão a que chegamos é a de que o Estado assume o estímulo, o subsídio e o certificado de parcerias entre instituições formadoras. À perspectiva da subsidiariedade, não significa, de modo algum, uma redução do papel do Estado ou uma menor importância na manutenção de uma boa estrutura público-governamental para a implementação das políticas públicas de Educação Ambiental. Pelo contrário, cada vez mais esperamos que a sociedade se organize, as instituições se envolvam e qualifiquem suas demandas, para que os governos subsidiem suas práticas de Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Brasil; educação ambiental; política pública.

## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO**

*Adriana Roseno Monteiro*

A prática pedagógica no ensino regular mobiliza pensares específicos no contexto coletivo, ao abordar as minúcias da vida cotidiana e a constituição do fazer docente. Neste sentido, o professor deve permitir mudanças em sua prática, ampliar e rever concepções, resistir à hegemonia estabelecida no e pelo cotidiano, desfazer as amarras do comodismo e da mesmice. É preciso desprender-se das teias do conformismo em prol de novos horizontes e perspectivas.

O professor não pode deixar de buscar métodos diversificados de ensino que considerem as peculiaridades dos educandos, que por sua vez, devem estar desvincilhados de padronizações e práticas generalistas, tendo em vista, que não existe uma mesma solução para os diversos problemas nos diferentes contextos educacionais.

Assim, esta pesquisa oferece contribuições para pensarmos a prática pedagógica como ato social, haja vista, que a educação é uma prática social intrínseca às dinâmicas constituidoras de uma sociedade. Pois ela não ocorre de forma individual, mas através de contextos diversos, de particularidades únicas e de um emaranhado de ideias e expectativas.

A educação ambiental configura-se numa prática pedagógica que não se realiza sozinha, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, que leva os sujeitos a se perceberem, enquanto indivíduos, como um elo importante do sistema, participando ativamente de seu desenvolvimento. Desse modo, este estudo teve como objetivo principal analisar como a prática pedagógica realizada em escolas públicas estaduais da cidade de Boa Vista/RR tem abordado as questões ambientais.

A fim de atingir ao objetivo elencado, os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica, documental e a

pesquisa de campo, com vistas a constituir um aporte teórico e conceitual de uma pesquisa quanti-qualitativa. No decorrer das análises realizadas foi possível notar que as atividades de educação ambiental realizadas nas escolas pesquisadas, são em geral, pontuais, isoladas e esporádicas.

Portanto, foi observado com este estudo que o encaminhamento das práticas ambientais nas escolas pesquisadas, ainda, tem se dado de forma tímida, pontual, fragmentada e desassociada do cotidiano de seus alunos, não apresentando uma organização clara, escolha de temas e objetivos a serem atingidos curto e a longo prazo.

Contudo, a educação ambiental, como qualquer outra esfera da educação, requer sistematização das atividades e continuidade de suas ações, com avaliações contínuas de seus resultados a fim de traçar as estratégias futuras com êxito. A escola por meio de suas práticas pedagógicas possui um grande potencial para uma aprendizagem de formas de pensar e agir, e de participar da construção de novas possibilidades de atuação no meio.

Por conseguinte, a educação é essencial no processo de conscientização pública acerca das problemáticas ambientais e a mola propulsora no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária podendo promover mudanças significativas na sociedade. As questões ambientais são de fundamental importância para o futuro da humanidade, e somente através de uma abordagem planejada, contínua e sistemática que se pode alcançar resultados satisfatórios.

Com esta pesquisa percebe-se a urgente necessidade de repensar as práticas ambientais nas escolas pesquisadas, visto que, foi possível identificar pontos críticos como a falta de abrangência e de continuidade dos poucos projetos na área ambiental existente, bem como a participação de apenas uma parte dos professores e o não envolvimento de toda a escola na efetivação dos projetos de educação ambientais. Sendo assim, necessário a implantação de Políticas Públicas de Educação Ambiental mais efetivas e duradouras nos ambientes escolares.

**Palavras-chave:** educação ambiental; escola; prática pedagógica.



## **A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE RORAIMA**

*Fábio Gonçalves de Almeida*

Em 02 de agosto de 2010, o Brasil, aprova sua política de resíduos sólidos, ao sancionar a lei 12.305/2010, proporcionando uma nova etapa na organização dos serviços e responsabilidades do manejo ambientalmente adequado dos resíduos e rejeitos gerados pela sociedade brasileira.

Conceitos, como responsabilidade compartilhada, impõe uma de gestão que deve observar de forma integrada, as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável, estabelecendo soluções para os resíduos sólidos que permeie o seguinte encadeamento: a) não geração, b) reciclagem, c) reutilização, d) destino ambientalmente adequado dos rejeitos.

O arcabouço legal da política deve ser estabelecido no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, devendo contemplar entre as diretrizes a logística de segregação entre resíduos secos e molhados, sua forma de tratamento, bem como a gestão dos resíduos perigosos, apenas os rejeitos devem ser encaminhados a aterros sanitários ou outras formas de manejo ambiental.

Uma das novidades consiste na observância dos catadores de materiais recicláveis no processo produtivo, possibilitando a inclusão social de milhares de brasileiros que prestam um grande serviço ambiental à sociedade, mas viviam a margem do processo organizativo da prestação dos serviços, a legislação neste intuito estabeleceu a possibilidade de contratação das organizações de catadores sem a necessidade de licitação.

Desta forma, implementar a Lei no Estado de Roraima que apresenta condições inadequadas na gestão de resíduos sólidos, em virtude da ausência de destinos ambientalmente adequados, existência de lixões

com catadores operando nestes locais insalubres, ausência de regulação de grandes geradores e manejo de resíduos perigosos e da construção civil. Além da ineficácia, a exceção da capital, de uma política de sustentação financeira que permita a solidez da política pública.

Neste contexto de transformação social da retórica de “Lugar de Lixo. É no Lixo” apresenta a necessidade de uma ampla política de educação ambiental, sendo fundamental a capacitação e qualificação da população em geral na compreensão e formulação de soluções que enfrentem os problemas ambientais existentes.

A educação ambiental consiste em um conceito que começa a ser formulado em meados da década de 1950, estabelecendo-se em ações que pudessem enfrentar o padrão de produção das indústrias. Atualmente além do padrão de produção encontramos como uma forte área de atuação o descarte adequado dos produtos oriundos desta produção.

Todos os conceitos estabelecem a educação ambiental como um processo de construção, sensibilização que busca mudanças no padrão de exploração do meio ambiente. A política nacional de resíduos sólidos oportuniza princípios, diretrizes e obrigações que possuem na educação ambiental - reformulação do destino do resíduo sólido, na readequação do padrão de produção, readequação do padrão de consumo, na responsabilidade ambiental dos fabricantes - o fundamento da organização da gestão.

A continuidade dos lixões impele condições ambientais preocupantes, principalmente em Boa Vista, onde gera-se mais de 15 mil toneladas de resíduos mês, porém os demais municípios que se enquadram no âmbito da portaria nº 404 do Conama, gerando menos de 20 toneladas de resíduos ao dia, possuem na exposição do resíduo a céu aberto a única forma de destinação.

Conforme pesquisa do movimento nacional de catadores de materiais recicláveis, em Roraima, existem em torno de 700 pessoas que sobrevivem da catação. Esse número é incerto, tendo em vista que considera apenas a capital, quando já existem catadores identificados em outros municípios. A realidade da catação hoje dar-se de duas formas: a) Catação realizada nas ruas; b) Catação realizada dentro do atual lixão.

Em Boa Vista predomina a segunda forma de catação, onde cerca de 200 famílias retiram seu sustento mensal do convívio com animais e uma situação degradante de trabalho. O nível de organização dos trabalhadores com materiais recicláveis é incipiente, apesar de uma das entidades possuir mais de 10 anos.

Dos 15 municípios que compõe nosso Estado, temos organizações de catadores em Boa Vista (Cooperativa UNIRENDA e Associações Terra Viva e Global) e Caracaráí (Associação CataTudo), entidades compostas exclusivamente por catadores. Portanto, a inércia do poder público reflete a falta de cobrança pela sociedade em virtude do desconhecimento do instrumento legal que regulamenta o setor.

A fim de melhorar a aplicação de recursos públicos há necessidade de construirmos caminhos que possibilitem a reorganização do setor, possibilitando: a) destino ambientalmente adequado dos rejeitos; b) contratação dos catadores para realização da coleta seletiva; regulamentação da comercialização dos resíduos perigosos; c) definição da política de educação ambiental do setor.

**Palavras-chave:** educação ambiental; política pública; resíduos sólidos; Roraima.

## **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO FORMA DE GERAÇÃO DE RENDA EM BOA VISTA/RR**

*Bruna Rebeca de Sousa Corrêa*

O presente resumo tem como foco discutir acerca da atual gestão dos resíduos sólidos e dos materiais recicláveis como forma de geração de renda em Boa Vista/RR, buscando apontar situações que ocorrem cotidianamente dentro da realidade social de tais trabalhadores da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Terra Viva, a qual vale ressaltar que este é um instrumento de política pública.

Desse modo, justifica-se seu desenvolvimento em razão da necessidade de se avaliar o processo de gerenciamento de resíduos desde o descarte, passando pela coleta, à triagem, o enfardamento, a comercialização do material, a logística de transporte, o beneficiamento pela indústria até o desenvolvimento do mercado para o novo produto real.

Considera-se que a temática é de suma relevância, uma vez que a produção de resíduos sólidos no Brasil cresceu 1,35 mais que a população brasileira, produzindo assim, 79,9 milhões de toneladas de resíduos sólidos, e deste total somente 3% são reciclados no país, visto que 31,9% poderia ser reciclado.

De acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Ministério do Meio Ambiente, R\$ 8 bilhões são perdidos por ano no país com resíduos sólidos que deveriam ser reciclados. Assim, 90% dos resíduos gerados no Brasil são dispostos no solo e sem aproveitamento. Em questão de nível local, Boa Vista produz atualmente cerca de 30 mil toneladas de lixo por mês, jogadas no aterro sem nenhum cuidado com o meio ambiente.

Em 2018 foram recolhidos mais de 1,609 kg. Os procedimentos metodológicos utilizados fundamentam-se em revisão bibliográfica visto que propiciou todo o embasamento teórico, caracterizada por levantamento de dados, seleção, arquivamento de informações, leitura e análise de artigos, livros, documentos e outros. Destarte, foi baseado num

estudo exploratório, descritivo, explicativo, e sua abordagem adotada quali-quantitativa.

Os resultados obtidos demonstram que não há uma estrutura correta quanto à coleta seletiva realizada na capital, Boa Vista, constatando, em primeira análise, uma ausência de política pública efetiva e sistematizada no tratamento de resíduos sólidos, e identificando que a destinação final desses materiais acaba sendo aos lixões a céu aberto. Quanto aos catadores, encontram-se em vulnerabilidade social, sua renda mensal é abaixo de um salário mínimo, apresentam baixo grau de escolaridade, e desempenham suas atividades em condições precárias.

Conclui-se com base nos dados e resultados obtidos que o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e a reciclagem se tornaram um dos principais desafios na conjuntura da sociedade contemporânea, sendo uma das expressões da questão social, abrangendo o meio ambiente com visão na sustentabilidade ambiental.

Com isto, espera-se que esta exposição possa contribuir de forma significativa para agregar informações qualificadas, no intuito de alcançar soluções para a destinação dos resíduos sólidos condizentes quanto ao respeito, qualidade de vida do ser humano e a valorização da atividade das catadoras e dos catadores espalhados em todo o Brasil.

**Palavras-chave:** Boa Vista (RR); geração de renda; resíduos sólidos; política pública.

## **ESPAÇO PÚBLICO URBANO E A GESTÃO AMBIENTAL NOS CEMITÉRIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE RORAIMA**

*Francisleile Lima Nascimento; Elói Martins Senhoras;*

*Márcia Teixeira Falcão*

A justificativa fenomenológica/social da pesquisa permitirá um planejamento de forma preventiva das políticas públicas dos novos empreendimentos cimiteriais e também amenizar problemas socioambientais naqueles que já estão implantados. A presente pesquisa teve como objetivo investigar os fatores socioambientais que podem promover riscos aos vivos envolvendo os cemitérios públicos urbanos dos municípios da Região Sul do estado de Roraima.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa parte de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo qualitativo sob a ótica da pesquisa exploratória na investigação dos dados a partir de visitas in loco nos cemitérios em estudo.

A presente pesquisa trata-se da análise dos impactos socioambientais apresentando a magnitude desses impactos através dos aspectos físicos, químicos, biológicos, de saúde pública, de paisagem, e antrópicos evidenciando que grande parte desses impactos tem natureza negativa. Há a necessidade de ações que possam minimizar ou reverter os riscos que as necrópoles que foram construídas antes das resoluções de número 335/2003 e 368/2006 do CONAMA apresentada para saúde pública.

Diante dos dados analisados evidencia-se que os cemitérios de Caracarái/RR (01 – inativo), Caracarái/RR (02 – ativo), Vila Vista Alegre de Caracarái/RR (03 – ativo), São Luíz/RR (01 – ativo), São João da Baliza/RR (01 – ativo), Caroebe/RR (01 – ativo), Rorainópolis/RR (01 – ativo) e Rorainópolis/RR (02 – ativo), apresentam segundo os aspectos

físicos, químicos, biológicos, de saúde pública, de paisagem, e antrópicos alto risco de magnitude de impacto de duração permanente, de natureza negativa, onde a temporalidade é de longo prazo de caráter irreversível em mais de 80% das necrópoles tendo influência direta e indireta para a comunidade local.

Quanto aos aspectos físicos, os impactos são de alto risco com irreversibilidade quanto ao tempo e sua natureza, pois se o poder público buscar enquadrar as necrópoles às normas do CONAMA, os danos à fauna, flora, solo, lençol freático e população ao entorno podem ser minimizados ou evitados. Ao que se refere aos aspectos químicos observa-se que os casos mais graves estão relacionados aos gases que podem proliferar em virtude da má estrutura, confecção e conservação das sepulturas que se encontram com diversas rachaduras, bem como a produção do necrochorume que pode contaminar o solo, lençol freático, poços artesianos e nascentes dos rios e a própria bacia que banha as regiões.

Com relação aos aspectos biológicos, os impactos também são de alto risco, os terrenos utilizados não apresentam inicialmente um processo de seleção para seu uso, com isso, sofrem um processo de desmatamento e ocupação de acordo com a necessidade da necrópole. Esse fato contribui para a proliferação desordenada de microorganismos, fungos, bactérias e vetores, que podem desequilibrar os ecossistemas da região e causar danos à saúde pública.

Quanto aos aspectos de saúde pública verificam-se vários agravantes relacionados à veiculação hídrica, pois existem redes de captação de água nas proximidades das necrópoles, existe a ocorrência da proximidade com o aterro sanitário e a produção de resíduos na parte interna dos cemitérios, bem como a presença de vetores que contribuem para proliferação de casos de doenças como Dengue, Chicungunha e Zica.

No que diz respeito aos aspectos de paisagem, nota-se que a paisagem natural é constantemente alterada, e a paisagem urbana cemiterial são visualmente poluídas e desprovidas de infraestrutura física

apresentando impacto de alto risco e danos que podem ser irreversíveis. No que tange aos aspectos antrópicos evidencia-se impactos de alto risco provocados pela falta de planejamento, execução e fiscalização das necrópoles, pois todas foram criadas anteriores a Resolução do CONAMA nº 368 apresentando diversas anomalias quanto sua estrutura física funcionamento.

Cabe ressaltar que apesar da pesquisa apontar a predominâncias de aspectos negativos, a mesma visa estabelecer medidas que possam vir a proporcionar melhoras nos cemitérios do estado de Roraima diminuindo o risco a saúde pública da região.

Neste sentido, considerando que a maioria dos cemitérios brasileiros é antiga, leva essas necrópoles a terem problemas com planejamento, infraestrutura física, e localização apresentando vulnerabilidade relacionada ao subsolo, drenagem e precariedade que contribui para a inundação de alguns túmulos nos períodos de chuva.

Os cemitérios localizados na região sul do estado de Roraima estão sujeitos e vulneráveis a contaminação do necrochorume, essa vulnerabilidade se intensifica com a ação da chuva que contribui para o transporte dessas substâncias patogênicas podendo causar a contaminação do solo e lençóis freáticos.

**Palavras-chave:** cemitério; política ambiental; política pública; Roraima; vulnerabilidade ambiental.



## **POLÍTICA AMBIENTAL E TRABALHISTA EM CEMITÉRIOS DE RORAIMA**

*Francisleile Lima Nascimento; Elói Martins Senhoras;*

*Márcia Teixeira Falcão*

As atividades realizadas dentro dos cemitérios requerem toda proteção no que tange a segurança do trabalho por se tratar de questões que envolvem insalubridade. Neste sentido, acrescenta-se ao cenário ambiental o surgimento de normas que regulamentam acerca dos cemitérios. A legislação orienta tanto para a implantação de cemitério quanto para resguardar a profissão de coveiro ao qual se dedicam aos cuidados com os mortos.

A justificativa fenomenológica/social da pesquisa permitirá um planejamento de forma preventiva das políticas públicas dos novos empreendimentos cemiteriais e também amenizar problemas socioambientais naqueles que já estão implantados. A justificativa acadêmico-científico para o desenvolvimento da presente pesquisa reside em lacunas sobre estudos cemiteriais no Brasil, e principalmente no estado de Roraima. É um assunto timidamente estudado no âmbito regional, a pesquisa será um marco nas questões relacionadas às necrópoles e servirá como balizador para futuros pesquisadores.

A presente pesquisa teve como objetivo verificar quais são as legislações específicas que regulamentam a implantação dos cemitérios e para os profissionais de atividades cemiterial. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa parte de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo qualitativo sob a ótica da pesquisa exploratória na investigação dos dados a partir de visitas in loco nos cemitérios que compõe os municípios da região sul do estado de Roraima.

A presente pesquisa trata-se da análise da legislação ambiental, legislação de segurança do trabalho e insalubridade dos profissionais da atividade cemiterial dos cemitérios públicos urbanos municipais da Região Sul no estado de Roraima. Dessa maneira, aborda-se a Legislação Ambiental de Cemitério seguindo as recomendações da Resolução CONAMA 335/03 onde o poder público deveria aplicar a normalização das necrópoles até setembro de 2003, bem como as obrigações da Resolução CONAMA 368/06 até março de 2008.

No que se refere à legislação de segurança do trabalho e insalubridade dos profissionais da atividade cemiterial a pesquisa apresenta de forma sucinta que os profissionais que atuam nesse setor são amparados pela Legislação Trabalhista Brasileira reconhece as profissões que lidam com a morte, através do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) de 2002. De acordo com análise realizada percebe-se que todos os cemitérios pesquisados estão totalmente fora dos padrões e exigências da Lei Ambiental (CONAMA - 335/2003; 368/2006), de maneira, que nenhuma necrópole atende totalmente a legislação ambiental.

Evidencia-se ainda que nem mesmo adequando-o a essas exigências e padrões, os cemitérios poderiam retomar com suas atividades por conta do ano de criação dos mesmos ocorreram anteriormente à promulgação da lei sancionada em 2006. No que se refere à legislação dos profissionais de atividade cemiterial observa-se que a atividade é vista como um subemprego sofrendo total precarização dos trabalhadores que em grande parte não são contemplados com seus direitos e condições adequadas de trabalho previsto pela Legislação Trabalhista Brasileira do CBO de 2002 que estabelece os profissionais desse setor, sendo esses cargos ocupados por servidores disponibilizados pelo poder público municipal e estadual.

Cabe mencionar somente um dos cemitérios possui o coveiro como função efetiva e garantida por lei através de concurso público realizado pela prefeitura em 2016. É o cemitério Nossa Senhora do Carmo em Caracarái/RR. Entretanto, sem seus direitos totalmente assistidos, bem como exercendo sua função de forma inadequada, pois trabalha na maior

parte do tempo sem o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para sua profissão.

Existe a inevitabilidade da realização do processo de licenciamento dos cemitérios, e apresentação de estudos técnicos que comprovem a viabilidade desses empreendimentos na área a ser implantado. É essencial no momento da instalação desses novos empreendimentos a execução das etapas do licenciamento, gerando as informações necessárias para obtenção da licença ambiental, minimizando, dessa forma, os passivos ambientais que essa atividade confere ao meio ambiente.

Com relação aos profissionais da atividade cemiterial, somente o cemitério Nossa Senhora do Carmo em Caracará (02 – ativo) possui coveiro como função efetiva e garantida por lei através de concurso público realizado pela prefeitura em 2016, mas, apesar de ser efetivo não recebe seus direitos trabalhistas, e que não é atendido conforme o CONAMA, o CBO quando se trata do exercício da função e no emprego dos EPIs adequados para sua profissão, além disso, não recebe o adicional por riscos de insalubridade conforme a Legislação Trabalhista Brasileira quando reconhece as profissões que lidam com a morte e garantem todos os benefícios além do salário base do profissional.

**Palavras-chave:** cemitério; legislação; política ambiental; política trabalhista; Roraima.

## GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CEMITÉRIOS E ATERROS SANITÁRIOS EM RORAIMA

*Francisleile Lima Nascimento; Elói Martins Senhoras;*

*Márcia Teixeira Falcão*

A presente pesquisa aborda a temática dos cemitérios urbanos e os aterros sanitários, compreendendo que os cemitérios e os aterros se constituem em uma das grandes fontes de problemas sociais, caso estes não estejam devidamente instalados e gerenciados, faz-se necessário que tanto o cemitério, quanto os aterros sejam devidamente projetados, tendo em vista a sua localização física, buscando sempre ter a preocupação de observar aspectos essenciais, como o tipo de solo, profundidade do lençol freático, inclinação do terreno, entre outros.

Em Roraima, essa situação também não é diferente, por isso a pesquisa tem por finalidade a inter-relação entre o espaço físico do cemitério e o aterro sanitário visando a dinâmica urbana construída ao entorno, assim como a gestão do poder público neste espaço. A presente pesquisa teve como objetivo fazer uma análise comparativa dos impactos ambientais do cemitério público urbano e o aterro sanitário na sede do município de Boa Vista do estado de Roraima.

A metodologia utilizada para a realização parte de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo qualitativo sob a ótica da pesquisa exploratória. Resultados: Segundo Santos (2007), fazer a comparação de um cemitério com um aterro sanitário não é tão incomum, pois os materiais orgânicos e inorgânicos depositados em grande parte são em locais que não receberam estudos anteriores para sua implantação e colocam a saúde pública e o meio ambiente.

A situação do próprio descarte do lixo doméstico e demais resíduos são descartados em um “lixão” da cidade, pois a implantação do aterro sanitário ainda não foi estabelecida, portanto, os descartes adequados de quaisquer materiais gerados (resíduos – sólidos e orgânicos)

ainda não tem destino próprio, por isso, os procedimentos adequados de qualquer situação de descarte de material torna-se não útil a partir destas preocupações e pela ausência de planejamento do poder público para pôr em prática a meta estabelecida a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) da implantação dos aterros sanitários no Brasil.

Assim bem como, a reciclagem de possíveis materiais, que também é outro problema que o Brasil enfrenta, assim como o estado de Roraima. O problema dos resíduos sólidos gerados em cemitérios parece despertar ainda menos atenção e interesse, sendo na melhor das hipóteses coletados e destinados diretamente para aterros sanitários (neste caso não existe no município) na prática, todos possuem “lixão aberto”.

Deve-se pensar em ações específicas para este tipo de resíduo quanto à destinação e até mesmo manuseio. Infelizmente podemos notar que existem vários cemitérios que se encontram em localidades próximas há fundos de vale, sendo este com recuos irregulares, assim como com problemas ambientais envolvendo o produto da coligação que é o necrochorume, e ainda a falta de espaço físico para que haja mais sepultamentos, como é o caso dos cemitérios do estado de Roraima.

Sendo assim, Silva et al., (2006) mencionam que a problemática cemitério e ambiente é a mesma de um lixão, porém com um agravante: os cemitérios seriam lixões com resíduos contaminados a céu aberto. Isto porque os resíduos provenientes das necrópoles (sepulturas – “cidade dos mortos”), como restos de roupas e caixões, flores e outros objetos que estiveram em contato com o cadáver, podem estar contaminados.

Considerando os aspectos ambientais e sociais que permeiam as relações pertinentes entre os cemitérios e os aterros sanitários, é possível apontar que, mesmo em condições adversas no âmbito físico, como por exemplo, quando se trata do relevo do terreno, a implementação de suas atividades ocorre em espaços inadequados e sem planejamento inicial. Entretanto, é relevante à adoção de estratégias para os cemitérios como a drenagem e pré-tratamento do necrochorume gerado a partir da decomposição dos finados sepultados, e para os aterros um plano de manejo e gestão dos resíduos.

Como o cemitério está com sua capacidade excedida - Cemitério Municipal de Boa Vista/RR, é essencial no momento da instalação desses novos empreendimentos a execução das etapas do licenciamento, gerando as informações necessárias para obtenção da licença ambiental, minimizando, dessa forma, os passivos ambientais que essa atividade confere ao meio ambiente.

A fiscalização dos órgãos ambientais deve ser mais eficiente, incluindo o monitoramento do solo e subsolo, que estão no interior desses empreendimentos. Sendo assim, o presente artigo reforça a necessidade e a importância de novas pesquisas voltadas para essa temática que é de suma importância para a classe acadêmica e para conhecimento da sociedade.

**Palavras-chave:** aterro sanitário; cemitério; lixão; resíduos sólidos; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Roraima.



# **CAPÍTULO 4**

---

*Políticas Público-Privadas de Educação*





## **PROGRAMA JOVENS EMBAIXADORES E NOVA PERSPECTIVA DE INTERCÂMBIO**

*Gisele Gabriela; Shaline Ram Uchôa*

Em uma sociedade cuja história é marcada pela desigualdade social, e onde até pouco tempo as escolas e universidades públicas eram majoritariamente elitistas, fazer intercâmbio era algo completamente distante da realidade de uma pessoa de classe média ou baixa. Contudo, nos últimos anos isso tem se tornado mais próximo, devido a auxílios e diversos programas que facilitam tal processo.

Atualmente, há diversos tipos de intercâmbio, sendo a modalidade de estudos a mais comum. Não obstante, o principal motivo que impede muitas pessoas de viajar é a falta de recursos financeiros. Diante disso, há a iniciativa da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para a criação, no ano de 2002, do programa Jovens Embaixadores.

Tal iniciativa conta com parceiros públicos e privados do Brasil e dos Estados Unidos, sendo os mais notórios o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), Bradesco, Microsoft, FedEx, MSDE e IBM. O programa propõe um intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos e beneficia estudantes das escolas públicas brasileiras, tendo total gratuidade.

A justificativa desta pesquisa se dá pela necessidade de desmistificar o pensamento de que intercâmbio ainda é algo para as elites, mostrando, assim, que atualmente é possível realizá-lo sem muitas condições financeiras. A partir disso, pretende-se fomentar a curiosidade dos jovens para tais programas, dado sua importância para agregar experiência acadêmica e cultural.

Além disso, tal pesquisa se faz necessária devido à existência de uma lacuna sobre a temática, principalmente no que diz respeito ao programa Jovens Embaixadores, o qual acaba não tendo uma procura tão grande devido à falta de divulgação, e considerando sua relevância deveria

ter mais conteúdo e pesquisa sendo realizada. A presente pesquisa tem por objetivo analisar essa política pública voltada para a educação e averiguar se a mesma está gerando benefícios à população.

Em 17 edições do programa, 572 jovens brasileiros já participaram, advindos de todos os estados do país, tendo pelo menos um representante de cada. É muito importante que mais programas como esse sejam desenvolvidos e disseminados, a fim de que haja um maior número de pessoas beneficiadas.

O procedimento metodológico empregado nesta pesquisa é caracterizado como exploratório e descritivo quanto aos fins e qualitativo quanto aos meios, deste modo, o método empregado é histórico-dedutivo.

No tocante ao levantamento de dados, estes fundamentam-se em revisão bibliográfica, livros e artigos, bem como em dados retirados do site do programa. A análise desses dados é em suma de hermenêutica administrativa e de Relações Internacionais, por conseguinte, sua interpretação se dá com base em teorias dessas áreas.

O Programa de intercâmbio Jovens Embaixadores tem como finalidade promover o intercâmbio cultural a estudantes brasileiros de escolas públicas. Os alunos escolhidos viajam durante três semanas pelos Estados Unidos. A primeira semana é para apresentar a capital, monumentos, e participarem de reuniões em organizações das esferas públicas e privadas, em seguida, dividem-se em grupos e cada um viaja para um estado diferente nos EUA.

De acordo com a metodologia, espera-se durante este trabalho atrair o público não apenas de dentro da academia, mas principalmente quem está de fora e que geralmente não tem acesso a tais informações, e assim conseguir tirar o mito de que intercâmbio é algo impossível para quem não tem muito poder aquisitivo, despertando o interesse dessas pessoas para o assunto.

Pretende-se também apresentar de forma mais detalhada o programa Jovem Embaixador, entre pessoas de uma determinada faixa etária (os que podem se candidatar ao programa), visto que este programa

vem dando oportunidades a jovens por todo o país, além de ser uma experiência única e totalmente custeada.

Por fim, pretende-se analisar os impactos destes programas na vida dos que já tiveram a oportunidade de participar, visto que é uma experiência totalmente nova e que agrega conhecimento de vida, não se restringindo apenas aos estudos, posto isso, é um fator de mudança e equidade social, sendo os impactos sentidos pelo beneficiado, pela família e pelas pessoas ao redor.

Conclui-se com base nos resultados apresentados que apesar do número de participantes ser bem restrito, o Programa Jovens Embaixadores beneficiou e continua beneficiando muitas pessoas, propondo a formação de novas experiências externas, por meio do intercâmbio cultural. É válido ressaltar que o programa pode gerar certa competitividade em um bom sentido, incentivando os estudantes a se destacarem academicamente e socialmente

**Palavras-chave:** educação; Estados Unidos; intercâmbio; política pública; Programa Jovens Embaixadores.

## ENSINO SUPERIOR E O DESINVESTIMENTO NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS NO GOVERNO BOLSONARO

*Melvin Jones Souza Amorim; Amanda Iane Gomes Barros Palácio*

A educação superior para a maioria dos países é considerada um investimento estratégico no longo prazo. Os cursos de humanas na academia têm como objetivo beneficiar a sociedade com suas reflexões teóricas e críticas que possivelmente serão aplicadas nas políticas públicas do governo. Logo, por que o governo de um Estado com tantos problemas sociais internos e que não só necessita de medidas de curto prazo, mas também como de longo, iria considerar as Ciências Humanas um “gasto”?

A justificativa do presente estudo se fundamenta nas amplas repercussões negativas que os posicionamentos do presidente e do ministro da educação têm repercutido na opinião pública e dentro do próprio ambiente das instituições de ensino superior que possuem cursos na área de humanas. Abrindo assim, a chance de uma reflexão dos rumos tanto da educação, desenvolvimento do Brasil, bem como da sociedade.

O recorte metodológico se caracteriza quanto aos fins como exploratório e descritivo, e quanto aos meios como qualitativo. Adotando um procedimento de levantamento de dados de revisão bibliográfica em jornais juntamente com o procedimento de análise de dados fundamentado em análise de discurso.

O atual governo brasileiro tem um discurso ideológico pautado na perseguição não somente das ciências humanas, mas também do conhecimento. O primeiro ministro da Educação Vélz Rodriguez e o segundo ministro Abraham Weintraub colaboraram para a turbulenta pauta educacional do governo Jair Bolsonaro.

Quanto aos pronunciamentos sobre as mudanças na educação detectou-se uma falácia entre os discursos e as ações práticas, que afetaram inclusive os cursos de *hard science* que foram anunciados como

prioritários pelo governo. O alvoroço criado em torno da temática da educação vem se ampliando ainda mais desde a alteração de ministros.

O legado deixado pelo ex-ministro da Educação Velez Rodriguez foi de cassação ao suposto “marxismo cultural” que estaria presente nas universidades públicas. E até a ideia de que as universidades seriam um espaço restrito para uma pequena unidade intelectual, defendendo a expansão de cursos técnicos e a redução de investimento nos ensinos superiores.

O pronunciamento em abril do ministro da educação Weintraub cita a política dos países do Leste Asiático quanto a um investimento mais incisivo nos cursos de ensino superior *hard science* como um exemplo a ser seguido, não obstante a gestão Bolsonaro adote uma estratégia pragmática de contingenciamento, cujo discurso é focado de modo incisivo na área de Ciências Humanas.

Juntamente com o pronunciamento dos ministros da Educação, o atual presidente Jair Bolsonaro veio a público através da rede social *Twitter* apoiar tal futura política. E utiliza de termos negativos em cima das ciências humanas para ganhar credibilidade nos seus pronunciamentos, sem explicar as consequências que podem acarretar suas decisões.

O governo Bolsonaro nos meses iniciais de mandato, em vários momentos, desmerece a área de Ciências Humanas e suas contribuições com discursos que também são carregados de ideologia. Além disso, existe uma grande falácia na disparidade entre discurso e ação prática, devido ao contingenciamento transversal que não afetar somente a área Ciências Humanas, mas todos os cursos de ensino superior, inclusive em menor volume instituições de ensino básico foram afetadas com os cortes de recursos, a despeito do discurso ser distinto.

Conclui-se que o atual governo do Brasil na área educacional, mais especificamente no ensino superior utiliza de discursos carregados de ideologia e mistificações das reais contribuições das Ciências Humanas. Entretanto, suas aplicações práticas de contingenciamento concentrado no Ensino Superior foram transversais a todas as áreas de *Soft* e *Hard Science*, tornando-se a área de Ciências Humanos apenas um bode

expiatório no contexto de forte contingenciamento de verbas no Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Brasil; Ciências Humanas; Educação; governo Bolsonaro; política pública.

## ANÁLISE SISTEMÁTICA COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO NOS ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Marcos de Lima Gomes; Elói Martins Senhoras*

A análise sistemática ou revisão sistemática, como instrumento metodológico nos estudos de Políticas Públicas (PP), é um recurso metodológico funcional para a obtenção de estruturas de revisão de modo objetivo, com emprego combinado dos procedimentos metodológicos de revisão integrativa seguido por uma seleção mais restrita de revisão bibliográfica e documental.

Na revisão sistemática, parte-se do método de revisão integrativa, por meio do mapeamento e filtragem das publicações com maior relevância bibliométrica em termos de maior número de citação em bases gratuitas como *Google Scholar* e *Scielo* ou mesmo bases pagas como *Web of Science* e *Scopus*.

Uma vez definida identificação do estado da arte entre as 100 publicações mais relevantes, os procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e documental são utilizados de modo assertivo sobre este estado da arte, respaldando-se sobre aqueles textos cujas discussões são identificadas como indispensáveis para uma pesquisa séria.

O uso deste instrumento metodológico de análise sistemática é objetivo quanto à filtragem de textos em determinada base de dados científicos (paga ou gratuita), uma vez que mapeia, identifica e sintetiza em quadros temáticos as produções científicas com maior índice de referenciamento pelos pares da comunidade científica.

Neste sentido, o critério de levantamento dos dados não é subjetivo ou aleatório conforme são os tradicionais estudos assentados apenas em revisão bibliográfica e documental, uma vez que análise sistemática ao se partir do procedimento de revisão integrativa, por meio do levantamento de textos com base no estudo da arte, permite de modo comparativo, entre os textos com maior número de citações, identificar



temas centrais comuns, caracterizados como núcleo ontológico, os quais subsidiam a conformação derivada da revisão bibliográfica e documental.

A justificativa para a presente pesquisa, transcorre da lacuna científica do ponto de vista dos procedimentos metodológicos de levantamento de dados nos campos de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas no Brasil, uma vez que os processos de seleção de textos são normalmente subjetivos e aleatórios, razão pela qual esta pesquisa vem corroborar com a difusão de um procedimento metodológico relevante para o avanço dos estudos de PP no país à luz do estado da arte.

O objetivo geral deste texto visa apresentar a importância da análise sistemática como instrumento metodológico de levantamento de dados, de modo a mostrar a apontar as razões de sua criteriosa objetividade com base nas experiências desenvolvidas de modo pioneiro no país no campo de Ciências Humanas, pelo grupo de pesquisa “Interdisciplinaridade, Comunicação e Políticas Públicas (UFRR/CNPq).

A combinação dos procedimentos de revisões integrativa juntamente com a revisão bibliográfica e documental na análise sistemática traz como pano de fundo a determinação de critérios de corte e inclusão, de natureza qualitativa, nos processos de filtragem, permitindo assim a flexibilização para determinados enfoques teóricos ou ideológicos ou mesmo temporais e espaciais por parte do pesquisador.

Nesta natureza híbrida, a análise sistemática possui seis fases de combinação metodológica de revisão integrativa, bibliográfica e documental. A *1ª fase*, consiste na elaboração de pergunta norteadora; *2ª fase*, consiste na investigação na literatura ou amostragem após definido o tema da pergunta norteadora; *3ª fase*, consiste na coleta de informações na base de dados por meio de internet o que possibilita o detalhamento de cada estudo das palavras-chave; *4ª fase*, consiste na análise crítica da qualidade de estudos da pesquisa; *5ª fase*, consiste na interpretação e discursão dos resultados (fase analógica), e a *6ª fase*, consiste na apresentação dos resultados obtidos (síntese).

Conclui-se com base nestas discussões que a utilização da análise sistemática como instrumento metodológico de levantamento de dados nos estudos de PP surge como elemento agregador para a pesquisa

científica nas diversas áreas do conhecimento, uma vez que proporcionará um claro mapeamento do campo científico à luz da identificação do que é o estado da arte pela comunidade científica, respaldado por critérios de inclusão e exclusão, permitindo assim uma filtragem comparativa daqueles quadros centrais para uma revisão bibliográfica e documental mais assertiva.

**Palavras-chave:** análise sistemática; estado da arte; revisão bibliográfica; revisão documental; revisão integrativa.

## **CENTROS ACADÊMICOS E SUAS AÇÕES: ANÁLISE DO CARI BERTHA BECKER (2017-2019)**

*André Andriw Silva da Silva*

Nos últimos anos, o movimento estudantil tem ocupado, progressivamente, a agenda política, social e econômica do país mediante redes institucionais representativas formadas na maior parte por estudantes de ensino médio e graduação cada vez mais conscientes sobre direitos humanos, questões econômicas, prevalência do estado democrático de direito e meio ambiente.

No aspecto micro desse movimento, destacam-se os Centros Acadêmicos cujo fim último diz respeito em representar os estudantes de um curso, além de realizar discussões para solucionar problemas comuns entre docentes e discentes, como também questões administrativas.

Apesar dessas tarefas, os CAs não só assumem responsabilidades com o ambiente acadêmico, mas também com o entorno social por meio da expansão das suas atividades lúdicas e voluntárias. Externamente, destaca-se a participação do CARI-Bertha Becker em projetos de extensão, como o Projeto Acolher, no qual atua diretamente com imigrantes venezuelanos dentro e fora da UFRR.

De outro modo, campanhas de arrecadação de alimentos, livros, roupas, além da tradução voluntária e organização de eventos formaram o conjunto de ações externas da instituição. Nesse contexto, esta pesquisa guia-se pelo seguinte questionamento: Como o Centro Acadêmico de Relações Internacionais Bertha Becker tem contribuído não só para o desenvolvimento do curso, mas também do entorno social?

Observa-se que, as ações dessa instituição geraram efeitos significativos no desenvolvimento do curso nos últimos dois anos. Nesse sentido, justifica-se esta pesquisa a começar pela leitura de duas conjunturas. A primeira remonta-se a noção limitada da sociedade brasileira acerca do novo movimento estudantil, o qual é caracterizado

pelo engajamento produtivo e democrático; trata-se de uma bandeira que une a racionalidade jovem à inovação tecnológica e criativa para pensar os principais problemas do Brasil.

De outra forma, a segunda leitura corresponde a ausência de estudos focalizados nas ações dos Centros Acadêmicos como agentes transformadores, visto que já existe uma especialização dessas instituições na formulação ou contribuição de políticas públicas. Assim, este esforço acadêmico contribuirá na contextualização dessas ações como forma de contribuir cientificamente sobre o movimento estudantil.

Objetivamente, busca-se avaliar e destacar as principais ações desempenhadas pelo Centro Acadêmico de Relações Internacionais Bertha Becker entre os anos de 2017 e primeiro semestre de 2019 em prol do desenvolvimento do curso. Para tal fim, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, utilizando como aparato metodológico, o estudo de caso fundamento em revisão bibliográfica, documental, assim como no levantamento de dados da Diretoria Executiva 2018-2019.

Dos resultados parciais, constatou-se uma maior proximidade do CARI Bertha Becker com o corpo docente do curso de Relações Internacionais, além da ampliação da transparência e da divulgação do curso. De outro modo, dados comprovam que os estudantes se sentiram representados pela entidade no movimento estudantil.

Conclusivamente, o movimento estudantil é fundamental para pensar o futuro do Brasil. Essa perspectiva alimenta-se das interações entre Centros Acadêmicos, nos quais conquistam espaço gradualmente na agenda política, social e econômica, seja por meio do ato de resistência, ou através de ações que transpassam os muros da universidade, gerando benefícios para a sociedade. No caso, cita-se o próprio CARI Bertha Becker como agente de transformação do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima.

**Palavras-chave:** Boa Vista; centro acadêmico; CARI Bertha Becker; UFRR.

## **EMPREENDEDORISMO E O ESTUDO DE CASO DE PROJETO DE *STARTUP* NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RORAIMA**

*Waltencir Barroso Simão*

O estudo dessa pesquisa teve como foco de análise: A Inclusão do Empreendedorismo *Startup* no Processo de Formação de Política Educacional: Estudo de Caso de Projeto de *Startup* no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Essa pesquisa tornou-se necessária para o entendimento da Inclusão do Empreendedorismo *Startup* no Processo de Formação de Política Educacional, especificamente no Curso de Informática do IFRR.

Portanto, a decisão em problematizar essa temática justifica-se no âmbito acadêmico, pelo fato de ser um tema recente, com pouca literatura acerca do assunto apresentado. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a inclusão do empreendedorismo *startup* no processo de formação de política educacional.

Para tanto, buscou identificar as maiores motivações para a criação do projeto *startup* como iniciativa do programa Jovem Empreendedor Tecnológico, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, descrever como o processo de inclusão de *startup* no processo de formação educacional pode ser um diferencial na formação empreendedora de quem participa.

Verificar ainda se o tipo de metodologia utilizada tem sido um diferencial na participação dos alunos no curso, mencionar as competências trabalhadas no projeto e ainda constatar quantas *startups*, desde o início do projeto, foram desenvolvidas.

Este estudo utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e de campo, onde foi possível entrevistar o Diretor do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFRR. À análise dos dados coletados através da entrevista semiestruturada se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, com à abordagem qualitativa.

A pesquisa indicou que a principal motivação para a criação do projeto startup era dar incentivo e uma nova visão empreendedora para o curso de informática, onde o Diretor do Núcleo de Inovação Tecnológica havia identificado desmotivações por parte dos alunos, criando assim uma nova política empreendedora no processo de formação educacional, onde torna-se um diferencial na vida de quem participa, uma vez que ao final do curso muitos participantes buscam colocar em prática os conhecimentos desenvolvidos durante o projeto.

Em seguida, verificou-se que a metodologia utilizada tem sido uma forma de incentivo para que os participantes planejem melhor as startups, participando mais no processo de aprendizagem baseado na resolução de problemas de cada componente curricular na resolução de problemas reais. Percebeu-se ainda que o principal fator de influência no desenvolvimento de projetos *startups* é a percepção dos alunos que estão fazendo algo para eles e não somente para obtenção de notas na disciplina.

Acerca das competências trabalhadas no projeto startup, foi identificado nesta pesquisa a competência técnica e humana, ou seja, procura-se trabalhar competências de diferentes naturezas. Por fim, constatou o número de startups desenvolvidas desde o início do projeto foi de vinte quatro *startups* que contribuíram para uma nova política educacional implementada.

Esta pesquisa conclui que a inclusão do empreendedorismo *Startup* no processo de formação de política educacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, possibilita o despertar de um espírito empreendedor nos participantes do projeto, no processo de aprendizagem baseado na resolução de problemas de cada componente curricular na resolução de problemas reais preparando o aluno para o mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** empreendedorismo; Instituto Federal; IFRR; política educacional; Roraima; *startup*.

## **REPERCUSSÕES DO PROGRAMA AGENTES LOCAIS DE INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS RORAIMENSES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

*Ana Neiva do Nascimento Moraes; Gleyciane Malinowski Saldanha;*

*Elói Martins Senhoras*

A inovação é fator de sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas e instrumento necessário para que elas aumentem sua participação na economia brasileira, para isso, torna-se necessário a implementação de estratégias que configurem a permanência dos empreendimentos no mercado local, considerando ações de *marketing* que possam estreitar o relacionamento com os clientes.

Este estudo teve origem em uma pesquisa desenvolvida no contexto do Programa Agentes Locais de Inovação - ALI, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação representado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, atuando em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, visando implantar à cultura da inovação nas Micro e Pequenas Empresas Brasileiras - MPE's, a excelência do modelo de gestão e, ainda, fomentar a pesquisa no Município de Boa Vista - RR.

A pesquisa foi fundamentada em uma lógica cíclica de 3 etapas ou mais, que considerava a evolução das empresas no quesito gestão e inovação conforme o desenvolvimento das fases propostas pela metodologia do Programa, considerando as seguintes etapas: sensibilização, adesão, aplicação do diagnóstico de gestão e radar de inovação, elaboração da matriz SWOT, entrega da devolutiva e por fim o plano de ação que possibilitou a mensuração do resultado e o desenvolvimento das empresas.

O presente estudo foi desenvolvido no município de Boa Vista capital de Roraima, no período de Setembro de 2015 a Outubro de 2017. O modelo do diagnóstico aplicado durante o período da realização do

programa foi mensurado pelo grau de inovação das empresas, utilizando scores 1, 3 e 5 para cada resposta às perguntas propostas aos empresários e representantes das empresas.

Destacando que quanto maior a pontuação, maior o nível de inovação em determinada dimensão. Com base no grupo pesquisado dos setores de comércio e serviço, foi possível mensurar os resultados apresentados pelas 20 empresas que demonstraram grande impacto nos indicadores de relacionamento e rede, concomitantemente, destacando o cliente como centro das intervenções.

Devido aos alavancadores de inovação compreendeu-se que as empresas ampliaram o interesse para investir em inovação, principalmente visando estreitar o relacionamento com o cliente, de forma que ele fosse fidelizado e indicasse potenciais consumidores.

No setor de comércio, especificamente, houve um grande impacto da dimensão relacionamento, com estratégias que visavam aproximar o cliente da empresa e até causando experiências diferenciadas no momento da compra, possibilitando o ambiente agradável do empreendimento, facilidades de pagamento, atendimento especializado e programas de fidelização que foi o grande diferencial para o referido setor.

Quanto a dimensão rede, teve como principal resultado a imersão nos novos canais de comunicação, destacando as redes sociais. Já no setor de serviço o desempenho das empresas apresentou grande impacto em ambas as dimensões, relacionamento e rede. A pesquisa apontou a disposição do setor em investir no relacionamento com o cliente interno, ou seja, aqueles que já fazem parte da carteira e banco de dados, desenvolvendo atividades direcionadas para cada público com a implementação do serviço de pós-venda.

Ressaltando o papel das redes de comunicação que tiveram desempenho fundamental na obtenção de resultados, ou seja, aumento da carteira de clientes. Fundamentando-se na pesquisa realizada, conclui-se que os resultados do Programa ALI foram alcançados ao se tratar da disseminação da cultura de inovação nas Micro e Pequenas Empresas, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima.



O Programa Agentes Locais de Inovação teve uma repercussão positiva e atingiu seus objetivos quanto a implantação da cultura de inovação, no grupo selecionado de empresas que estiveram ativas durante a realização do Programa. O sucesso só foi possível devido ao empenho e disponibilidade de todos os atores envolvidos dos setores público e privado, destacando a atuação das empresas acompanhadas.

**Palavras-chave:** Agentes Locais de Inovação; CNPq; inovação; Roraima; SEBRAE.

## **IMPACTOS DO PROGRAMA AGENTES LOCAIS DE INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS DE SERVIÇOS EM BOA VISTA NO ESTADO DE RORAIMA**

*Gleyciane Malinowski Saldanha; Ana Neiva do Nascimento Moraes;*

*Elói Martins Senhoras*

Tomando como referência que a difusão da cultura da inovação é crescente entre micro e pequenas empresas no país, mesmo em um cenário econômico de crise, a gestão da inovação nas empresas adquire destaque em função das contingências do ambiente externo e das demandas do ambiente interno já que a inovação permite muitas vezes não apenas ampliar a lucratividade, mas também reduzir custos em um negócio.

Partindo destas discussões, o presente estudo aborda o contexto inovativo de uma amostra de 20 micro e pequenas empresas que atuam no município de Boa Vista, no estado do Roraima, atendidas pelo Programa Agentes Locais de Inovação (ALI), operacionalizado pelo ente para estatal do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e financiado pelo ente estatal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), levando-se em consideração a análise evolutiva de um radar da inovação.

Diante do exposto, uma questão que pode ser ressaltada é se aconteceram mudanças significativas a partir do radar da inovação entre o momento inicial e o momento final do Programa ALI? O presente estudo foi elaborado com base em uma revisão bibliográfica da literatura sobre marketing de relacionamento e inovação, bem como um estudo de caso desenvolvido empiricamente ao longo das atividades do programa ALI.

O universo da pesquisa foi constituído por 60 empresas do município de Boa Vista (RR), participantes do ciclo 2015-2018 do Projeto ALI do SEBRAE/RR. Com relação à definição da amostra da pesquisa foram selecionadas 20 empresas do segmento de saúde, estética e beleza e algumas no segmento gastronômico. Quanto ao critério de amostragem,

foi adotada a amostragem não-probabilística, pois para esse tipo de estudo a representatividade exata não se torna necessária. Os dados foram coletados no período de 01/09/2015 a 20/10/2017, por meio da aplicação do questionário Radar de Inovação e Radar de Gestão do MPE.

As empresas foram escolhidas segundo os critérios: evolução de ciclo, empresas do setor de comércio e serviço. Com base nessa metodologia de trabalho, o presente artigo foi estruturado levando em consideração em um roteiro metodológico. O estudo, quanto aos fins, ele se caracteriza como pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Quanto aos meios, ele é um estudo quali-quantitativo no estudo de caso que parte da análise de um radar da inovação. Por fim, quanto ao método, foi utilizada a abordagem histórica dedutiva.

O grau de inovação das empresas foi avaliado a partir da pontuação mensurada por meio do radar da inovação, no qual o score em cada uma das 13 dimensões tem variância de 1 a 5 pontos e o valor global de inovação das empresas é determinado pela média das dimensões. O grau de inovação global das empresas analisadas foi de 2,6, sendo consideradas como inovadoras ocasionais.

Durante os 26 meses do Programa ALI, foi possível observar alguns indicadores com baixo desempenho e com grandes possibilidades de melhorias: presença, relacionado aos canais de distribuição que a empresa utiliza para colocar seus produtos no mercado e, também, aos locais em que esses itens podem ser adquiridos pelos consumidores; cadeia de fornecimento, que se refere ao pensar diferentes formas de fornecimento e cumprimento/desempenho; e, por fim, rede, relacionadas às redes integradas e inteligentes de ofertas e processos que buscam redesenhar processos melhorando eficiência e eficácia na empresa.

As dimensões com maior score no radar inovação foram, respectivamente, Plataforma, relacionada a um conjunto de componentes comuns, métodos de montagem ou tecnologias que são usadas, de forma “modular”, na construção de um portfólio, Clientes, dimensão caracterizada por pessoas ou organizações que usam ou consomem produtos para acompanhar a suas necessidades; e, finalmente, Organização, que se refere-se ao modo como a empresa está estruturada,

quais as parcerias estabelecidas, e o papel e responsabilidade dos colaboradores.

Com base na evolução inovativa ao longo do tempo do programa ALI, pode-se observar a sobreposição dos radares de inovação no momento inicial e final, demonstrando-se que houve claro destaque no aumento das dimensões Clientes e Relacionamento na amostra de 20 empresas analisadas em função justamente das ações implementadas ao longo do programa.

Conclui-se com base nos resultados do Programa ALI que a parceria público-privada entre o CNPq e o SEBRAE implementou e difundiu uma cultura da inovação de modo satisfatório na amostra de 20 empresas do município de Boa Vista, abordadas neste estudo, contribuindo assim para o desenvolvimento de competitividade em micro e pequenas empresas, com base em avanços inovativos principalmente nas dimensões de Clientes, Relacionamento e Rede.

**Palavras-chave:** Agentes Locais de Inovação; CNPq; inovação; Roraima; SEBRAE.

## O *TORCH PROGRAM* COMO POLÍTICA PÚBLICA CONTRIBUINTE PARA O AVANÇO CIENTÍFICO TECNOLÓGICO CHINÊS

*Barbara Soares Gomes; Karla Priscila Vale de Sousa;*

*Lisa S. Barbosa; Maria Clara Campos*

A partir de 1978 a China iniciou um processo de grandes reformas em seu sistema, impulsionado pelo lançamento do projeto de desenvolvimento das “quatro modernizações”, visando estimular o progresso na área de agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia, fator que contribuiu com a elevação das taxas anuais de crescimento econômico do país.

A República Popular da China adota uma definição de Políticas Públicas de Estado que integra a capacidade de planejamento com a estabilidade de continuidade, e, além disso, introduz um mecanismo de mercado que mescla empresas públicas com privadas, incluindo as multinacionais.

Com este cenário, houve um benéfico avanço científico-tecnológico, incentivado pelo governo chinês através da adoção de políticas coletivas, sendo um grande exemplo o *Torch Program*, lançado em 1988 no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia da China e considerado um dos mais importantes programas no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento de uma indústria de alta tecnologia.

Tendo o objetivo analisar os impactos das políticas públicas adotadas pelo governo chinês para o benéfico progresso social estatal a partir do desenvolvimento científico-tecnológico, verificar-se-á a implantação do *Torch Program* no presente Estado asiático a fim de buscar exemplos práticos e referenciais da contribuição deste para a prosperidade do país.

Ademais, tal análise é justificada pela importância em demonstrar como um país em desenvolvimento é capaz de obter sucesso no campo de indústrias novas de alta tecnologia, visto que este progresso

é constantemente associado sobretudo a países considerados desenvolvidos.

Dessa forma, o *Torch Program* representa uma quebra de tal paradigma ao se empenhar em promover e apoiar parques tecnológicos, plataformas de exportação e bases industriais com o intuito de disseminar a produção e o capital das empresas afiliadas e com perspectiva de se tornarem grandes empresas multinacionais chinesas.

O processo metodológico utilizado na presente pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica qualitativa de artigos científicos, dissertações e teses que discutem sobre as políticas públicas chinesas, realizando um estudo de caso voltado para a aplicação deste programa e seus impactos no âmbito do desenvolvimento de ciência e tecnologia.

As ações da *Torch Program* são visíveis na otimização da economia chinesa, sendo assim possível pontuar alguns resultados obtidos a partir da análise efetiva, como a promoção da construção de Parques da Indústria da Ciência e Tecnologia, que se tornaram bases fundamentais para a disseminação de novas e altas tecnologias; o estabelecimento de incubadoras corporativas, que construíram mecanismos favoráveis à inovação e ao empreendedorismo.

Por conseguinte, o programa estatal também focou em desenvolver economias locais e regionais, especialmente na criação de bases de software para atrair indústrias de alta tecnologia, reestruturando o centro industrial das regiões.

Assim, outro ponto bem-sucedido, é a modificação das descobertas em Ciência e Tecnologia para forças produtivas reais, que se torna visível com o crescimento exponencial de pequenas empresas que se tornam grandes empresas, a exemplo da Lenovo, Huawei, Haier, Diao, entre outras.

Em suma, conclui-se que o *Torch Program* foi uma política pública que obteve impactos significativos no desenvolvimento da indústria de alta tecnologia da República Popular da China, que, com efeito, contribuiu para o aprimoramento da presente área de Ciência e

Tecnologia e que, por consequente, estimulou o crescimento exponencial de seu sistema econômico

**Palavras-chave:** China; ciência, política pública; tecnologia; *Torch Program*.

# **CAPÍTULO 5**

---

*Políticas Públicas Migratórias e de Refúgio*





## POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DOS EUA EM RELAÇÃO AO FLUXO DE CUBANOS NO PAÍS DE FIDEL ATÉ A ADMINISTRAÇÃO OBAMA

*Maria Beatriz Souza Martínez; Elenice Lima da Silva;*

*Jéssica Maria Soares da Costa*

Diversos motivos levam uma pessoa ou grupos a deslocarem-se, como a insegurança em sua terra de origem, perseguição, insatisfação com o governo de seu país ou a esperança de encontrar condições de vida melhores em outro local. Neste contexto, os Estados definem políticas e normas migratórias ao estabelecerem e controlarem quem pode entrar e permanecer no seu território, regulamentando o fluxo de pessoas.

Isso pode ser feito promulgando e implementando legislação e normas que visam regulamentar aspectos como entrada, permanência, aquisição de nacionalidade e expulsão do território nacional. Assim, qualquer política migratória tem que começar por resolver duas questões de natureza diversas, uma vez que uma é de ordem quantitativa, isto é, quantos imigrantes deve o país receber, e a outra é de carácter qualitativo, ou seja, a respeito do perfil dessas pessoas.

O tema justifica-se pela crescente visibilidade das questões migratórias, com o aumento do fluxo de pessoas principalmente no pós-globalização e os seus efeitos, fazendo surgir uma necessidade de formular políticas migratórias eficientes, não somente na esfera regional como no internacional. Para isso, é imprescindível um maior número estudos e contribuições sobre a temática e a necessidade de se fazer uma revisão mais sistemática sobre o tema.

A partir do caso cubano pretende-se traçar uma linha do tempo e debater a respeito das políticas de migração. As políticas imigratórias devem ser adaptadas e formuladas aos tempos atuais e garantir que ocorra de forma legal, ordenada e segura, com o mínimo de impacto negativo possível e pensando em seu potencial, como no setor laboral.

O objetivo do presente estudo é traçar as principais características da política estadunidense em relação à chegada de migrantes cubanos no país, de modo que foi utilizado como procedimento metodológico a leitura bibliográfica por meio de artigos e livros especializados e um procedimento de análise de dados fundamentado em hermenêutica internacionalista, é dizer, a interpretação.

Os Estados Unidos, principalmente após a Revolução Cubana, tem sido o principal país de destino dos imigrantes cubanos, cerca de 80%, sobretudo pela curta distância geográfica e pela forte presença de cubanos no país. Desta forma esse fluxo esteve condicionado às políticas imigratórias estadunidenses e cubanas.

No início da Revolução cubana de 1959, quase 300 mil cubanos abandonam o país nos 3 primeiros anos, na maioria dos casos pessoas vinculadas à ditadura de Fulgência Batista. Os Estados Unidos adotaram em 1966 a Lei de Ajuste Cubano, facilitando a entrada e permanência de imigrantes cubanos no país.

A emigração é devido a causas políticas e econômicas. Um segundo grupo chegou em 1965 quando o presidente Lyndon Jhonson chegou a um acordo com Fidel Castro para que os cubanos que tinham familiares nos EUA pudessem sair da ilha. O “êxodo de Mariel” foi uma emigração em massa de cubanos, que viajam para os EUA através do Porto de Mariel durante a década de 80.

Em janeiro daquele ano vários grupos de requerentes de asilo se refugiaram nas embaixadas da América do Sul, como a Venezuela e o Peru, sendo o peruano o que mais apoiou. De esta forma mais de 2.000 solicitantes de asilo cubanos, incluindo famílias inteiras, entraram na embaixada peruana. Depois do ocorrido, Fidel Castro abre o porto de Mariel, aos barcos procedentes da Flórida.

Um total de 125 mil pessoas conseguem chegar, assim, aos Estados Unidos. Fidel Castro esvazia prisões e hospitais psiquiátricos. Nos anos 90 a “Crise dos balseiros” tornou-se conhecida virando notícia mundialmente, quando muitos dos imigrantes cubanos optaram por sair do país pelo mar por meio de embarcações improvisadas de fabricação própria, correndo um alto risco de sofrer acidentes ou morrer.

Em 1995 é instaurada a política de "Pés Secos, Pés Molhados", permitindo que os migrantes cubanos que chegam a terra firme americana, ainda que sem nenhum tipo de visto, permaneçam e se beneficiem de mecanismos agilizados para obter residência permanente, enquanto os que são interceptados no mar são devolvidos ao seu país. Esta política foi suspensa pelo governo Obama.

Conclui-se com base nos dados apontados que é perceptível como as políticas migratórias estadunidense se modificaram e adaptaram-se à medida que ocorriam transformações decorrentes do que acontecia em Cuba, principalmente acontecimentos políticos. Além disso, vemos como ela afeta o bem-estar de um grande número de pessoas e seu fluxo.

**Palavras-chave:** administração Obama; Cuba; Estados Unidos; migração internacional; política pública.

## **AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PROGRAMA PANA DA CÁRITAS BRASILEIRA**

*Débora Fontoura; Jonatha Melo*

O Programa Pana é uma resposta para as necessidades de assistências humanitárias e de integração dos migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos no Brasil. Assim atuando em cooperação com o Governo Federal do Brasil, com os agentes internacionais presentes neste contexto, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), e com o Exército Brasileiro, através da Operação Acolhida (2018 – atualmente).

O projeto está presente em sete estados brasileiros (Distrito Federal, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo), tendo Roraima como estado de partida da execução do projeto. Tem como principal objetivo a integração dos migrantes e refugiados venezuelanos na sociedade brasileira. Foi projetado para durar um ano e atender diretamente 3.500 pessoas e 28.000 indiretamente.

Ele é organizado em quatro principais eixos de atuação, sendo eles a proteção, a assistência com itens de primeira necessidade/bolsas de subsistências, as casas de acolhidas/casas de passagens e a educação. O programa foi desenvolvido pela Cáritas Brasileira – é uma organização sem fins lucrativos ligada à Igreja do Vaticano, que visa propagar os Direitos Humanos e atender as necessidades de populações em vulnerabilidade – e Cáritas Suíça, com o financiamento do *Assistant Secretary of State for Population, Refugees, and Migration* (PRM) dos Estados Unidos da América.

Ao decorrer do tempo as participações de Organizações da Sociedade Civil (OSC) foram crescendo no desenvolvimento das mesmas, indo além de sua característica de indicador de demandas, mas se tornando formulador e executor. Após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países no

âmbito econômico e político foram se tornando mais frequentes. Como, por exemplo, através do FMI e Banco Mundial.

Todavia, tais cooperações foram se moldando em diferentes aspectos ao passar do tempo, assim se enquadrando no financiamento de políticas públicas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, através de uma lente de avaliação sociopolítica.

O trabalho agrega nos estudos desenvolvidos sobre as novas configurações da participação da sociedade civil desde a redemocratização do país e as motivações de outros países em cooperarem no desenvolvimento de políticas no contexto do fluxo migratório que o Brasil vem recebendo nos últimos anos, assim trazendo essa análise para o caso do Programa Pana.

O trabalho foi devido em três principais pontos de desenvolvimento para melhor compreensão do foco geral. Sendo eles, a compreensão da participação de organizações da sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas no Brasil nas últimas décadas.

A investigação da motivação das cooperações internacionais para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população migrante venezuelana presente no Brasil nos últimos anos; e, por fim, compreender o Programa Pana em seu todo e analisar suas ações para a execução de seus objetivos.

Na metodologia é utilizada a fonte primária, ou seja, a coleta de informações por meios documentais E, como fonte secundária, é utilizada a revisão bibliográfica de livros e artigos científicos. O método que enquadra a pesquisa é a qualitativa, aplicando o estudo de caso, pois é realizada análises dos bancos de dados disponibilizados pelas instituições e pela observação da experiência do grupo que aplica a política pública e como suas ações suprem os pontos de lacunas na assistência humanitária.

Também foi utilizado o método dedutivo-hipotético na conclusão da investigação das motivações internacionais em cooperar o financiamento de políticas de integração dos migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos no Brasil.

Conclui-se que neste caso, a participação da Cáritas Brasileira, através do Programa Pana vai além do projeto de interiorização desenvolvido pelo Governo Federal. Podemos colocar o mesmo como uma otimização da interiorização.

Das investigações sobre a cooperação internacional para a execução de políticas públicas, dentro da configuração no caso do Programa Pana, existe um pensamento lógico e político, pois os Estados Unidos da América é um país que encara números altos de migrantes, e considerando o atual cenário sociopolítico do país, cooperar com projetos que vão ajudar com a permanência dos mesmo em outro país, por financiamento de políticas públicas ou de outros meios, é uma opção para atuar tanto na propagação de proteção para tais populações em vulnerabilidade quanto para diminuir o fluxo em seu país.

**Palavras-chave:** Cáritas; cooperação internacional; migração; sociedade civil; política pública; refúgio.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DA ONG FRATERNIDADE SEM FRONTEIRAS

*Ana Caroline Gomes dos Santos; Giovanna Lacerda;*

*Vitoria Maielo Barreto Machado*

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2014 haviam por volta de 310 mil Organizações da Sociedade Civil no Brasil. Essas entidades fazem parte do terceiro setor, iniciativas de natureza privada da sociedade civil, que dentre suas ações características fundamentais prestam serviços de caráter público.

A Fraternidade Sem Fronteiras (FSF) é uma dessas organizações e tem tido um papel importante no que tange a criação de respostas a demandas sociais. A justificativa para este trabalho está baseada no fato do terceiro setor ter uma crescente função de implementação de políticas públicas.

Além disso, a FSF é uma das organizações de origem brasileira mais atuante em causas voluntárias no Brasil e no Mundo, além de estar presente em Boa Vista, Roraima, prestando auxílio com a questão dos migrantes venezuelanos. Os dados coletados pela Fraternidade Sem Fronteiras, por exemplo, em Boa Vista, ajudam o governo estadual e federal a ter uma ideia da qualificação, quantidade, motivos desses migrantes estarem no Estado de Roraima.

E a partir desses dados, é possível criar políticas públicas que sanem ou diminuam fatores de risco a essa população. A Organização Humanitária Fraternidade Sem Fronteiras foi criada no ano de 2009, em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, local em que está sediada hoje, por Wagner Moura.

Essa organização surgiu, pois, seu fundador desde pequeno se viu envolvido com trabalho voluntário, e no mesmo ano da criação da ONG viajou até a África visitando orfanatos, hospitais, asilos, e depois aldeias. Assim no contato com essas aldeias, que Wagner percebeu como a maioria



das crianças eram órfãs em decorrência do HIV e da malária, e ainda não tinha qualquer tipo de assistência as mesmas.

E foi dessa forma que surgiu a ideia de criar a Fraternidade Sem fronteiras. Atualmente, a FSF está presente em uma das regiões mais pobres do mundo, a África Subsaariana, e no Brasil, em Boa Vista- RR, Campo Grande – MS e Campo Grande – Paraíba.

Nosso objetivo é estudar como esta organização, em conjunto com outras do terceiro setor, influenciam a criação de políticas públicas, em especial as voltadas para migrantes no Brasil, tendo em vista o papel da FSF em apoiar os migrantes venezuelanos em Boa Vista, depois do grande aumento do fluxo de pessoas partindo da Venezuela para o território brasileiro.

Todas as organizações sem fins lucrativos que têm o mesmo público alvo, auxiliam nesse quesito. O poder estatal, muitas vezes, pode não ser capaz de atender todas as demandas essenciais da população, e é por esse motivo que as ONGs são importantes.

A metodologia utilizada foi a de pesquisa através das ações de resposta da Fraternidade Sem Fronteiras, tal como de outras instituições do terceiro setor, no que se refere a sua eficiência no que foi proposto por estas mesmas ações. Além disso, as pesquisas de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o IPEA são importantes para entender o crescimento e atuação dessas organizações do terceiro setor.

No que tange aos resultados, foi identificado que as Organizações da Sociedade Civil têm o papel primordial de formular e desenvolver alternativas para tornar as políticas efetivas; colaborar para a sua disseminação alargando e qualificando o raio de alcance da burocracia federal; ampliar a legitimidade e aprimorar os objetivos das políticas públicas formuladas pela burocracia.

Ao tratar sobre a FSF, considera-se seu trabalho em Boa Vista com os migrantes venezuelanos de acordo com os projetos planejados, incluindo a criação de um abrigo de recepção e demais dinâmicas de acolhimento.

Conclui-se que a Fraternidade Sem Fronteiras como uma organização da sociedade civil organizada, por toda sua experiência e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil e no mundo, incentiva a criação de novas políticas públicas, demonstra um bom trabalho em suas ações de caráter público, além de pressionar os responsáveis por essas polític:

**Palavras-chave:** Fraternidade Sem Fronteiras; ONG; política pública; sociedade civil.

## MIGRAÇÕES NA AMÉRICA LATINA, PACTO MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES

*Norman Roy Estrada Galdamez*

Apresenta-se a seguinte pesquisa sobre a migração em América latina e o pacto mundial sobre as migrações como objetivo de conhecer mais sobre os movimentos migratórios e como eles estão sendo tratados pelos governos, especialmente na América central. Pesquisar sobre as migrações e suas políticas permitirá entender melhor o fenômeno migratório atual no continente americano.

Aqui fala-se sobre aquelas teorias migratórias sabendo que quando trata-se das migrações no mundo atual é muito difícil pelos fatores que envolvem as migrações, mas aqui o tema vai se sobre a política de migratória da ONU e seu pacto mundial.

Fazendo uma pesquisa documentada nos sites da ONU, assim como os da ACNUR e OIM, agências internacionais que são referência em migração, para analisar e compreender melhor o que é o pacto das migrações e que ele implica para os governos da América, principalmente para os EUA, um dos países que, mas recebe migrantes de América latina.

Falar sobre políticas de migração é importante saber sobre as teorias migratórias internacionais e entender que não existe uma teoria única, sim não um conjunto de teorias desenvolvidas em diferentes partes do mundo que incorporam diferentes perspectivas segundo o processo migratório ao momento de estudo.

Por exemplo, a teoria funcionalista que diz que a mobilidade humana é produto de leis naturais onde um povo absorve outro povo ou porque as pessoas precisam mover-se de um lado a outro por diferentes razões, provocando a migração rural para as cidades.

Por outro lado, está a teoria estruturalista que explica que a migração é produto do capitalismo por que gera desigualdade, desemprego e pobreza dentro das classes sociais, provocando migração forçada, pela necessidade de recursos econômicos e oportunidades de trabalho.

Com a globalização das economias e o desenvolvimento do capitalismo, os movimentos migratórios internacionais aumentaram por conta da acumulação de capital dos países ricos que empobreceram mais aos países subdesenvolvidos provocando migrações de pessoas na busca por melhores oportunidades econômicas, não com isso querendo dizer que a migração é produto do capitalismo, mas sim, aumento do fluxo de migrantes em algumas partes do mundo.

Por isso a migração é um fenômeno social que se apresenta nas políticas dos governos, por que os movimentos de população acontecem dia a dia no continente americano principalmente na América latina.

No Pacto Mundial sobre Migração a ONU convoca uma conferência em 10 de dezembro de 2018 para adotar um pacto sobre migração mais segura para todos, o qual leva por nome Pacto para a Migração Segura, Ordenada e Regular, que tem por objetivo regular as políticas de migração, melhorando o trato para os migrantes de forma que possam receber cuidados como saúde e educação em seu lugar de destino.

Segundo a ONU, é o primeiro acordo global para ajudar a aproveitar os benefícios da migração e proteger os emigrantes ilegais, administrando os fluxos migratórios de forma mais segura ao nível internacional, melhorando as vias da migração legal e de medidas contra o tráfico de pessoas, da separação de famílias, e como último recurso, evitar a detenção de migrantes.

Como conclusão se pode dizer: que a migração é um fenômeno social que impacta na sociedade de recebimento, pelo que implica sua assistência com serviços médicos, educação, etc. e as políticas migratórias no continente americano não são orientadas para atender essas necessidades dos migrantes. Só são orientadas para deixar lhes entrar ao país de destino. A ONU com a criação do pacto das migrações procura que os governos deem um melhor trato ao migrante e possam facilitar as necessidades básicas dos migrantes.

**Palavras-chave:** América Latina; migração internacional; Pacto Mundial das Migrações; política pública.

## **POLÍTICAS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES NO FENÔMENO MIGRATÓRIO EM RORAIMA**

*Élysson Bruno Fontenele de Albuquerque; Elói Martins Senhoras;*

*João Carlos Jarochinski Silva*

O fenômeno migratório de venezuelanos atraiu olhares internacionais de diversos atores internacionais que passaram a prover medidas operacionais de forma atuar na composição de assistências, comprometidos a partir dos Direitos Humanos desenvolver respostas quando aos desafios que esse fenômeno se caracteriza.

Assim, a Organização Internacional para as Migrações - OIM integra-se aos atores que articulam nesse processo. A justificativa para a implementação da pesquisa procede pela discussão quanto o gerenciamento da organização em seu mandato no estado de Roraima, sendo importante compreender como a instituição ligada ao sistema da Organização das Nações Unidas - ONU constituiu sua operação marca quanto à assistência aos migrantes na região.

A pesquisa possui por objetivo identificar as políticas da Organização Internacional para as Migrações no fenômeno migratório no estado de Roraima, analisando-as perante a atuação no plano de resposta no processo migratório de venezuelanos, desenvolvendo seu mandato na prestação de serviços assistenciais aos migrantes.

Os procedimentos metodológicos implementados na pesquisa foram constituídos na análise hermenêutica internacionalista no estudo quanto à atuação da OIM no estado de Roraima, utilizando como métodos de revisão bibliográfica, documental e estudo de caso como finalidade de desenvolver um estudo expositivo, descritivo e explicativo quanto as respostas que a organização articula na região.

A atuação OIM marca a seu início de atuação em Roraima no período de 2017, de forma a desenvolver seu mandato de assistência e acolhimento aos migrantes venezuelanos, assim a organização conduziu

em suas articulações por meio do *Regional Action Plan*, cuja sua fundamentação é estabelecer o direcionamento que o ator propõe a promover em seu mandato em determinados espaços.

Dessa forma, constituído seu direcionamento quanto sua missão no estado, a OIM propôs estabelecer em seu mandato respostas as diversas situações demandadas pela comunidade migratória, como ator capacitado em articular sua resposta quanto à assistência carece, obtendo por finalidade a iniciativa de responder as necessidades que os migrantes venezuelanos.

A instituição oferece a iniciativa de regularização migratória à demanda de migrantes que solicitam obter status civil de residente no Brasil, ao que desejam permanecer no Brasil, assim constituindo na iniciativa documentação do migrante um instrumento protetivo cuja medida parte Portaria Interministerial no decreto no 9.199, estabelecendo preceitos com a Lei de Migração para a documentação aos 32,892 que solicitam a Carteira de Registro Nacional Migratório.

A organização também atua na iniciativa de geração de dados a aplicação do *Displacement Tracking Matrix - DTM* como política de promoção de informações a partir do mapeamento do fluxo deslocamento migratório, cuja metodologia provem na aplicação de entrevistas com migrantes que permitam estabelecer elementos de conhecimento quanto as proporções da migração na região.

A coleta de dados reúne o quantitativo de 13.000 entrevistados ao longo das três rodadas desenvolvidas. Quanto as condições de necessidades que a comunidade enfrenta ao ingressarem em Roraima a organização supri com a política o *Non-Food Items – NFI*, na condição de distribuição de NFI kits a comunidade carente, assim certa de 6 mil kits já foram distribuídos, sendo a iniciativa praticada em seis municípios, os kits distribuídos são de higiene pessoal, de forma, a proporcionar produtos de uso individual atendendo a necessidades básicas dos migrantes.

Quanto a política de interiorização a OIM opera em diversas modalidades no processo em conjunto com o exército brasileiro, assim a organização adentra nos procedimentos necessários de assistência aos beneficiários que será reassentado, prestando apoio na orientação, suporte

de logística e nos documentos necessários, estão encarregados no serviço *fitness for travel* a partir das condições de saúde dos beneficiários que solicitam o reassentamento.

A instituição detém uma modalidade própria, derivada quanto a política de interiorização, aplicada na sua iniciativa de realocação interna voluntária centralizada na Reunificação Familiar, promovendo o amparo de encontro de familiares que estejam residindo outras cidades no Brasil, assim 4,564 beneficiários foram realocados para mais de 52 cidades brasileiras.

Portanto, tem-se ao longo da pesquisa a composição do papel da OIM quanto ao fenômeno migratório no estado de Roraima, ressaltando as contribuições quanto a resposta à condição migratória, identificando suas políticas operadas por meio da ação protetiva que tenha longo alcance. Assim, a dinâmica estabelecida pela organização compõe o caso de políticas de soluções duráveis para as situações que o fenômeno demanda, sendo ofertadas de modo a garantir por meio de uma migração ordenada a garantia de melhorias em circunstância da vulnerabilidade atribuída aos migrantes.

**Palavras-chave:** Brasil; migração internacional; OIM, política pública, Roraima; Venezuela.

## **POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES VENEZUELANOS RECEPCIONADOS PELA OPERAÇÃO ACOLHIDA**

*Élysson Bruno Fontenele de Albuquerque; Elói Martins Senhoras;*

*João Carlos Jarochinski Silva*

O contexto migratório venezuelano no estado de Roraima é um fenômeno significativo para o âmbito social-regional, que demanda uma série de coordenações por meio de políticas públicas de forma a constituir mecanismos de resposta que atendam a população migratória. Dessa forma, o Governo brasileiro encabeçado em conduzir ações para essas necessidades, promove dentre seus pilares de atuação estratégica, a política de assistência articulada por meio da interiorização.

A justificativa dessa pesquisa tem-se por fins de desenvolver um estudo quanto à atuação do Estado, em promove por meio políticas públicas de assistência às demandas da população migrante, promovendo assim, a iniciativa estratégica em sua articulação como resposta ao fluxo migratório em Roraima, centralizando na atuação na política de interiorização.

Com a finalidade de construir uma linha de pesquisa quanto a iniciativa do Governo em prover articuladas em prol da demanda dos migrantes e refugiados. O objetivo da pesquisa consiste em analisar a política de interiorização de migrantes venezuelanos que chegam em Roraima, tomando como a referência a Operação Acolhida, desenvolvida no ano de 2018. De forma, a compreender como o Governo junto com as Organizações Internacionais desempenham suas atuações na iniciativa a partir da demanda de migrantes que solicitam a realocação em outras cidades brasileiras.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa fundamentam na análise hermenêutica internacionalista quanto a política de interiorização por meio da Operação Acolhida, constituído por meio de revisão



bibliográfica, documental e estudo de caso para fins de levantamento de dados, compondo um estudo exploratório, descritivo e explicativo.

A Operação Acolhida foi desenvolvida por meio da Medida Provisória nº 00034/2018, resultando em uma edificação de uma atuação emergencial, quanto ao fenômeno migratório em Roraima, efetivando a resposta do Governo na situação significativo aumento da população venezuelana no estado, articulando políticas de assistência na recepção desta população, atribuindo como gestores desta operação, o exército nacional, em favor do Ministério da Defesa.

Com o desenvolvimento dessa Medida tem-se a iniciativa da interiorização, como ação estratégia quanto ao escoamento da população migrante em outros estados brasileiros, conforme o destino solicitado pelo beneficiário, priorizando as necessidades do migrante que deseja estabelecer sua permanência no Brasil em outros estados, assistidos pelos voos proporcionados pelo comando da Força Aérea Brasileira - FAB.

Essa iniciativa é o reflexo do aumento do fluxo migratório, obtendo por meio da interiorização como política estabelecida para desconcentrar a população migratória de Roraima, possibilitando em menos de um ano, o quantitativo de 5 mil migrantes interiorizados, de forma a inseri-los em outras cidades que tenham oportunidades de emprego aos que buscam recomeçar suas vidas no Brasil.

A iniciativa de interiorização, é coordenada em conjunto com Organizações Internacionais, que como *stakeholders* atuam no estabelecimento de uma rede protetiva em suas articulações, que visam no deslocamento voluntário, a condição de permitir com que refugiados e migrantes sejam integrados na sociedade, construindo condições de assistência as demandas aos que desejam permanecer no Brasil.

Dessa forma, a Organização Internacional para as Migrações – OIM presta apoio com a iniciativa da Reunificação Familiar, permitindo com que o encontro de familiares que estejam morando em outras cidades brasileiras, além disso, articula na orientação, suporte de logística e documentação necessária, também encarregados quanto ao serviço de *fitness for travel* dos beneficiários aptos à realocação, viabilizando os componentes básicos que possibilitam ao beneficiário a migração interna.

A atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR apoia a realocação contribuindo na coordenando nas ações de encaminhamento dos beneficiários dos abrigos até check-in e embarque dos realocados de forma a prestar assistência de suporte, na condição de contribuir na proteção dos beneficiários que solicitaram serem interiorizados para outras cidades.

Conclui-se com base nos resultados apresentados brevemente a atuação do Governo como ator responsável no desenvolvimento da política de interiorização permitindo com que migrantes e refugiados melhores condições de vida com oportunidades em outras cidades, assim a iniciativa, coordenada com a OIM e ACNUR, fortificam na rede estratégica do deslocamento voluntário, articulando de maneira com que na relocação dos beneficiários abra espaço que possibilite a inserção social aos que desejam permanecer sob o amparo brasileiro.

**Palavras-chave:** Brasil; Operação Acolhida; organizações internacionais; política pública; Roraima; Venezuela.

## **COMPONENTE MILITAR NA ASSISTÊNCIA EMERGENCIALEM A PARA IMIGRANTES VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA**

*Renata Alves da Costa*

A crise política, institucional e socioeconômica que transcorre na Venezuela nos últimos anos trouxe consequências regionais de toda ordem, a mais agravante se refere ao deslocamento forçado de mais de 4 milhões de pessoas, de acordo com dados recentes do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR). O “aumento populacional temporário, desordenado e imprevisível observado no Estado de Roraima” produziu impactos nos serviços públicos de saúde, educação, segurança pública, entre outros.

Nesse sentido, a necessidade de acolhimento humanitário no território nacional desses solicitantes de refúgio levou o Governo brasileiro a reconhecer, por meio do Decreto Presidencial no 9.285 de 15 de fevereiro de 2018, a situação de vulnerabilidade dessas pessoas decorrente do fluxo migratório para o Estado de Roraima. Ademais, através da Diretriz Ministerial 03/2018, do Ministério da Defesa, foi instituída a Operação Acolhida, considera a resposta brasileira à essa demanda migratória.

Os pilares dessa operação, inicialmente, foram o ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização para outros Estados da Federação. Considerada uma operação humanitária, conjunta e interagências, pois conta com a participação das Forças Armada, organizações internacionais, sociedade civil, órgãos municipais, estaduais e federais, está nesse segundo ano realizando uma reformulação das suas prioridades.

Isso posto, para o presente trabalho nos interessa realizar uma análise do componente militar encarregado do planejamento e execução da Operação Acolhida através da Força-Tarefa Logística Humanitária, sob a coordenação do General de Divisão do Exército Brasileiro, Eduardo Pazuello. Tendo em vista a pluralidade de atores envolvidos nessa

operação, revela-se de grande importância conhecer o trabalho do componente militar naquela que pode ser considerada a primeira operação humanitária em território brasileiro.

As suas capacidades técnicas e operacionais, além da sua experiência em operações de paz no mundo, permitem o emprego imediato de uma estrutura que atenda às demandas documentais, sanitárias, entre outras, dos imigrantes. Assim, o objetivo desse trabalho é identificar o trabalho realizado pela Força-Tarefa Logística Humanitária e avaliar como se processo esse trabalho realizado pelos militares do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Para tanto, um trabalho de campo está sendo realizado pelo autor através da observação participante tanto na cidade de Boa Vista quanto em Pacaraima. A presente investigação utilizará a abordagem metodológica qualitativa e documental sobre o tema.

Até o presente momento os resultados dessa pesquisa demonstram que os demais órgãos públicos não poderiam enfrentar de forma célere esse fenômeno migratório no Estado de Roraima sem o envolvimento componente militar, tão pouco poderiam fazê-lo sozinhos. Não obstante, o papel que cada ator desempenha possibilita o alcance do estado final desejado da operação.

**Palavras-chave:** Brasil; Forças Armadas; migração internacional; Operação Acolhida; Roraima; Venezuela.

## **DIREITO À CIDADE: PERFIL DOS MIGRANTES VENEZUELANOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ (RR)**

*Iara Loureto Calheiros*

A dilatação mais recente do processo de urbanização trouxe consigo mudanças que alteraram o direito à cidade e a moradia, pois o espaço do urbano passa a ser transmutado a uma mercadoria. Partindo dessa vertente, o sociólogo e filósofo marxista define a cidade como a projeção da sociedade sobre o terreno, e a cidade passa a ser produzida enquanto mercadoria minando ao indivíduo ao direito à moradia e intensificando a miséria urbana, principalmente no que diz respeito a habitação.

Na prática, a aplicação do Estatuto da Cidade, e por consequência, a utilização do direito à cidade – é uma questão muito discutida, tanto em termos urbanísticos quanto sociais. Percebe-se uma série de violações recorrentes a este direito garantido constitucionalmente.

Após a análise, resta-nos refletir que o Poder Público possui as ferramentas nas mãos para fazer uma política urbana voltada à dignidade da pessoa humana, uma vez que possui tanto o guia “Estatuto da Cidade”, quanto erário público capaz de promover a bem utilização do território. Basta somente renunciar aos interesses políticos e pessoais e pautar-se em uma gestão realmente democrática: ao serviço e bem-estar do povo e dos habitantes de uma determinada “Cidade”.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se nas lacunas existentes nas condições habitacionais da população brasileira, as quais constituem um dos aspetos que perpassam as várias dimensões das desigualdades sociais. A melhoria da qualidade de vida está intrinsecamente ligada à melhoria das condições de habitação. Para serem considerados habitáveis, os domicílios devem apresentar condições mínimas de uso.

É nesse contexto que o direito fundamental à cidade e a moradia se apresenta em gritante descompasso em relação com a práxis. Em São

Luiz, município localizado na Região Sul do Estado de Roraima, verifica-se uma ocupação desornada e incontrolável por partes dos migrantes advindos da Venezuela em virtude da crise econômica e política que assola aquele país vizinho.

A pesquisa tem como objetivo diagnosticar o perfil dos migrantes residentes no município de São Luiz – Roraima. Procedimentos metodológicos: Para atender ao objetivo proposto, o desenho do estudo deu-se a partir de um estudo bibliográfico; exploratório; e descritivo através do método qualitativo que pode ser caracterizada como um Estudo de Caso descritivo, cujo objetivo foi analisar as características dos migrantes residentes no município de São Luiz – Roraima.

Partindo do levantamento de dados realizado através de aplicação de questionários juntos aos migrantes venezuelanos, a pesquisa elaborou e sistematizou o estudo podendo assim traçar o perfil socioeconômico dos migrantes venezuelanos. Diante dos dados analisados é possível estabelecer o seguinte perfil do migrante venezuelano que reside em São Luiz/RR: 69% é de pessoas do sexo masculino e 31% do sexo feminino com faixa etária entre 18 a 59 anos.

Tais pessoas chegaram ao município de São Luiz/RR em 2018, tendo como maior motivo à situação política e econômica na Venezuela. Conforme os dados coletados, 50% dos venezuelanos ocupam os prédios públicos por não possuírem dinheiro para pagar aluguel e terem sido abrigados pela prefeitura nesses imóveis. Com relação ao retorno para Venezuela, 77% afirmam que se o país de origem tivesse condições de recebê-los retornariam imediatamente para sua nação.

Quanto a buscar outro destino dentro do Brasil, 26% almejam a metrópole de São Paulo/SP, mas 20% são categóricos em afirmar que gostariam de residir onde estiver trabalho. Entretanto, 60% dos migrantes não trabalham e 35% afirmam fazer uso constante dos serviços básicos de saúde, educação, e Programas Sociais do Governo Federal.

Diante de todo esse panorama, incredivelmente às autoridades responsáveis pela conservação do patrimônio público parecem fechar os olhos para o ocorrido na localidade, contudo os moradores sentem constantemente os impactos da migração desregulada.

Por esse motivo é urgentemente necessário à atuação estatal no sentido de instituir no próprio município um cadastro unificado responsável pela identificação desses migrantes. Cabe frisar que essa foi uma demanda apontada pelos entrevistados, com inclusive a criação de uma espécie de registro que possibilite uma futura interiorização, pois muitos não dispõem de condições financeiras de se deslocar até a capital Boa Vista e aguardar os trâmites.

**Palavras-chave:** Brasil; espaço urbano; migração internacional; moradia; Roraima; Venezuela.

## **USO E LIMITAÇÕES DE APLICATIVOS MÓVEIS PARA REFUGIADOS: APLICATIVO OKA COMO UMA NOVA FERRAMENTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAIMA**

*Laryssa Natália Andrade Silva; Maria Clara Campos*

O desenvolvimento de aplicativos de telefonia móvel para refugiados tornou-se popular entre organizações dedicadas a melhorar a recepção e a integração de migrantes, principalmente no continente europeu. Na atual conjuntura do estado de Roraima onde há um grande fluxo migratório venezuelano, surgiu a necessidade de novas políticas públicas direcionadas para dinamizar a circulação de informação segura para refugiados e migrantes.

É nesse contexto que o *app* OKA foi idealizado. O OKA é um aplicativo gratuito, lançado no dia 06 de fevereiro de 2019, projetado para a disseminação do acesso à informação sobre serviços públicos, tendo como público alvo migrantes (solicitantes de refúgio, refugiados e/ou migrantes internos). O *app* foi desenvolvido pelo Instituto Igarapé, o qual possui o intuito de propor soluções para as agendas de desenvolvimento, segurança e justiça, por meio de pesquisas, inserção de novas tecnologias e influência nas políticas públicas.

O presente trabalho tem como objetivo investigar o uso do aplicativo OKA como uma política pública no contexto da migração no Brasil, com foco em Roraima. Busca-se compreender o impacto das tecnologias no processo de migração e como o acesso à informação é um fator decisivo que pode auxiliar processo de integração no novo país.

A partir dessa análise busca-se entender como esse modelo de políticas públicas pode auxiliar o compartilhamento de informações por organizações governamentais e não governamentais, em níveis nacionais e internacionais, como também para os próprios imigrantes. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o uso das tecnologias nas políticas públicas direcionadas às questões migratórias.



Busca-se referenciar esse estudo por meio da literatura sobre o uso de tecnologias da informação e mídias digitais pela população refugiada/ migrante e a sua relação com a integração em novos países. Trata-se de um tema prático e inovador, enriquecedor para a área de relações internacionais e políticas públicas.

O processo metodológico utilizado por esta pesquisa fundamenta-se por uma revisão bibliográfica de artigos e livros que versam sobre o assunto. Também baseia-se em duas reuniões com grupos focais de imigrantes/refugiados que se reuniram no âmbito da Pesquisa Novas tecnologias, conectividade digital e a integração de imigrantes /refugiados venezuelanos em Roraima - Brasil, com aval do comitê de ética Plataforma Brasil, liderada pela professora Julia Camargo.

Os vinte membros da pesquisa são ex-alunos do curso de Português para Acolhimento da UFRR e receberam smartphones por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e créditos de telefone para participarem da pesquisa. A partir das análises realizadas e pesquisas publicadas observa-se que existe uma deficiência robusta no que concerne à comunicação/informação da população refugiada/imigrante no Estado de Roraima.

É possível constatar que os migrantes/refugiados venezuelanos que chegam a Roraima se deparam com a precariedade no acesso à informação e ao uso de tecnologia. Essa constatação é essencial e deve ser levada em consideração antes mesmo da análise da utilização do aplicativo. Essa precariedade da informação precisa e confiável ocorre em diversas áreas: direitos legais e trabalhistas, mecanismos de proteção e denúncia, educação, saúde, moradia.

Nesse sentido, o aplicativo OKA trata-se de uma iniciativa inovadora no Brasil que procura suprir esse lapso na comunicação/informação dos refugiados/migrantes. A análise das considerações feitas pelos membros do grupo focal indica satisfação, eficiência e utilidade dos serviços oferecidos pelo aplicativo.

Ressalta-se também a atitude louvável dos idealizadores do aplicativo em co-projetar as funções do mesmo com a população refugiada. Por outro lado, o principal desafio da utilização do aplicativo

encontra-se na característica de não acesso à tecnologia da população refugiada na cidade de Boa Vista. Pesquisa realizada no Centro de Referência ao Imigrante, em 2018, aponta que apenas 51% da população migrante possui telefone celular e 99% gostariam de acessar mais vezes a internet.

De tal forma, contribuições para aprimorar a questão da informação/comunicação entre os refugiados/migrantes no estado de Roraima envolvem: a necessidade de ampliar a rede de comunicação não virtual; tornar as plataformas online mais visíveis e acessíveis; co-projetar aplicativos com organizações e grupos de refugiados; disponibilizar centros com tecnologia e conectividade para a população migrante e refugiada.

Conclui-se ressaltando a necessidade de democratizar, modernizar e agilizar a forma de comunicação no contexto de deslocamento forçado de pessoas a fim de se aprimorar a compreensão dos processos burocráticos; dos sistemas de proteção, justiça e da comunicação entre parentes e familiares. Pensar o sistema de comunicação/informação/conectividade para a população refugiada é uma política pública essencial no século XXI.

**Palavras-chave:** migração internacional; política pública; Roraima; tecnologia; Venezuela.



## **CAPÍTULO 6**

---

*Políticas Públicas de Segurança Multidimensional*



## AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS COMO DIFUSORAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A PRESENÇA DA OEA NA FORMULAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

*Mariana Uchoa, Débora Fontoura; Dhalila Cruz da Silva*

Maria da Penha Fernandes foi duas vezes vítima de tentativa de homicídio praticada pelo seu marido. Em busca de uma resolução para o seu problema, ela foi até o Tribunal de Justiça do Ceará buscar uma solução e teve a resposta por meio da condenação de Marco Antonio Herredia Viveiros.

Porém, através de recurso contra a decisão do Tribunal do Júri, ele teve sua liberdade garantida, até que Maria da Penha resolveu buscar ajuda pela justiça internacional. Ao levar seu caso para Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil foi responsabilizado pela Organização de Estados Americanos por omissão e negligência a respeito da resolução de casos de violência doméstica.

A medida paliativa imposta pela OEA foi o pedido da criação de políticas públicas com intuito de evitar que casos como o da Maria da Penha se repetissem no país, e, se acontecessem, que a justiça tivesse um aparato forte o suficiente para poder julgar definitivamente e no tempo mais aceitável possível, culminando na criação da lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha.

As Organizações internacionais ganham bastante destaque no cenário mundial a partir do século XXI ao direcionarem e mediarem as relações entre os países, porém, isto não restringe a sua atuação somente para o âmbito internacional, mas como também elas possuem grande papel nas ações internas do Estado.

Dessa forma, a justificativa desta pesquisa está baseada na forte presença da Organizações Internacionais na dissuasão de políticas públicas, como um ator chave principal, e como esta pode auxiliar nos momentos em que os Estados se tornam obsoletos.

Portanto, diante de tal problemática, o objetivo da pesquisa consta em abordar o papel crucial que as OIs também possuem como atores capazes de transferir ou difundir políticas públicas nos Estados, estudando a participação da Organização dos Estados Americanos na criação de uma política pública voltada para erradicação da violência doméstica contra a mulher.

Foi realizado o estudo de caso da Lei Maria da Penha, que foi uma legislação criada em virtude da pressão internacional exercida pela OEA ao Brasil, refletindo a força e capacidade que essa tem como OI de impulsionar a primeira política pública voltada para proteção da mulher contra a violência doméstica no Brasil.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa fundamentam-se em uma revisão bibliográfica através de livros que tenham como debate a conceituação das políticas públicas e de suas respectivas vertentes teóricas, para que assim seja possível apresentar o papel das OIS dentro deste conceito, e de artigos acadêmicos que analisem o contexto histórico do caso trabalhado nesta pesquisa.

Também será utilizado fonte documental através da análise dos tratados pelos quais o Brasil é signatário e desonrou ao não avaliar de forma justa o caso da Maria da Penha e, portanto, sendo condenado internacionalmente.

Aprofundando o tema será utilizado ainda a metodologia do estudo de caso através da análise do caso da Maria da Penha Fernandes, que influenciou e foi homenageada na criação da respectiva lei em estudo, analisando desde a primeira condenação do seu marido em 1993 até o ano da sua prisão em 2003, garantida pela pressão externa da OEA.

O resultado parcial adquirido com este trabalho mostra o poder que a OEA (representando como OI) teve ao responsabilizar o Brasil de não honrar com seu compromisso internacional ao não possuir uma política pública efetiva para pôr em prática as ordens impostas por convenções internacionais, obrigando o Estado a promover uma diante da sua obrigação como signatário de tratados internacionais como o da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir,

Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher), da Convenção Americana e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

Conclui-se, com base nos resultados parciais, o papel difusor que as OIs possuem ao serem capazes de coagir o Estado até que haja a organização de um plano político que honre seus compromissos internacionais quando este por si só não é capaz de formar uma boa estratégica.

Através da análise das funções que as Organizações Internacionais possuem nota-se neste caso específico trabalho a criação e supervisão de regras, da primeira parte coagir o Estado a seguirem os tratados que este assinou e a partir de então estarão vigorando como lei no país e ao supervisionar verificaria se há o cumprimento dessa legislação. No caso, a OEA cumpriu com seu monitoramento e trouxe exigências ao Brasil.

**Palavras-chave:** Brasil; Lei Maria da Penha; OEA; organizações internacionais; política pública.



## **MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM BOA VISTA (RR)**

*Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras; Elói Martins Senhoras*

A despeito da Lei Federal nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, ter completado mais de uma década em vigor no país, sua efetividade é relativa frente ao crescimento da violência contra a mulher no país, inclusive em Roraima, considerado o estado mais perigoso para o gênero feminino.

Diante do negativo status de Roraima no ranking nacional de violência contra a mulher, esta pesquisa justificou seu desenvolvimento, com base em um estudo de caso detalhado na única Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) do estado, partindo de uma relevante preocupação relacionada à caracterização detalhada da violência doméstica contra a mulher findando fornecer subsídios para o planejamento da força policial.

A presente pesquisa teve como objetivo construir um mapa temático da violência contra a mulher em Boa Vista baseado no número de casos registrados nos Boletins de Ocorrência da DEAM em 2016. Então tomando como referência os dados disponibilizados em 753 Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Boa Vista (DEAM) no ano de 2016.

O presente estudo os organizou e os tabulou de modo a perfilar as características da violência contra a mulher por meio de um mapa sistemático com 5 dimensões: 1) tipo da violência; 2) perfil social; 3) perfil dos relacionamentos; 4) caracterização etária da violência; e, finalmente, 3) distribuição espacial da violência em Boa Vista, refletindo no primeiro mapa da violência contra a mulher no município.

Para a pesquisa, foi aplicado o uso de um método histórico-legal-dedutivo, caracterizado por uma abordagem qualitativa, exploratória e mista, tanto, quanto ao levantamento de dados por meio dos

procedimentos de revisão bibliográfica e documental e estudo de caso in loco na DEAM, quanto à análise de dados por meio de análise gráfica e geoespacial.

Como resultados da pesquisa verificou-se na primeira dimensão que a tipologia de violência contra a mulher registrada oficialmente pela DEAM em Boa Vista é majoritariamente identificada pela violência psicológica (45%) e violência física (36%) em contraposição a uma presença menor dos casos de violência moral (12%), violência patrimonial (2%) e violência sexual (1%).

Na segunda dimensão, o perfil social na violência contra a mulher demonstra que ela existe em todos os segmentos de renda e classe social, demonstrando uma correlação direta na concentração de agressores e vítimas quanto à raça, cor ou etnia em relação ao perfil social identificado para a população boa-vistense no Censo de 2010 do IBGE.

Na terceira dimensão, o perfil dos relacionamentos com registro de violência contra a mulher é majoritariamente identificado por relacionamentos de natureza amorosa heterossexual (95%) em comparação a relacionamentos de natureza amorosa homossexual (1%) ou de natureza parental (4%), com ocorrências de violência predominantemente engendradas por parte de filhos e irmãos.

Na quarta dimensão, a caracterização etária indica forte concentração das faixas etárias de 21 a 40 anos, tanto para agressores (62%), quanto para as vítimas (64%), e, um destaque especial para o elevado número de casos com vítimas jovens na faixa etária de 15 a 20 anos (12%). Na quinta dimensão, a distribuição espacial da violência se concentra na Zona Oeste da cidade (84%), uma vez que concentra o equivalente a 80% da população segundo dados do IBGE.

A distribuição de bairros com média e alta violência contra a mulher demonstrou que a vulnerabilidade feminina se encontra disseminada em todo espaço urbano boa-vistense, uma vez que na Zona Sul 50% dos bairros possuem índice de média e alta violência, na Zona Leste, considerada área nobre, 67% dos bairros, na Zona Oeste, considerada área periférica, 80% dos bairros, na Zona Norte 86% dos

bairros, e, na Zona Central constituída a partir de um único Bairro com alto índice de violência (100%).

Conclui-se com base nas discussões apresentadas na pesquisa que a violência contra a mulher em Boa Vista possui um perfilamento socioespacial complexo e relativamente transversal, caracterizado em um mapa que é conformado pela concentração de médio e alto grau de violência no tecido urbano de Boa Vista.

**Palavras-chave:** Boa Vista (RR); mapa da violência; segurança pública; violência contra mulher.

## AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: OS DIREITOS BÁSICOS E ESSENCIAIS VERSUS O ESTADO RECRUTANDO MEMBROS PARA AS FACÇÕES

*Nathalie de Azevedo Kjaer; Edson Juan Ferreira Nascimento;*

*Rui Machado Junior*

É notícia em todo o País as superlotações e o mau funcionamento das unidades prisionais e a má aplicabilidade dos processos penais; A crise calamitosa nas prisões se alastrou e tornou-se nacional, os maus tratos e as vulnerações dos direitos dos presos já são costumeiros aos olhos que quem convive de perto essa realidade. Porém, com a chegada e o crescimento absurdo das facções criminosas intensificou-se ainda mais.

Esse trabalho de artigo acadêmico, tem por objetivo tratar da malsinação direta que o Estado, através de seus agentes, juízes penais, tem cometido, quando, na audiência de custódia pede-se ao preso que responda se é faccionado para que de acordo com a sua facção esse seja remanejado para a unidade prisional correspondente à sua facção, e se não o for, impellido a escolher um dos lados, o preso deverá ser resignado para uma das unidades prisionais, visto que os presídios foram divididos cada um com uma facção.

Sob a justificativa de que essa separação seria para a própria segurança e manutenção da vida das pessoas em situação de reclusão de liberdade, o Estado impõe aos presos, que não fazem parte de facções, que se tornem adeptos forçados, pois como o sistema não possui o controle total das facções dentro dos presídios, os presos que lá entram veem-se obrigados a aceitarem e se tornarem membros sob pena de morte caso se recusem.

A audiência de custódia, prevista desde 1969 pelo Pacto San José da Costa Rica, não é contemplada, ainda, pelo ordenamento jurídico brasileiro, não vigora nenhuma lei que resguarde essa etapa do processo penal, e, apesar de ter sido instituída no Brasil recentemente, não é um instituto novo, e foi incluída pelo Conselho Nacional de Justiça.

Não obstante o fato de ser um balbucio de humanização do processo penal, a audiência de custódia é um instrumento que visa a apreciação do juiz para decretar se realmente é necessário manter aquele indivíduo preso, e não um filtro do Estado para separar facções, tornando-as mais fortes e formando para elas um contingente unido e submisso como tem acontecido no estado de Roraima.

Esse instituto almeja obstar que pessoas permaneçam presas ilegalmente, onde o juiz analisando se a prisão deve permanecer ou ser relaxada, poderá também eventualmente trocar por medidas cautelares, quando cabíveis, mas em hipótese alguma o Pacto, visou que fosse utilizada como filtro para separar facções, incitando a rivalidade entre elas.

Os resultados da presente pesquisa documental sugerem que, embora o instituto seja de grande importância na humanização do processo penal, tem sido indiretamente, utilizado de forma a que tem favorecido o crescimento das organizações criminosas. Indicando que, deve-se utilizar de outra forma esse questionamento, que foge da finalidade a qual foi instituída a audiência de custódia, qual seja, para melhor controle das facções e de dados sobre elas.

Como metodologia de pesquisa, foi realizada uma pesquisa documental, através de documentos oficiais, artigos sobre o tema, reportagens e legislações. Assim, conclui-se que a audiência de custódia, ao tratar do questionamento sobre facções criou uma fomentação ao efetivo das organizações criminosas.

**Palavras-chave:** audiência de custódia; Brasil; facção criminosa; direitos humanos; Pacto San José da Costa Rica; sistema penal.

## RESTRUTURAÇÃO MILITAR COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL

*Marcos de Lima Gomes; Elói Martins Senhoras*

A construção do Forte São Joaquim do rio Branco entre aos anos de 1775-1778, é considerado um dos baluartes mantenedores de nossa integridade territorial com a presença e ocupação militar no vale do rio branco, e a partir de então, a ampliação do Poder Militar para a região do extremo Norte do Brasil acontece de forma lenta e gradual.

A preocupação do governo brasileiro com a integração da Amazônia brasileira com as demais regiões do Brasil, fica latente a partir do final da década de 1930, quando o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas já sinalizava sua preocupação e a necessidade de ocupação das fronteiras brasileiras na Amazônia brasileira, uma vez que a escassa presença estatal naquela região traria sérios problemas no futuro.

Doravante, somente em 1953 com a criação do Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que realmente se tem um plano regional para ocupação territorial para esta região, tendo influência direta em questões de Defesa Nacional, que mais tarde teria sua extinção e criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia em 1966.

Justifica-se esta pesquisa pelo fato da necessidade de se conhecer o processo pelo qual acontece a reestruturação do EB no extremo norte do Brasil, especificamente no estado de Roraima, quando da criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) em Boa Vista-RR. Como recorte metodológico, a pesquisa apresenta-se como exploratório-explicativo-descrito, fundamentado por método analítico de dados extraídos de revisões bibliográficas e documental.

Assim, o artigo tem como objetivo fazer breves considerações sobre o contexto da evolução e da ampliação da presença e ocupação de Poder Militar no estado de Roraima, por meio de Políticas Públicas da

pasta da Defesa Nacional. A preocupação com a defesa da soberania nacional sobre o território amazônico incentivou uma série de ações políticas e militares na região, como o Tratado de Cooperação Amazônico (1978), que mais tarde se tornaria uma Organização, o Programa Calha Norte (1985), o Sistema de Vigilância e de Proteção da Amazônia (1980), bem como o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), em 1984.

A reestruturação militar para a região da Amazônia Legal, deriva de Políticas Públicas (PP) implementadas ainda na década de 1960, com a ascensão dos militares ao centro poder no Brasil em 1964, e após o arrefecimento de tensões no Cone Sul entre Brasil e Argentina, além da busca de uma nova doutrina militar autônoma que se enquadrasse para a realidade das FA, o que sugeriu mudança de prioridade, agora para a proteção da região Amazônia Legal e de suas fronteiras consideradas frágeis e porosas. Neste ínterim, as Regiões Sul e Sudeste do Brasil já concentravam grande parte de Poder Militar, deste modo, o EB cria o SIPLEx, com programas básicos, de estruturação da Força Terrestre, complemento do pessoal e equipamento, dentre outros.

Em primeiro momento previa-se a reestruturação da força em curto prazo (1986-1990) com ampliação da presença militar nas demais regiões do país, com foco para as regiões fronteira da região Norte e criação de novos C Mil A. A criação do Comando Militar da Amazônia (CMA) em 1959 refletiu a preocupação das FA com a região amazônica. Atualmente, composto por quatro Brigadas de Infantaria de Selva, com responsabilidade jurisdicional de: Amazonas; Roraima, Rondônia e Acre.

Dentre as brigadas, encontram-se a 1ª Bda Inf SI, e centenas de outras Unidade Militares (UM), além de vinte e oito Pelotões de Fronteiras (PEF) espacializados em áreas remotas de nossas fronteiras. Dentro desta estrutura, em 1985, só haviam duas Brigadas de Infantaria na região Norte, em Marabá-PA e Porto Velho-RO. Com a implementação do SIPLEx, houve a transferência de duas brigadas da região Sudeste para o CMA, além da criação um Esquadrão de Aviação do Exército em Manaus-AM. Deste modo, entre os anos de 1998-2002 houve um substancial aumento do efetivo militar nesta região, passando 3.300 para 23.100 militares.

Para Roraima, em 1991 foi transferida da cidade de Petrópolis-RJ para Boa Vista-RR, a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada e transformada na 1ª Bda Inf SI, onde possui formação básica de combinação de armas, integradas por unidades de combate e administrativas. Desta forma, a 1ª Bda Inf SI está composta atualmente por oito UM de diferentes Armas, Quadros e Serviços, além de seis PEF, mas representada por nove UM, uma vez que o 6º Batalhão de Engenharia de Construção é subordinado diretamente ao 2º Grupamento de Engenharia e Construção em Manaus-AM.

Conclui-se com base nos resultados, que ao longo do tempo várias foram as estratégias utilizadas para que as FA implantassem seus objetivos de reestruturação da força, por meio de PP de Defesa que fortalecessem a presença estatal na região da Amazônia Legal, bem como a ampliação do Poder Militar em faixa de fronteira, uma vez que possui grande importância para a manutenção da soberania nacional.

**Palavras-chave:** Amazônia; Brasil; Exército; poder militar; reestruturação militar.



## PROGRAMA MAIS MÉDICOS: O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A JANELA DE OPORTUNIDADE

*Sammuel Felipe Chagas de Souza*

O Programa Mais Médicos, ou simplesmente PMM, surge 2013, por intermédio da Medida Provisória nº 621 de 08 de julho de 2013, com a finalidade de atender as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) na formação de médicos, objetivando: atender a demanda por médicos em áreas carentes, promover serviço de atenção básica, aprimorar a formação médica, inserir formandos nas unidades de atendimento do SUS, fortalecer a política de educação; promover a troca de conhecimento e experiência; atuação nas políticas públicas de saúde e direcionar e estimular a elaboração de pesquisas aplicadas ao SUS.

Resultado de um sistema político e de uma ação pública, normalmente as políticas públicas buscam se embasar em outras experiências, e assim, pode-se colocar que as políticas se originam de outras políticas públicas, sejam elas existentes ou não. Desse pensamento, é colocado que as soluções são propostas antes do surgimento de um problema público e sua adoção depende de uma série de fatores que surgem somente por meio da janela de oportunidade (*policy window*) – momento em que se alinha solução para um determinado problema numa condição de ação política.

Tendo como base essa observação, o PMM vem passando por intervenções e mudança de direcionamento ao longo do ciclo de políticas públicas (*policy cycle*). Por isso, se faz necessário esta pesquisa com o objetivo de analisar a janela de oportunidade ao longo do ciclo de políticas públicas e as mudanças que a abertura desta janela propôs ao Programa Mais Médicos com o intuito de modificação ou extinção deste programa.

Esta pesquisa observou acontecimentos ao longo dos Governos Temer e Bolsonaro que tinham ligação com o PMM, de forma a refletir sobre a tomada de decisões dos *policymakers* (criadores da política

pública) e as propostas apontadas relacionadas a soluções já pensadas e não implementadas anteriormente.

Analisado assim, o problema observado e acolhido pelos *policymakers* em um momento político que propiciou a adoção da solução direcionada ao problema público. Esta análise utiliza o modelo dos fluxos múltiplos, aperfeiçoado por John Kingdon, que observa a confluência de problemas, soluções e contexto político para surgimento das políticas públicas. Esta análise encontrou dois momentos distintos como: a saída dos médicos cubanos do programa 2018 e as soluções propostas de intervenção ao programa em 2019.

Em 2018 – no período de transição entre o Governo Temer e o Governo Bolsonaro – o Governo Cubano retirou os médicos cubanos do PMM e impôs o retorno imediato para Cuba. Essa medida desfalcou o PMM e forçou a abertura de uma série de editais para ocupação das vagas deixadas pelos médicos cubanos que não foram ocupadas pelos médicos brasileiros, retomando o problema antigo de vagas ociosas.

Era de se esperar novas soluções que atendessem a esta demanda. Na ausência de soluções, o problema se estendeu até 2019. Em 2019, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) apresentou o projeto de lei 2842 de 2019, com objetivo de alterar o art. 48 da Lei nº 9.394, e com isso, revalidar e reconhecer diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras. Esta lei abre espaço para derrubar a prova de revalida por meio da revalidação do diploma em Universidades.

Contudo, este projeto de lei não foi adiante por contrariar acordos políticos do bloco eleito para o Governo. Como soluções para suprir a falta de médicos, houve a contração do programa, observada no último edital SGTES/MS nº 10 e 11 de 2019, com critérios como: IDH, dificuldade de alocação e tempo de permanência para atender as áreas propostas no edital, diminuindo assim a atuação do PMM.

Os problemas vigentes à época do lançamento do PMM em 2013 se agravaram com a saída dos médicos cubanos, onde se observou que a decisão de abrir uma série de editais em 2018, não solucionou as questões

referentes à da escolha e da permanência destes profissionais em regiões conhecidamente carentes por atendimento médico.

A tentativa de derrubar o exame de revalidação, em 2019, para exercício da medicina por meio do reconhecimento do diploma estrangeiro agrava a crise com representantes da classe médica e não proporciona uma pactuação que atenda as demandas. A redução da atuação do programa, em 2019, não garante o direcionamento dos recursos de mão de obra médica para atuação e permanência em regiões que demandam esta mão de obra.

Como se observa as soluções propostas remetem a soluções já adotadas e devido ao seu caráter evolutivo na sequência de acontecimentos leva a retroceder ao momento inicial que levou a adoção do PMM. O problema, por sua vez, se agrava na medida que a conquista de direitos retrocede ao ponto de sua existência dá-se somente no papel e as garantias não serem atendidas por falta de recursos. O contexto político proveu condição de adoção de medidas, mas estas estariam em desacordo com o Governo eleito e que hoje opta pela inércia, levando ao retrocesso.

**Palavras-chave:** Brasil; política de Saúde; política pública; Programa Mais Médicos.

# **CAPÍTULO 7**

---

*Políticas Públicas Subnacionais*



## ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA GESTÃO DOS MUNICÍPIOS RORAIMENSES EM 2017

*Thomé Bayma Oestreicher*

No Brasil, as ações propostas e realizadas por gestores públicos, independentemente de sua esfera de governo e da sua natureza, têm impactado na forma como os órgãos públicos atendem ou não os interesses sociais. Tais ações precisam ser constantemente modernizados, eficientes e efetivos, de forma a acompanhar a evolução das necessidades sociais.

Logo, tornou-se preponderante a necessidade de mensurar, avaliar e comparar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos seus gestores, pois a população precisa avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com a sociedade.

Nesse sentido, o Instituto Rui Barbosa lançou em 2016 a Rede Nacional de Indicadores Públicos com objetivo de compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública brasileira, através da aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

Esta pesquisa buscou identificar e analisar o posicionamento dos municípios do estado de Roraima, no exercício de suas atividades, de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos pelos órgãos públicos.

O objetivo do estudo é identificar e analisar o posicionamento de onze municípios do estado de Roraima, em 2017, a partir de indicadores que estabeleçam um parâmetro de avaliação das ações sobre a gestão municipal. Como metodologia adotou-se o IEGM, um indicador que mede a qualidade das políticas e atividades dos municípios, apura a qualidade dos gastos e investimentos públicos, a efetividade das políticas públicas e faz a mensuração dos serviços prestados ao cidadão.

Este índice tem a sua composição temática formada por 7 dimensões da execução do orçamento público, articulando uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal, nos âmbitos da educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação.

Para apuração do IEGM são utilizadas as seguintes ponderações: educação, saúde, planejamento, e gestão fiscal com 20% cada índice; meio ambiente com 10%; e cidades protegidas e governança em TI com 5% cada. Assim, os resultados da amostra - 73,3% do total de municípios do estado, são apresentados em faixas de resultado com o enquadramento dos municípios frente as dimensões aferidas da seguinte forma:

Nota A (Altamente Efetiva): IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A; Nota B+ (Muito Efetiva): IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima; Nota B (Efetiva): IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima; Nota C+ (Em Fase de Adequação): IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima; Nota C (Baixo Nível de Adequação): IEGM menor ou igual a 49,99%.

Quanto a aplicação dos questionários, foi apresentado a onze municípios roraimenses uma série de quesitos específicos de gestão municipal, cuja apuração e validação foi feita junto aos gestores públicos municipais de cada área temática. E com relação a ferramenta para aplicação dos questionários eletrônicos, utilizou-se o LimeSurvey, que possibilitou preparar e coletar respostas de questionários eletrônicos.

Da avaliação decorrente das respostas aos questionários aplicadas aos onze municípios participantes do IEGM, referente ao exercício 2017, detectou-se que seis municípios estavam na faixa “Baixo nível de adequação”, enquanto quatro foram enquadrados na faixa “Em fase de adequação”, e um na faixa "Efetiva". Com relação às dimensões Saúde e Educação, 6 municípios que participaram do levantamento encontravam-se na faixa “Em fase de adequação”.

Na dimensão Planejamento teve 9 municípios enquadrados na faixa "Baixo nível de adequação", e na dimensão Fiscal 6 foram classificados na faixa "Efetiva". Já na dimensão Meio Ambiente, 63,6% dos municípios, num total de 7, foram enquadrados na faixa "Baixo nível

de adequação", enquanto na dimensão Cidades Protegidas oito estavam na faixa "Baixo nível de adequação", e na dimensão Governança em TI, observou-se que dos 11 municípios participantes, 5 ficaram na faixa "Baixo nível de adequação".

Dos municípios roraimenses participantes da pesquisa, de forma global, considerando as sete dimensões, apenas um enquadrado-se numa faixa intermediária (faixa "B", "Efetiva"), ou seja, verificou-se a gestão municipal precisa se aprimorar urgentemente e avançar de forma significativa, para ter maior efetividade na prestação dos serviços ofertados aos municípios, com base nas necessidades da população, pois, por conta das obrigações legais e da evolução das demandas sociais, não se pode olvidar que os serviços públicos necessitam de amplo e contínuo aperfeiçoamento, além de buscar alcançar a eficiência, a efetividade, e a sustentabilidade da gestão municipal.

**Palavras-chave:** município; gestão municipal; indicadores; política pública; Roraima.



## **PARADIPLOMACIA SUBNACIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: BEST PRACTICES PARA RORAIMA**

*André Andriw Silva da Silva; Ariag Munila Ferreira Costa*

O início dos anos 1990 representa um marco para as relações internacionais, tendo em vista as alterações bruscas no sistema internacional. Trata-se de mudanças conjunturais e estruturais cujos alicerces calcaram-se no neoliberalismo e na globalização, justificando o surgimento de novos atores no cenário internacional concomitantemente à pulverização do poder estatal.

A pluralidade de atores forma redes interdependentes e complexas nutridas por informações e ações de cunho cooperativo. Nesse contexto, destaca-se a participação de entidades subnacionais – municípios, estados federados, províncias, departamentos etc. – no cenário internacional a fim de barganhar interesses econômicos, sociais e políticos por meio da paradiplomacia.

Entende-se por paradiplomacia subnacional qualquer ação paralela em âmbito internacional por governos locais e regionais de forma a estabelecer contatos permanentes com entes correspondentes em outros países, bem como atores estrangeiros públicos e privados. Assim, considerando as proposições ora destacadas, apresenta-se a pergunta guia desta pesquisa: quais modelos de paradiplomacia subnacional contribuem para a institucionalização e especialização da prática em Roraima?

Nesse sentido, justifica-se este estudo a partir da identificação de atuações similares de entidades subnacionais no Brasil, tais como São Paulo, Pará, Minas Gerais na esfera estadual, e Uberlândia, Belém, Salvador no âmbito municipal, que usufruem da paradiplomacia como política pública a fim de reforçar as iniciativas de desenvolvimento socioeconômico.

Historicamente, as esferas administrativas (municipal e estadual) de Roraima já apresentaram órgãos ou secretarias especializadas em

relações internacionais cujas atuações foram irrisórias e descontinuadas. No caso, este estudo vem contribuir para o melhor entendimento acerca da operacionalidade da prática no estado.

Em última instância, observa-se oportunidades pouco exploradas pelos gestores municipais e estaduais roraimenses no que se refere ao efeito *spillover* gerado pela presença das Organizações Internacionais atuantes na crise humanitária venezuelana, as quais funcionam como banco de informações para formulação de políticas públicas micro e macro setoriais.

Visto isso, a pesquisa tem como objetivo mapear as *best practices* (melhores práticas) de paradiplomacia subnacional como política pública a fim de contribuir não só cientificamente na formulação de ações afirmativas para a internacionalização de Boa Vista, mas também em institucionalizar e racionalizar a prática em Roraima.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, utilizando como método a análise qualitativa, a qual fundamenta-se em fontes primárias e secundárias, bem como levantamento de uma base de dados, sobretudo das instituições governamentais, como o IPEA, Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs).

Dentre os resultados preliminares obtidos, destacam-se os projetos de promoção de Uberlândia no exterior que favorece a formulação de políticas públicas calcadas na agenda dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, ressalta-se a inoperância de órgãos especializados em relações internacionais no estado de Roraima dada as descontinuidades da prática, sobretudo por trocas de governos.

Conclusivamente, a paradiplomacia subnacional como política pública é utilizada por entidades federativas como mitigadoras da dependência em relação aos recursos financeiros e burocráticos da União como forma de complementar políticas de desenvolvimento socioeconômico.

Práticas paradiplomáticas quando institucionalizadas e racionalizadas como em Uberlândia favorecem a dinamização produtiva, tecnológica e cultural da região, ampliando o bem-estar da população.

Por outro lado, Roraima, embora tenha vantagem competitiva para internacionalização, a prática da paradiplomacia foi descontinuada por não ser institucionalizada e racionalizada, associando-se, sobretudo, por interesses pendulares de grupos de pressão (comerciantes e agropecuários) dos quais vinculam-se às administrações locais (municipal e estadual) para barganhar interesses externos.

**Palavras-chave:** Brasil; paradiplomacia subnacional; política pública; Roraima.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL MATERIAL E IMATERIAL EM RORAIMA**

*Renata Souza Menezes; Eliziane de Sousa Araújo;*

*Jordana de Souza Cavalcante*

O presente trabalho resultou de estudos desenvolvidos na disciplina de políticas públicas do turismo, do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR. A temática abordada refere-se às políticas públicas voltadas à preservação patrimonial, material e imaterial, no estado de Roraima.

A criação de políticas públicas voltadas à proteção e conservação dos bens patrimoniais é de responsabilidade governamental, sem leis nesse sentido, e a devida fiscalização da aplicação delas, os bens arquitetônicos de valores histórico e cultural para a população roraimense desaparecerão gradativamente, seja por meio da destruição ou da descaracterização de suas estruturas e finalidades, o que traria um prejuízo significativo à história da região.

Diante disso, buscou-se com este trabalho, investigar a existência e efetividade de legislações estaduais acerca da preservação do patrimônio histórico-cultural de Roraima. Evidenciando, como a pouca ou quase nenhuma fiscalização eficaz traz prejuízos físicos e históricos à memória da população roraimense, o que contribui para a desvalorização e esquecimento dos bens físicos e culturais e a ausência de uma identidade cultural forte.

Como metodologia adotou-se a abordagem qualitativa, pesquisa de caráter exploratório-descritiva, cuja técnica para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo por meio de observação dos patrimônios existentes e seu estado de conservação. Como resultado, constatou-se a existência de leis com a finalidade de proteger e

conservar os bens patrimoniais, que preveem fiscalização, mas não evidenciam as instituições responsáveis por executá-la.

Constatou-se ainda, o abandono, descaso, a falta de manutenção o estado de degradação dos bens observados, o que reafirmou a falta de efetividade dessas leis, sem a determinação de quem deverá executá-las. A população local também tem um papel decisivo para o cumprimento dessas leis, como o de exigir do Estado uma postura ativa e responsável para que as mesmas sejam eficazes e cumpridas conforme estão previstas.

No entanto, a falta de conhecimento e interesse acerca dos próprios bens patrimoniais, matérias e imateriais, por parte da população roraimense causa estranhamento e o despertencimento da sua própria identidade cultural local, e isso compromete negativamente a proteção e preservação desses bens tão importantes para a construção histórica e para o legado a ser deixado para as gerações futuras.

**Palavras-chave:** patrimônio imaterial; patrimônio material; políticas públicas; Roraima.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE IRACEMA-RR**

*Marcos de Lima Gomes; Elói Martins Senhoras*

Ao pensarmos nos elementos espaciais que compõe o processo urbano e dinâmica, é preciso se deslocar para o pretérito onde ocorreram as mudanças trazidas pela desnaturalização das identidades e buscar entender como ocorreu o processo dinâmico, podendo assim, implicar em futuros históricos e socioculturais difusos.

Assim, ao olhar da Geografia que está posto a pensar a cidade em sua perspectiva socioespacial, as análises recaem sobre vários processos da (re) produção do espaço urbano em suas diversas dimensões onde o homem se coloca no centro de discussões na condição de sujeito.

A justificativa para a presente pesquisa, fundamenta-se, na necessidade de elencarmos alguns dos processos urbanos que contribuíram para (re) produção socioespacial do atual município de Iracema, dada a importância de se conhecer quais foram os principais atores que corroboram para esta transformação e a eventual ausência estatal em se fazer presente junto a administração local.

O presente artigo tem o objetivo geral de analisar o contexto da transformação da dinâmica urbana do município de Iracema desde sua origem, com foco na evolução geohistórica, e nas Políticas Públicas que mais influenciaram para que ocorressem a (re) produção daquele espaço urbano.

Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza quanto à natureza exploratória-descritiva-explicativa quanto aos fins e qualitativa quanto aos meios, utilizando-se de um procedimento metodológico de revisão bibliográfica e documental e estudo de caso no levantamento de dados, bem como de análise geoespacial e hermenêutica geográfica na análise de dados.

A sede do município de Iracema localiza-se na porção centro-oeste do estado de Roraima, à margem esquerda da Rodovia Federal BR-174 no sentido da cidade de Boa Vista – RR para Manaus - AM, é o terceiro menor município roraimense demograficamente com 8.696 habitantes segundo o censo demográfico em 2010, com estimativa em 2018 de 11600 habitantes.

Sua origem decorre de ocupação e uso de terras devolutas da então colônia Agrícola de Fernando Costa, atual município de Mucajaí, quando da chegada dos primeiros desbravadores recém-chegados do estado do Maranhão em 1962, dando início ao primeiro conglomerado de pessoas, e a posterior criação da Vila Nova passando a ser administrada por administradores locais.

Ao longo do tempo, a Vila Nova passa por diversas transformações estruturais, neste ínterim, destaca-se a senhora Iracema Pereira da Silva, moradora local, que teve grande influência junto à agenda do governo estadual, o que lhe propiciou certo reconhecimento local.

Com seu falecimento em 1982, fez com que o então governador do ex- Território Federal de Roraima, Ottomar de Souza Pinto fizesse uma homenagem com a criação da então Vila de Iracema, devido sua influência local, dando início a um novo ciclo de vida para a região, e, assim, passando a ser administrada por diversas lideranças locais sob a égide da política da capital Boa Vista.

A criação do município de Iracema emana da Lei estadual nº 83, de 4 de novembro de 1994, nos termos da Lei Complementar no 002/92, de 11 de abril de 1992, com o desmembrado dos municípios de Caracaráí e Mucajaí, com extensão territorial cerca de 14.351 km<sup>2</sup>, dos quais, 80% do seu território é composta por Terra Indígena, e sua sede localizada cerca de 92 km da capital Boa Vista.

A dinâmica econômica do município está fortemente ligada ao setor terciário, principalmente à prestação de serviços e da administração pública com 80 % do Produto Interno Bruto, notadamente por transferências de rendas federais: Fundo de Participação Municipal e programas federais, como o Bolsa Família e o Programa estadual de Assistência Social do governo estadual Crédito do Povo.

O processo de expansão do município acontece de forma gradativa, tendo como fator importante neste período a construção da BR-174 (1977), principalmente por parte da iniciativa privada, e com o surgimento de diversos serviços públicos e/ou privados, como estabelecimentos comerciais, com infraestrutura urbana híbrida com equipamentos urbanos antigos e atuais coeso, com a atual dinâmica e de beleza cênicas agradáveis.

As espacializações dos fixos comerciais do município, encontra-se concentrados notadamente na rua Isidoro Rodrigues e em outros pontos estratégicos da cidade, de pequeno porte e de segmentos alimentícios de restaurantes, lanchonetes e padarias, além de comércios informais em diversos setores da cidade, cuja dinâmica deriva de rendas públicas, principalmente de rendas federais, uma vez que grade parcela da população local ser possuidor de benefícios federais.

Conclui-se que a (re) produção do espaço urbano do município de Iracema acontece de forma morosa, e de certa forma negligenciada por parte da administração pública nas três esferas governamental, uma vez que se percebe a carência municipal nos diversos aspectos estruturais e sociais junto ao município, aonde a demanda por serviços públicos e sentida pela população local, notadamente quanto á saúde e educação.

**Palavras-chave:** Iracema (RR); município; (re) produção urbana; política pública; Roraima.



## **POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NAS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAIS EM BOA VISTA, RR**

*Amanda Pereira*

O Acolhimento Institucional é um dos regimes adotados pelas entidades de atendimentos à criança e ao adolescente como medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Deverá ser aplicado sempre que o direito da criança e do adolescente for violado, respeitando-se os princípios da brevidade, excepcionalidade e provisoriedade.

Priorizando a reintegração ou reinserção familiar, conforme a legislação vigente. Com o presente estudo analisou-se de que forma o Estado atua, com políticas públicas sociais, na efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no âmbito das Entidades de Acolhimento Institucional em Boa Vista – Roraima. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a gestão/gerência e a equipe técnica das unidades estaduais e municipal de acolhimento institucional.

Na análise do funcionamento da rede de proteção da criança e adolescente no Estado de Roraima, utilizou-se o Guia da Rede de Proteção e Garantia do Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Boa Vista – RR fornecido pelo Poder Judiciário local, adaptando-o para a realidade da pesquisa. Retirou-se do Guia a existência de uma divisão em eixos da rede de proteção à criança e ao adolescente, quais sejam, os eixos de Promoção, de Controle e Efetivação e de Defesa e Garantia dos Direitos.

Verificou-se que durante as entrevistas, nenhum dos órgãos que constam no rol do eixo de Controle e Efetivação foram citados, portanto, esse eixo não foi analisado. O eixo de promoção é composto pela Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES; a Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES; outras secretarias, a exemplo da Secretaria Estadual de Saúde – SESAU e Secretaria Estadual de Educação e Desporto – SEED; o Abrigo Infantil Viva Criança.

O Serviço de Acolhimento Condomínio Pedra Pintada – AICPP; Entidade de Acolhimento – Abrigo Feminino Pastor Josué; Entidade de Acolhimento – Abrigo Masculino; os serviços de saúde de um modo geral, aqui representado pelo Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, Hospital Infantil Santo Antônio e os postos de saúde da rede municipal; e os serviços de assistência social/psicossocial como o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS – Boa Vista.

O eixo de Defesa e Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes é formado pelos Conselhos Tutelares; a Defensoria Pública do Estado de Roraima, por meio do Núcleo da Infância; o Ministério Público Estadual de Roraima, por meio da Promotoria da Infância e da Juventude de Boa Vista – RR; e o Poder Judiciário, pela 1ª Vara da Infância e da Juventude – VIJ.

No aprofundamento no estudo, revelou-se que há um distanciamento de qualidade na prestação do serviço de acolhimento ofertado pela rede municipal e pela rede estadual. Uma vez que aquela encontra-se dentro dos padrões adequados de atendimento, superando, muitas das vezes, a expectativa nacional. Enquanto, as entidades estaduais enfrentam batalhas diárias para o oferecimento de um sistema acolhedor básico.

Verificando-se, portanto, a necessidade de uma revisão na rede de acolhimento roraimense, tendo em vista que a rede acolhimento é una e deve ser prestada de forma igualitária. Da mesma forma, percebeu-se a ausência de programas que auxiliem a manutenção do poder familiar, tendo em vista que a maior parte dessas crianças e adolescentes foram afastadas do convívio familiar por fatores sociais, evidenciando a escassez de políticas públicas que atuem como medidas preventivas ao acolhimento.

Na efetivação das políticas públicas sociais nas Entidades de Acolhimento, exclusivamente, estaduais, a realidade do sistema de acolhimento tanto para os acolhidos, quanto para os profissionais, é muito distante do que propõem o ordenamento. Ocorre que a teoria oferece um

padrão que na verdade não é alcançado pelas entidades da esfera estadual, em especial das entidades que promovem o acolhimento de adolescente.

Outrossim, uma das questões que mais causam preocupações, são as estruturas físicas, que se limitam a imóveis improvisados pelo poder público, sem salubridade, sem acessibilidade e sem espaços adequados ao desenvolvimento físico, psicológico, pedagógico e profissional dessas crianças e adolescentes.

Utilizando-se da fala de um colaborador “Eu digo que isso aqui não foi pensado para ser um abrigo”. Ficando o questionamento: Como fornecer um atendimento humanizado em alojamentos físicos que ofendem os princípios da dignidade humana?

Por fim, constatou-se que o sistema precisa de uma reavaliação da prestação de serviço, para analisar se as Entidades de Acolhimento Institucional atendem às demandas locais, conjuntamente, com uma mudança na postura dos atores da rede de proteção dos direitos da criança e adolescente, quais sejam, as famílias, os gestores públicos, os órgãos de controle e de fiscalização.

**Palavras-chave:** acolhimento institucional; Brasil; direitos fundamentais da criança e do adolescente; política pública.

## **ANÁLISE DE POSSÍVEIS INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM BOA VISTA (RR)**

*Andre Pereira Triani; Danielle Silva Souza; Marcelo Lima Nogueira;  
João Victor da Costa Alecrim*

O sedentarismo é consolidado na literatura como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, que por sua vez são a principal causa de morbimortalidade nos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Políticas e ações que estimulem a prática de atividades físicas na população, devem ser percebidas como formas de investimento em saúde pública, uma vez que um estilo de vida fisicamente ativo está diretamente relacionado a um menor risco de se desenvolver as doenças supracitadas, sendo considerado também uma das formas mais econômicas de prevenção nesse cenário.

Um ponto importante para o desenvolvimento de políticas direcionadas a esse objetivo, é o levantamento de informações sobre os sujeitos que já praticam atividades físicas, no intuito de identificar fatores que possam estar ligados a adesão à prática regular de exercícios, e assim poder trabalhar com vistas a estimular o desenvolvimento desses fatores entre os que ainda não praticam regularmente atividades físicas.

Sendo assim o objeto dessa pesquisa foi realizar um levantamento do perfil socioeconômico dos praticantes de atividades físicas na cidade de Boa Vista (RR), bem como características ligadas à essa prática. Para isso foram levantados dados por meio de um questionário desenvolvido especificamente para os objetivos deste estudo.

A aplicação deste instrumento de coleta ocorreu durante um evento promovido por uma instituição federal de ensino em um shopping da cidade de Boa Vista (RR) no intuito de alcançar maior diversificação de sujeitos participantes, buscando evitar algum viés na amostra. Sendo assim foram aplicados um total de 864 questionários.

Desse total verificou-se que 70,1% afirmaram praticar alguma atividade física, assim a amostra final foi de 606 indivíduos. Quanto ao perfil socioeconômico identificou-se que 53,1% dos participantes eram homens e 46,9% mulheres, com predominância nas faixas etárias até 20 anos (30,4%) e de 20 a 29 anos (42,2%).

Em relação à escolaridade e renda familiar 51,5% indicou possuir ensino superior e 75,1% declarou se enquadrar na faixa até quatro salários mínimos. No que diz respeito às características da prática de exercícios físicos destaca-se o fato de que o principal fator motivador indicado pelos participantes, foi a intenção de melhorar a saúde e o bem-estar, sendo citado por 50,8%.

A busca pela melhora no desempenho (32,7%) e relaxar no tempo livre (13,4%) também foram motivos citados pelos participantes. Quanto à frequência, 77,1% declarou praticar exercícios pelo menos três vezes por semana e 87,5% afirmou que essa prática tem duração mínima de 30 minutos por sessão, o que se enquadra dentro de critérios propostos na literatura para a melhoria de indicadores de saúde.

Os principais locais apontados foram espaços públicos (42,4%) como praças e parques, sendo que o motivo mais predominante para a escolha destes locais foi o fato de ser próximo a residência do participante (42,7%). Esses dados apontam algumas questões que podem servir de referência para a elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção de um estilo de vida mais ativo entre a população.

O investimento em espaços públicos de esporte e lazer parece ser, nesse caso, uma possibilidade interessante, uma vez que, como observado, eles são escolhidos por grande parte dos indivíduos para realizar seus exercícios, motivados principalmente por serem próximos ao local onde residem.

Então, além da qualidade desses espaços, a quantidade também deve ser levada em conta, investido na oferta de locais dessa natureza em pontos estratégicos da cidade, visando alcançar o maior número de pessoas possível.

**Palavras-chave:** atividade física; Boa Vista (RR); política pública; saúde.

## **ANÁLISE DOS NÍVEIS DE APTIDÃO FÍSICA DE MORADORES DA CIDADE DE BOA VISTA (RR) COMO INSTRUMENTO DE SUBSÍDIO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DE LAZER**

*Gilberto Pivetta Pires; Karina Coelho Pires; Kathlen Rafaella da Silva;  
Roman Maciel; Paulo Russo Segundo*

O campo multidisciplinar de estudo de políticas públicas é marcado por duas grandes correntes de análise: uma voltada às abordagens centralizadas no Estado e outra com perspectivas multicêntricas. As políticas públicas, entendidas como construções das relações sociais, podem ser compreendidas como ações complexas e multifatoriais, para o tratamento de um problema de ordem pública.

Buscando compreender este processo político, pesquisadores buscam desenvolver instrumentos com a finalidade de melhor compreensão sociopolíticas da relação entre governantes e governados. Nesse resumo visou-se fornecer informações acerca da população do estado de Roraima, proporcionando discussões a respeito da inatividade física e sedentarismo em moradores da cidade de Boa Vista – RR, que podem subsidiar informações quanto a tomada de ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer para este estado.

A inatividade física é considerada um problema de ordem pública, e vem atingindo valores expressivos no mundo. O Brasil lidera o ranking de sedentarismo dos países da América latina, ocupando o 5º lugar dos países menos ativos no mundo. Isso alerta quanto as recomendações de prática regular de atividade física orientada para a prevenção de doenças crônicas e não transmissíveis que são as maiores causas da utilização dos serviços públicos de saúde, gerando diminuição de produtividade e gastos para este setor.

Sabe-se que a prática de atividade física regular proporciona diversos benefícios além do ganho e manutenção da aptidão física, tais como, fatores psicológicos, cognitivos e sociais. Pesquisas científicas apresentam e comprovam os benefícios de práticas de exercício físico

regulares. Tais estudos visam de forma geral incentivar a adoção de hábitos saudáveis pela população, entretanto a prática de atividade física ainda vem sendo desprezada por grande parte da população.

Partindo desta problemática, a presente pesquisa realizou um levantamento de caráter qualitativo e quantitativo, por meio de questionário, com a população local, de forma aleatória e não intencional, com o propósito de determinar os níveis de aptidão física de moradores da cidade de Boa Vista. A amostra foi composta por 864 indivíduos de ambos os sexos, de todas as faixas etárias, que transitavam por Shoppings Center locais durante os eventos IFComunidade, promovidos pelo IFRR nos anos de 2017 e 2018. O questionário foi entregue aos sujeitos da pesquisa, que receberam orientação verbal e imparcial.

A avaliação do índice de atividade foi determinada segundo o protocolo de Kasari (1976). Os dados, inicialmente, foram separados da seguinte maneira: autodeclarado inativo (70%) e autodeclarado ativo (30%). Os resultados mostram que 93% dos que previamente se declararam ativos, ou seja, praticantes de atividade física, estão enquadrados em um nível de aptidão física considerada pelo protocolo de Kasari (1976) como muito pobre.

A alteração deste quadro pode se tornar possível através da adoção de uma cultura de práticas de atividade física regulares, visto que estes resultados estão relacionados com a intensidade, duração e frequência semanal de atividade física. A mudança de hábitos da população acarreta melhoras significativas na autoestima e capacidade cardiorrespiratória, sendo oportuna a conscientização da população e o incentivo público. Autores também relatam a importância de práticas saudáveis e de exercícios físicos regulares por sua influência na promoção da saúde e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** aptidão física; Boa Vista (RR); esporte; lazer; política pública.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM BOA VISTA: ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO CIDADÃO**

*Felipe Alves Evangelista; Tamara Moura Chaveco;  
Rithelly Lobato Lima; Paulina Onofre Ramalho*

O Conjunto Cidadão, localizado no bairro Laura Moreira, na zona oeste da cidade de Boa Vista, foi implantado em 2003, durante o governo de Flamarion Portela, interceptando as áreas das nascentes dos igarapés Way-Grande e Caranã. Na época, o quadro habitacional de Boa Vista indicava uma acentuada crise, intensificada pelo êxodo rural das décadas de 80 e 90.

A construção de mil habitações de interesse social, objeto da campanha eleitoral de Flamarion, se deu através do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), uma linha de crédito operada com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Apesar de efetivar o acesso à moradia para populações carentes, o loteamento foi estabelecido em região inadequada à ocupação urbana, tendo em vista que foi constituído em área de nascente, considerada pela então resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 303 como Área de Preservação Permanente - APP.

É sabido que a população beneficiada pelas residências do conjunto sofre com as dinâmicas naturais dos cursos d'água, que alagam a região durante os períodos de chuva; além disso, é relatado um abandono do conjunto por parte do poder público, carecendo por muito tempo de infraestrutura básica.

Este trabalho visa analisar os impactos da ocupação urbana, sobretudo por parte de programas de habitação de interesse social, em zonas inapropriadas, no que diz respeito à logística e estruturação do Conjunto Cidadão.

O processo metodológico foi efetivado por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, além de pesquisas de campo e visitas in



loco, constituindo diálogos com os moradores do bairro. As investigações empreendidas revelaram que o Conjunto Cidadão, apesar de planejado no que diz respeito à sua constituição, não possuía os equipamentos urbanos e serviços imprescindíveis que alicerçam o habitar em seu amplo sentido, e que haviam sido previstos no croqui do loteamento.

*A priori*, o local era constituído apenas por casas – que foram entregues inacabadas – e uma escola que funcionava em um malocção disponibilizado. O Plano de Controle Ambiental do Loteamento Conjunto Cidadão indica que sua implantação ocorreu a partir de processos de aterramento de lagos da região.

Deste modo, as residências puderam ser edificadas; o que, no entanto, gerou uma problemática que consiste no contínuo alagamento de casas e ruas, além de reforçar os efeitos da segregação sócio espacial. Isto é, o bairro se encontra nos limites periféricos da zona oeste da cidade, fazendo com que as pessoas realocadas nas novas residências tivessem dificuldades para conseguir manter suas rotinas, tendo em vista que elementos de infraestrutura básicos não existiam.

Assim como em outros empreendimentos do tipo, os moradores do conjunto desempenharam papel importante na oferta de serviços para atender suas demandas, como a criação de estabelecimentos comerciais informais. O processo de estruturação formal do Laura Moreira ocorreu lentamente, o que é comprovado, por exemplo, pelo fato da primeira unidade básica de saúde ter surgido apenas em 2012.

Posteriormente, outros equipamentos urbanos foram implementados na região. Hoje, o local está inserido nas rotas dos transportes públicos e é dotado igrejas de diversas denominações, escolas municipal e estadual, creches, pontos comerciais, e uma praça equipada com academia aberta em estruturação.

Apesar das melhorias, diversos óbices persistem, como sérios problemas de abastecimento d'água. Esse contexto demonstra que o caráter periférico do Conjunto Cidadão perpassa não somente sua localização, mas, senão principalmente, o papel do Estado na promoção de políticas públicas para a área. Infelizmente, essa não é uma realidade exclusiva do local.

Muitos outros conjuntos habitacionais vêm sofrendo com problemas similares, que datam desde a escolha do local, como também é o caso do Vila Jardim, no Bairro Cidade Satélite, que se encontra sobre outra Área de Preservação Permanente. Indagações como as apresentadas neste trabalho são importantes para construir pensamento crítico dos futuros profissionais egressos da Universidade.

É entender, também, que habitação social não significa isolamento social, mas totalmente o oposto. O poder público, em colaboração com profissionais de diversas áreas, com arquitetos e urbanistas, deve ter como premissa a elaboração de estudos prévios detalhados, antecedentes à implementação de qualquer assentamento, visando dotar os mesmos dos equipamentos urbanos e serviços necessários à satisfação das necessidades de seus moradores e garantir que seja realizada em área adequada à ocupação urbana.

Além disso, as atuais discussões sobre programas de habitação versam sobre a importância de implementá-los no tecido já consolidado da cidade, de forma a ocupar os vazios urbanos, em áreas já atendidas por rede de água e esgoto, pavimentação, dentre outros. Desse modo, diminuíse, por exemplo, os gastos necessários para a ampliação de infraestrutura que visa atender as novas moradias.

**Palavras-chave:** Boa Vista (RR); moradia; política habitacional; política pública.



## **CAPÍTULO 8**

---

*Políticas Público-Privadas de Natureza Econômica*



## **A AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL)**

*Paulo Henrique Rodrigues da Costa; Maria de Nazaré Dias Macêdo;  
Lorena Vasconcelos Moraes*

Tendo em vista que as políticas públicas, no âmbito de promoção à exportação, são projetadas por ações governamentais, sob o intuito de se atingir uma melhor projeção econômica do país e considerando ainda a relevância que esse setor tem, sobretudo, para as economias de países em desenvolvimento intui-se a relevância das agências nacionais voltadas para a promoção de negócios internacionais.

Partindo dessa perspectiva, em âmbito interno em 2003, foi criada a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com a intensão de promover as exportações de produtos e serviços brasileiros e contribuir para a internacionalização de empresas nacionais e atração de investimentos estrangeiros.

A Apex-Brasil, possui como competência, a promoção comercial de exportações, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial, de serviços e tecnológica.

Essa agência possui três órgãos de direção: o Conselho Deliberativo, composto por nove membros; o Conselho Fiscal, composto por três membros; e a Diretoria Executiva, composta por um Presidente e dois Diretores. Além do mais, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, realiza seminários de cultura exportadoras, feiras multisetoriais, consultorias, marketing e vários outros serviços, para incentivar os empresários para a exportação e conquista do mercado externo.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é estudar a importância da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex, como uma política pública, pensada e criada pelo governo para aumentar as exportações do Brasil, assim como expor suas competências e influência na economia brasileira.

Para isso, foram utilizados como metodologia processos de revisão bibliográfica e estudos de casos sobre a APEX, com o intuito de possibilitar o entendimento sobre a agência. As informações foram coletadas de sites como do Apex, Comexstat, Alice web, assim como de alguns artigos acadêmicos.

Como resultados positivos, verificou-se que a Apex Brasil desenvolve anualmente diversos estudos e análises de mercado que orientam as empresas sobre as oportunidades para realização de negócios. Segundo a agência, no âmbito dos esforços para atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), nos últimos 5 anos, foram realizados mais de 700 atendimentos a investidores estrangeiros.

Eles resultaram no anúncio de 110 projetos alcançando aproximadamente US\$ 17 bilhões em investimentos. Essa política pública, auxilia o empresariado brasileiro a exportar. É assertivo o contato direto com parceiros de negócios internacionais, que auxiliam na inserção ativa e competitiva das empresas nacionais nos mercados estrangeiros.

Além disso, é notório que a Apex, incentiva o aumento das exportações das empresas brasileiras; realiza ações de promoção que aumentam os investimentos estrangeiros no Brasil para além da promoção da imagem do Brasil como um bom parceiro de negócios.

Dos resultados negativos são identificados atualmente problemas de desentendimentos internos, influenciado por assuntos políticos. Segundo o ministro Paulo Guedes, a atuação da Apex é redundante, pois já existe o Departamento de promoção comercial do Itamaraty.

Conclui-se, com base nos resultados ora apresentados que as políticas públicas de incentivo à exportação contribuem para o desenvolvimento do país, sendo a Apex o resultado de uma política pública que funciona e trouxe resultados para o governo brasileiro, ao possuir autonomia para captar dinheiro e fazer convênios com empresas privadas devido ao seu status como entidade privada sem fins lucrativos.

**Palavras-chave:** Apex; Brasil; exportação; política pública; promoção comercial.

## **FASES INSTITUCIONAIS DO BNDES E AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA**

*André Andriw Silva da Silva; Elói Martins Senhoras*

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) corresponde a principal instituição financeira responsável pela internacionalização empresarial brasileira nos últimos anos, atuando através de investimentos externos diretos (IEDs), bem como políticas de financiamento à exportação de bens e serviços para o exterior.

Desse modo, a relevância desta pesquisa recai sobre a necessidade de entender o funcionamento do BNDES, a começar por dois níveis: internacional e nacional. O primeiro condiz com uma onda de criação de bancos de desenvolvimento no cenário internacional, uma vez que a sua função anticíclica é utilizada pelos Estados a fim de reverter crises econômicas no curto e médio prazo.

No nível nacional, o BNDES tradicionalmente representa o braço forte do Estado na economia, visto que adota uma série de políticas públicas voltadas para o aumento da competitividade econômica do país. Para tal fim, o capital do banco provém do Tesouro Nacional, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e participações em empresas públicas e privadas.

Nesse contexto, a problematização desta pesquisa gira em torno da caracterização das políticas públicas de internacionalização empresarial de acordo com as fases institucionais do BNDES, as quais dividem-se em ondas, desenvolvimentista (1950-1980), neoliberal (1990) e neodesenvolvimentista (2000-2010) e neoliberal (2019-?). Afirma-se que a inserção internacional de empresas brasileiras está calcada na pendularidade das políticas do BNDES, ou seja, variam de acordo com o governo.

Assim, busca-se com esse esforço acadêmico explorar e caracterizar as políticas de internacionalização empresarial adotadas pelo



BNDES em suas diferentes fases institucionais. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza exploratória e hipotético-dedutiva; como método atribui-se a análise sistemática, a qual fundamentar-se-á em um levantamento bibliométrico dos principais estudos envolvendo o tema da pesquisa.

Somam-se a isso, a utilização de fontes primárias alocadas nas instituições públicas, tais como BNDES, IPEA e Banco Central, como também secundárias. Dentre os resultados parciais, observou-se que, a criação do BNDES advém de um enlaço institucional com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, formada para fundamentar o desenvolvimento do país através da captação de recursos com instituições de influência norte-americana. No mais, identificou-se iniciativas de inserção internacional de empresas brasileiras já na década de 60, principalmente de estatais que se beneficiavam da política externa do Brasil.

Conclui-se que, as fases institucionais do BNDES se formam a partir do contexto político-econômico nacional e internacional. Trata-se da principal instituição financeira de fomento na economia nacional, ampliando suas atividades de acordo com a demanda nacional, as quais são percebidas pelas políticas de internacionalização empresarial adotadas pelo banco como forma de gerar equilíbrio no balanço de pagamento e competitividade econômica. Operacionalmente, observar-se que as iniciativas de financiamento se comportam em um padrão de privatizações-importações (de fora para dentro) e Investimento Externo Direto-exportações (de dentro para fora) fundamentando-se na alternância de governos.

**Palavras-chave:** BNDES; Brasil; internacionalização empresarial; política pública.

## A INTERNACIONALIZAÇÃO DA JBS ATRAVÉS DA POLÍTICA DE CAMPEÕES NACIONAIS DO BNDES

*Nicholas Martins; Silvana Borghi Gandur Pigari; Mariana Uchoa*

Internacionalizar significa ampliar a gama de países em que determinada empresa realizará suas atividades. A grosso modo, significa realizar um processo de integração em território de outros Estados nacionais. O mundo capitalista é marcado pela alta competitividade entre empresas, dessa forma, a internacionalização apresenta-se como uma alternativa para aumentar os lucros e, por consequência, evitar momentos de instabilidade.

A atuação em áreas geográficas diferentes representa uma alternativa para àquelas empresas que buscam se destacar no mercado, dessa forma, a internacionalização representa uma opção à abertura de novos mercados. Não obstante, com a crise brasileira, é comum que diversas pequenas, médias e grandes marcas busquem na internacionalização dos seus negócios uma solução à atual conjuntura brasileira.

Contudo, diversas empresas brasileiras já são internacionalizadas, apesar desse processo ter-se dado tardiamente em relação a países emergentes e de primeiro mundo. Apesar de ser, tradicionalmente, um exportador de commodities, o Brasil vem ampliando a gama de produtos importados. O setor frigorífico pode ser citado com um exemplo, como no caso da JBS.

Através do histórico da JBS, pretende-se justificar o presente trabalho; fundada em 1953 em Anápolis, Goiás, a JBS começou a importar carne em natura por meados da década de 1970, ainda sob o nome de Friboi. Contudo, o boom do seu crescimento veio com a abertura do seu capital em 2007, com suporte do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES).

Dessa forma, torna-se pertinente ter como plano de fundo para justificativa, o crescimento do setor frigorífico brasileiro e a análise da sua internacionalização, que teve seu crescimento ampliado pela chamada política de campeões nacionais do BNDES. A política de campeões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social consistia em selecionar grandes empresas brasileiras para lança-las no mercado internacional, fosse através de concessão de empréstimos ou até mesmo na compra, por parte do banco, de ações.

Muito criticada atualmente, a política pública em questão foi responsável por alçar internacionalmente a Oi. No caso da JBS, o BNDES (no governo Lula) concedeu empréstimos, e subsidiando juros, para a mesma realizar a sua internacionalização. É interessante mencionar que hoje o Banco possui 21% das ações da JBS, tamanha a sua participação na multinacional.

A presente pesquisa tem como objetivo explicar sobre o processo de internacionalização da JBS, antes Grupo Friboi; começado em 2005 através de um processo de expansão internacional por meio de investimento direto, onde a empresa frigorífica comprou três plantas da argentina *Swift Armour S/A* (dominando 50% do mercado de carne enlatada) e, em 2007, a *Col Car*, localizada na província de Córdoba.

Dessa forma, pode-se notar que a primeira fase de internacionalização da JBS ocorreu no campo do MERCOSUL, uma vez que atualmente os negócios da companhia se estendem ao Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Apesar da expansão no hemisfério Sul, a empresa continuou a sua internacionalização em países mais distantes, como nos Estados Unidos, onde, em 2007, adquiriu a SB Holding e suas subsidiárias (*Austral Foods*, *Astro Sale International* e a *Tupman Thurlow*).

A análise de artigos científicos sobre o tema de internacionalização, história da JBS e sobre modelo de negócios compõem parte da metodologia utilizada para a elaboração do trabalho em questão, apesar de ter notícias de sites jornalísticos (fontes empíricas) também como fontes de pesquisa.

Os resultados presentes e obtidos através da presente pesquisa revelam que a internacionalização de empresas é um “movimento” antigo,

porém novo no cenário Brasileiro; contudo, através de incentivos estatais, empresas como a JBS puderam ampliar o seu mercado.

Dessa forma, pode-se concluir que através da intervenção estatal, por meio do BNDES, foi possível a internacionalização da JBS, uma vez que o banco participou ativamente do processo, se tornando um grande acionista e concedendo empréstimos, com subsídio de juros, da mesma; numa ação que é chamada de “política de campeões nacionais”, criada durante o governo Lula.

A partir desta ótica, conclui-se, também, que a evolução da internacionalização da JBS foi consideravelmente rápida, em uma década passou de uma grande empresa doméstica, para uma multinacional de renome internacional, adquirindo conglomerados internacionais.

**Palavras-chave:** BNDES; Brasil; JBS; internacionalização empresarial.

## **INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS: O REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DAS HAVAIANAS**

*Dhalila Cruz da Silva; Bruna Wendy Mendonça Cortez;*

*Igor Bruno Carramanho de Azevedo*

Para a inserção das Havaianas como um calçado legítimo para qualquer ocasião, houve um trabalho de marketing desde sua criação. Com as propagandas chamativas, inteligentes e engraçadas, o público se familiarizou com a utilização das Havaianas no cotidiano. Essa habilidade nas propagandas de transformar o estilo de vida da população brasileira fez com que as Havaianas se tornassem inerentes ao povo brasileiro, tornando-se assim um aspecto da cultura brasileira.

Esta temática aborda a política de internacionalização da marca brasileira no início do século XXI, a qual pode ser entendida como um conjunto de medidas que visavam aumentar o mercado consumidor e o prestígio internacional, através da exportação da “brasilidade”. Os objetivos gerais do trabalho são analisar a mudança da orientação mercadológica da marca Havaianas e sua inserção dentro no mercado exportador brasileiro.

Os objetivos específicos visam compreender o trabalho de marketing das Havaianas em questão da “brasilidade” e como isso foi criado a partir de políticas públicas estatais para a implantação da ideia de Brasil dentro do contexto internacional.

Com base em tal discussão, procedimentos metodológicos adotados são histórico-dedutivos, os procedimentos de levantamento de dados são de revisão bibliográfica e documental, as caracterizações metodológicas da pesquisa são de caráter exploratório, descritiva com atuais fins, qualitativa quanto aos meios, e a análise de dados é uma hermenêutica, com interpretação em teoria de negócios internacionais.

A marca Havaianas durante o período nacional-desenvolvimentista se voltava para o mercado consumidor doméstico,

com acesso de produtos estrangeiros limitados. No então período de substituição por importação (1964-85), havia a promoção do desenvolvimento da indústria doméstica brasileira, face aos mecanismos de controle estatal de importações e proteção de áreas locais estratégicas.

Desse modo, os produtos eram destinados a uma classe com menor poder aquisitivo, com regime de preços mais baixos, como parte da estratégia de chegar aos mercados mais populares no Brasil, e, interessantemente, o valor de uso era sugestivamente posto acima do valor de troca. A partir da década de 1990, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) compreendeu a necessidade de destacar as empresas brasileiras no mercado internacional.

Com isso, aumentou-se a competitividade e o prestígio das empresas brasileiras, justamente devido ao acesso a novos mercados. O Governo Federal reconheceu que precisava auxiliar suas empresas nacionais para que elas se expandissem por via da exportação e internacionalização. No final de 2004, o Ministério do Turismo criou o programa “Marca Brasil”. Tal programa foi criado pelo conceito de que a internacionalização das empresas brasileiras teria mais sucesso salientado à origem do produto.

A ideia de marca que o programa utiliza vem de Keller, que acredita que a marca cresce e se torna importante dentro das derivações de lembranças e associações e pode ser estimulada pelo *markentig*. Desse modo, com o programa “Marca Brasil” e o financiamento pelo BNDES, a partir dos anos 2000 as Havaianas muda a sua estratégia de mercado e marketing.

Desse modo, a marca passa a correlacionar o termo “brasilidade” com a utilização das sandálias Havaianas e trabalhar para que a marca se torne conhecida e valorizada no mundo, firmando parcerias com grandes estilistas e investindo fortemente nos veículos de comunicação de massa e nos segmentados, ademais, os comerciais foram detalhadamente pensados para que não delimitassem qualquer público. Vale ressaltar que o programa “Marca Brasil” não teve tanta efetividade quanto fora previsto na criação.

Neste ínterim, a mudança de mercado das Havaianas se inicia a partir da década de 1990, colocando o foco no mercado consumidor. Com a entrada dos anos 2000, as Havaianas começam a segmentar seus produtos e focalizar na construção de uma identidade de que até hoje é relacionada à marca, ou seja, ‘praia e verão’.

Então, por conta do trabalho de *marketing*, que proporcionou um estabelecimento de laços como a marca, as Havaianas é considerada uma das mais importantes marcas brasileiras. Dessa forma, o trabalho conclui que as Havaianas é uma marca brasileira de renome internacional, pois utiliza a ideia de “brasilidade” para a sua inserção no mercado internacional.

Concomitantemente, os programas do BNDES para a internacionalização de empresas brasileiras e o “Marca Brasil” ajudaram na criação imaginada das Havaianas como sendo uma marca efetivamente brasileira. Segundo dados jornalísticos, atualmente a marca Havaianas está presente em 117 países e tem centros de operação em 11 deles, como por exemplo, nos Estados Unidos e até mesmo na Bélgica.

As sandálias ocuparam um espaço que até então estava vazio no mercado mundial, e para isso, dois pilares foram fundamentais: ter feito sucesso no próprio país e entender os mercados locais para poder adaptar-se neles.

**Palavras-chave:** Havaianas; internacionalização empresarial; Marca Brasil; *marketing*.

## BOEING, CRISE DE 2019 E OS IMPACTOS DAS INTERVENÇÕES ESTATAIS

*Vítor Plácido dos Santos Peres; Gisele Freire Arruda de Souza*

*Jefferson Kelven de Souza Ferreira*

A crise que a empresa americana de aviação civil Boeing vem enfrentando no ano de 2019, após as tragédias envolvendo dois modelos da multinacional, e as subsequentes repercussões estatais perante esse desequilíbrio no cenário internacional, é o tema prospectado por essa pesquisa, considerando que este conteúdo aludido está sendo excepcionalmente debatido no âmbito das políticas econômicas.

Não é a primeira vez que Boeing enfrenta uma crise em decorrência de problemas com suas aeronaves, ocorre que a repercussão desta última alcançou status nunca antes visto. Além do notório impacto suportado pelos países que usufruíam do serviço ofertado e daí em diante devem assumir parte da culpabilidade em termos de reputação, há também a necessidade por parte das grandes massas em obter mais informações sobre os ocorridos e explicações aos abalados.

No entanto, o fato da empresa pressionar setores do governo americano mediante um *lobbying* maciço, financiar vultuosamente campanhas eleitorais através de doações individuais de funcionários da empresa, e empregar mais de cento e cinquenta e três mil pessoas, acaba por imobilizar setores do poder capazes de empreender pressões capazes de promover um regime mais consistente de *accountability*.

A justificativa para o desenvolvimento desse texto se fundamenta na importância de compreender os impactos de uma crise transescalar, em diferentes complexos regionais, por parte de uma empresa da envergadura da Boeing, que chama a atenção da opinião pública, estimulando o debate sobre os parâmetros qualitativos e quantitativos da aviação civil global, e, outrossim, gera impactos para no



próprio regime de sustentabilidade da empresa no mercado de aviação civil, em termos de competitividade.

O procedimento metodológico utilizado na presente pesquisa foi uma revisão bibliográfica de informativos disponíveis em sites especializados, e artigos científicos, bem como publicações periódicas. Os procedimentos de análise de dados foram de hermenêutica internacionalista e de análises conjunturais, alicerçada em um recorte teórico específico: o da interdependência complexa.

Para entender os primórdios desse desequilíbrio, é necessário expor as fatalidades que ocorreram recentemente com os modelos 737 Max da empresa. Em 28 de outubro de 2018 uma aeronave pertencente a companhia Lion Air caiu na Indonésia, deixando 189 mortos.

O desastre ocorrido com o modelo da empresa Boeing, que tinha apenas três meses de uso, repercutiu no mundo, e a investigação não chegou a um desfecho, deixando em aberto dúvidas perante a opinião pública, e outras companhias aéreas e investidores. A empresa se posicionou em nota afirmando que as investigações não cessaram, porém, as respostas concisas seriam tardias.

Todavia, recentemente, ocorreu o segundo desastre com um modelo semelhante da multinacional, em 10 de março de 2019 na Etiópia, causando a morte de 157 passageiros. Após essa tragédia, a comunidade começou a questionar a ausência de esclarecimentos das companhias e dos pilotos responsáveis pelo voo, principalmente devido a carência de informes sobre os sistemas de monitoramento e o sistema de aviso e sustentabilidade da aeronave.

No Brasil, a empresa teve uma queda de 4% de suas ações, causando impacto nas negociações já concluídas com outras companhias. A empresa também sofreu abalo no cenário europeu. A Agência de Segurança de Aviação da União Europeia, vetou todos os voos com o modelo B737 MAX por questões de segurança e dúvidas não esclarecidas sobre os últimos acidentes. Assim, 40 países proibiram operações com o 737 MAX e 25 companhias decidiram não mais permitir a decolagem com o modelo.

Dentre as companhias estavam a GOL (Brasil), Aerolíneas Argentinas, Aeroméxico e Air China. Existem quatro resultados que se esta pesquisa identificou, se tratando da problemática supracitada: primeiramente, com o impacto sofrido no sistema interno da empresa perante as fatalidades, o abalo de acordos comerciais com o Brasil desencadeou uma queda em suas ações.

Em segundo lugar, em decorrência das tragédias houve o impedimento de voos com o modelo dentro do complexo regional europeu, em terceiro, o choque na relações com outras companhias de outros complexos regionais, por excelência do complexo regional asiático. Finalmente, em quarto lugar, as dificuldades de se estimular um regime mais consistente de *accountability* por parte de players imobilizados por estruturas de lobby, leia-se, o governo americano.

Conclui-se que a empresa, mesmo estando em território desconhecido, aparenta estar ciente dos impactos que possam sobrevir, mesmo que sejam com respostas emergenciais, assim como, os países e companhias que zelam pela segurança de seus indivíduos. E que determinadas percepções estatais, articuladas em políticas públicas intervencionistas, de regulamentação do setor da aviação civil, podem eventualmente gerar impactos que podem comprometer a empresa a médio e longo prazo.

**Palavras-chave:** aviação civil; Boeing; crise; intervenção estatal; setor aéreo.

## **AJUSTE ECONÔMICO DOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO SOB ANÁLISE COMPARATIVA**

*Barbara Soares Gomes; Gisele Freire Arruda de Souza*

*Jefferson Kelven de Souza Ferreira*

Desde o ano de 2016 o Brasil tem passado por uma dupla crise política e econômica, que repercutiu numa agenda eleitoral e passa a se manifestar de forma latente nos governos subsequentes, governo Temer e Bolsonaro, os quais claramente tem adotado medidas ortodoxas de ajuste econômico no país. Com a nova gestão presidencial é possível verificar algumas características que remetem ao governo anterior.

A justificativa se fundamenta na ausência de estudos comparativos que apontam as políticas de ajustes nas agendas fiscais, de modo a identificar os elementos de continuidade e descontinuidade dentro dessas agendas do governo Temer e Bolsonaro. É importante evidenciar se existe alguma mudança brusca nas posturas, visando estabelecer um possível resultado às indagações mantidas à atual gestão presidencial.

O objetivo deste trabalho é analisar por meio de uma comparação direta entre as agendas da gestão do governo Temer, e do atual governo Bolsonaro na área de políticas econômicas, trabalhando com alguns pontos específicos com o enfoque na política monetária e fiscal, que materializam a estrutura da base ortodoxa.

A metodologia aplicada na pesquisa foi feita por meio de um recorte metodológico comparativo, exploratório, descritivo e explicativo em relação aos fins. Com relação aos meios é qualitativo. E quanto ao método é histórico dedutivo a partir de uma análise hermenêutica econômica. Os levantamentos de dados foram realizados com base em revisão bibliográfica, pesquisa em artigos, jornais, sites de notícias e nos sites oficiais do governo.

A partir de agosto de 2016, quando se iniciou o governo de Michel Temer, que o ex-presidente constituiu uma base de apoio

parlamentar capaz de aprovar suas reformas, algumas delas inclusive constitucionais. O foco principal da política econômica do governo Temer foi o reequilíbrio fiscal.

Então, o governo por meio da Emenda Constitucional 95, realizou um ajuste fiscal gradual com base no estabelecimento de um teto dos gastos no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Desse modo com a mudança da política econômica e das medidas adotadas, a porcentagem da dívida bruta caiu de 84,4% para 77% no mês de setembro.

A atual gestão presidencial que caminha para o seu primeiro semestre efetivo, ainda permanece contida em parte de suas propostas de reforma expostas em sua campanha. O debate da gestão está estabelecido na defesa da reforma da previdência, a qual o governo coloca em justificativa uma série de mudanças bruscas com objetivo de resolver problemas herdados dos últimos mandatos.

Em análise aos discursos do ministro da economia, nota-se com clareza os planos que o governo almeja adquirir ao decorrer do primeiro ano de gestão em uma agenda pró-mercado. Planos estes voltados para o mercado nacional, valorizando a manufatura interna e as empresas brasileiras, o que resultará numa abertura lenta e gradativa.

Porém, essas ações também se encontram dependentes das privatizações que ainda serão desenvolvidas com a abertura de portas para capitais estrangeiros implantados no país. Esse fator ainda está como proposta com resultado tardio e implica a necessidade de manutenção de portos, aeroportos e ferrovias para um sucesso de logística.

Seguindo a linha de suas propostas ainda não estabelecidas, o país se depara com o plano com corte de gastos, tida com a elaboração na redução de renúncias fiscais, que desencadeia a significativa diminuição no número de cargos, ações e gratificações. Além do objetivo de continuação da gestão de Temer, com 60 projetos para o programa de parcerias e investimentos (PPI).

Analistas apostam numa possível estabilidade no longo prazo e não descartam que com o crescimento do PIB de 1,23% preveem uma

queda na economia brasileira. E ainda, que a demora na efetividade das propostas do atual governo se dá pelo erro da não prioridade da Reforma Tributária, cuja ideia é concentrar os impostos sobre empresa, imposto sobre indústria e as transações financeiras em um só programa, o Imposto Único Federal (IUF).

Porém, essa medida é pouca citada nos discursos do presidente, que já chegou a afirmar que só será estruturada após a aprovação da reforma da previdência. A pesquisa encontrou três características que se mostram similares entre os dois governos. A primeira observada foi a reforma da previdência, considerando que já no governo anterior houve uma tentativa de estabelecê-la.

A segunda é o foco na redução de gastos públicos, uma vez que o governo Bolsonaro dá continuidade a essa política econômica. Por último, destaca-se o comprometimento tomado por Jair Bolsonaro em manter projetos do programa de parcerias e investimentos.

Além disso, constatou-se duas descontinuidades. Uma em relação à reforma tributária e outro aspecto em relação a configuração do Ministério da Economia e seus setores. Logo, depreende-se que houve mais aspectos de continuidades da política econômica do mandato anterior se comparado com os de divergência.

**Palavras-chave:** ajuste econômico; Brasil; governo Bolsonaro; governo Temer.

## O DESCOBRIMENTO DO PRÉ-SAL NO BRASIL E A RELAÇÃO COM A DOENÇA HOLANDESA

*Petra Santos Nascimento*

A revista *The Economist* cunhou o termo Doença Holandesa em 1977 para designar o processo de desindustrialização na Holanda nos anos 1960 e seus impactos nos demais setores da economia. A entrada de divisas internacionais no país, provenientes da comercialização do gás natural descoberto no Mar do Norte, levaram à valorização da moeda local (Florim) e, conseqüentemente, a diminuição da competitividade dos produtos de outros ramos produtivos no comércio exterior.

A doença holandesa foi notada em outros países que descobriram um recurso natural abundante comercializável, tendo como caso destaque a Venezuela, que passou a depender de importações para conseguir suprir as demandas da população após toda a sua economia voltar-se para a exploração do petróleo. A disponibilidade de rendas provenientes da exportação dos recursos naturais tornou mais conveniente comprar bens no exterior ao invés de produzi-los internamente.

A justificativa para o desenvolvimento do presente trabalho fundamenta-se na observação de que o Brasil incorre em situação de doença holandesa após a descoberta do pré-sal, momento pelo qual acaba repercutindo num processo de regressão da pauta produtiva em termos industriais após a valorização do câmbio e o boom de commodities que impactou outros setores da economia brasileira, desde o seu auge até a decadência.

Em vista disso, emerge o questionamento: quais são as conseqüências da entrada de capital internacional proveniente da exploração do pré-sal no Brasil e sua relação com a doença holandesa? Responder a essa pergunta é o objetivo dessa pesquisa que utiliza o procedimento metodológico histórico-dedutivo a partir do levantamento de dados e análise de artigos especializados com fins qualitativos.

O descobrimento do pré-sal foi um marco porque verificou-se uma enorme quantidade de petróleo existente que possibilitaria um aumento de valor às demais cadeias produtivas além de garantir uma segurança energética em caso de crise energética mundial. Sua descoberta no Brasil na primeira década após a virada do milênio gerou expectativas de um aumento da renda no setor em expansão, progressos técnicos, bem como uma valorização cambial.

A valorização do câmbio é um dos primeiros efeitos da intensificação da especialização produtiva intensiva e gera impactos na produção e comercialização dos bens exportáveis, pois os mesmos ficam mais caros com a entrada de capital externo no país e dificultam a competitividade no comércio exterior e, conseqüentemente, geram um processo de desindustrialização se não houver uma política cambial que contenha esses efeitos.

A diminuição dos empregos no setor industrial e consequente queda no PIB brasileiro, somado a outros fatores, assim como o aumento das importações para cobrir o acréscimo das demandas, são conseqüências da desaceleração industrial que refletem no âmbito nacional com o aumento do preço dos produtos e da taxa de câmbio num fenômeno conhecido como efeito gasto.

Esse crescimento decorrente diretamente ou indiretamente da arrecadação de *royalties* do petróleo somado ao boom do preço do barril fez o estado do Rio de Janeiro, local onde se concentra a exploração do recurso, viver sua época de ouro entre 2008 e 2013 quando o capital criado pelo setor se movimentava pelo estado. Entretanto, a bolha estourou entre 2014 e 2015, quando os preços dos barris despencaram e originaram uma forte crise no setor em muito tempo.

O capital dos *royalties* não foi investido no desenvolvimento de tecnologias ou aprimoramento da educação, assim como também não foi usado para aumentar as reservas e compensar as crises cíclicas deste setor no país. Os recursos foram usados para custear a máquina pública ao aumentar os gastos governamentais, pagar dívidas da União, pensões do serviço público estadual e também as aposentadorias, o que fez a situação do estado ficar mais delicada conforme o tempo.

Os resultados obtidos no estudo evidenciam a necessidade de compreender o problema da doença holandesa no âmbito do estado do Rio de Janeiro e a nível nacional, ao afetar os demais ramos produtivos do país além de neutralizar seus efeitos com políticas públicas. A diversificação da produção industrial é um meio de se evitar que essas crises cíclicas da variação dos preços internacionais afetem mais gravemente o país; a taxa cambial também exige um controle para não dificultar a comercialização no exterior.

Portanto, conclui-se que a grande dependência econômica de um único bem comercializável internacionalmente sem a diversificação da pauta produtiva gera grande fragilidade na economia e desemprego estrutural com a desindustrialização. Constatase que o Rio de Janeiro foi o estado mais afetado do país no que diz respeito a doença holandesa e seus impactos poderiam ter sido contidos se o capital resultante da exploração do pré-sal tivesse sido mais bem investido.

**Palavras-chave:** Brasil; doença holandesa; economia brasileira; pré-sal.



## **MARCOS HISTÓRICO-NORMATIVOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO: PERIODIZAÇÃO EVOLUTIVA DO DIREITO DO CONSUMIDOR NO BRASIL**

*Ronaldo Correia da Silva; Max André de Araújo Ferreira;*

*Elói Martins Senhoras*

Pouco se conhece a respeito do direito brasileiro antes da chegada dos portugueses. Nesse período os homens caçavam ou extraíam da floresta quase tudo o que era consumido. Isso leva a conclusão de que o comércio era praticamente inexistente e conseqüentemente as relações de consumo também.

O Direito do Consumidor, aparentemente, ainda não havia surgido. As sociedades indígenas organizavam as relações em uma principiologia avessa à usura. Não existia um direito, apenas um antecedente lógico do direito hoje vigente. Os valores de uso e de troca eram distintos dos atuais que regulados predominantemente pelo capitalismo.

A justificativa da presente pesquisa é essencial o estudo dos PROCON's no Brasil e os possíveis reflexos do ponto de vista econômico, político e social, a fim de despertar o surgimento de políticas públicas eficazes para fortalecer e proteger as relações de consumo e a atuação das instituições em análise.

O objetivo da pesquisa é descrever e analisar o avanço histórico do Direito do Consumidor no Brasil sob o prisma institucional e legal. Os procedimentos metodológicos da pesquisa caracterizam-se quanto aos fins, ao meio e aos métodos, respectivamente em histórico, teórico e dedutivo. Revisão bibliográfica e documental, a ser realizada na internet e em livros, portais eletrônicos governamentais e não governamentais.

A caracterização metodológica da presente pesquisa tem por natureza quanto aos fins à identificação de um estudo exploratório,

descritivo e explicativo. Quanto aos meios será qualitativo e quanto ao método empregado será histórico, teórico e dedutivo.

Os resultados alcançados revelam que no período compreendido entre a Monarquia a República Oligarca acerca da constituição de 1824, como marco normativo inicial no Brasil voltado apenas para a propriedade privada e o código comercial de 1850, destacando sua importância como um dispositivo primário de regulamentação das relações de consumo no Brasil.

Foi analisado o contexto dimensional do Código Comercial, bem como sua relevância para uma compreensão inicial sobre as estruturas elementares dos componentes existentes na relação de compra e venda tais como a noção de comprador, vendedor e objeto comercializado.

A primeira constituição pós monárquica, publicada em 1891, a qual, pela primeira vez faz referência aos temas relações comerciais (em seus artigos 7º e 35º) e consumo (em seu artigo 6º), fato nunca antes ocorrido no histórico de promulgação dos dispositivos legais no Brasil até então. Outro marco histórico foi o Código Civil de 1916, o qual mesmo entrando em vigor no período pós independência não trouxe grandes avanços no âmbito das relações de consumo.

Entretanto a partir da nova República, são observados os primeiros avanços com relação a repressão da usura e o abuso econômico (como foram os casos do Decreto Lei nº 869/1938 e a Lei nº 4.137/1962). A constituição de 1934 e sua vaga contribuição para evolução histórica do direito do consumidor, mas destaca-se o fato de em 1937 ter ocorrido um período de nacionalização econômica e significativa expansão do capitalismo.

O fator preponderante para o despertar de interesses de promulgação de dispositivos que despontassem a propulsão legislativa para a determinação de leis mais específicas sobre o direito do consumidor foram as altas taxas inflacionárias (tal como o salto de 24% para 92%) experimentadas pelo mercado brasileiro entre os anos de 1964 e 1967.

A partir deste período, destacam-se a Lei Federal 2.795/1956 (que culminou na promulgação da constituição de 1967), o surgimento do

CONDECON em 1974 no Rio de Janeiro, a Lei Federal nº 7.244/1984, a Lei Federal nº 7.347/85 (que trata da ação civil pública) e conseqüentemente o surgimento do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor em 1985.

No período a partir de 1988, é evidenciado o principal marco normativo que trata das relações de consumo e estabelece diretrizes específicas para o mercado, bem como determinações acerca dos direitos do consumidor. Fazendo com que a Constituição de 1988 seja a primeira promulgação em assembleia constituinte a expressar normas específicas em favor da defesa do consumidor.

Todavia o principal marco legiferante da história do Direito do Consumidor no Brasil é identificado pela criação do Código de Defesa do Consumidor a partir da Lei Federal 8.074/1990. Conclui-se que a partir do Código de Defesa do Consumidor em 1990 são inseridas, no arcabouço jurídico, mudanças nas relações de consumo por intermédio da criação de uma série de dispositivos legais, bem como previsão de organismos ou órgãos estatais e paraestatais de regulação no assunto não previstos anteriormente, cujas matrizes são marcadamente influenciadas pela evolução do Direito do Consumidor internacionalmente.

**Palavras-chave:** Brasil; Constituição; Direito do Consumidor; Procon.

## MARCOS HISTÓRICO-NORMATIVOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO APÓS 1988

*Ronaldo Correia da Silva; Max André de Araújo Ferreira;*

*Elói Martins Senhoras*

Com o advento da Constituição Federal de 1988, diversos princípios foram evidenciados de forma explícita ou outros implícita. Com maior ou menor grau que um ou outro tenha nas relações de consumo, certo é que de maneira conjuntural consolidam organicamente o Direito do Consumidor. Alguns dizem respeito às relações de consumo apenas de maneira reflexa, outros, no entanto, são específicos e/ou também foram previstos também no Código de Defesa do Consumidor.

Considerando que a Constituição Federal é a norma base do ordenamento brasileiro e que a de 1988 é a primeira a tratar o tema expressamente, Carvalheira (2014) entende que esse fator promoveu o surgimento dos mecanismos de defesa e posterior elaboração do Código de Defesa do Consumidor. Essa inovação permitiu o surgimento de um sistema de órgãos que devem atuar e integrar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Diante ao exposto, a justificativa da presente pesquisa é essencial o estudo dos PROCON's no Brasil e os possíveis reflexos do ponto de vista econômico, político e social, a fim de despertar o surgimento de políticas públicas eficazes para fortalecer e proteger as relações de consumo e a atuação das instituições em análise. O objetivo da pesquisa é descrever e analisar o avanço histórico do Direito do Consumidor no Brasil sob o prisma institucional e legal.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa caracterizam-se quanto aos fins, ao meio e aos métodos, respectivamente em histórico, teórico e dedutivo. Revisão bibliográfica e documental, a ser realizada na internet e em livros, portais eletrônicos governamentais e não governamentais. A caracterização metodológica da presente pesquisa tem

por natureza quanto aos fins à identificação de um estudo exploratório, descritivo e explicativo. Quanto aos meios será qualitativo e quanto ao método empregado será histórico, teórico e dedutivo.

Os resultados alcançados revelam que no período pós constituição de 1988, é evidenciado o principal marco normativo que trata das relações de consumo e estabelece diretrizes específicas para o mercado, bem como determinações acerca dos direitos do consumidor, fazendo com que a Constituição de 1988 seja a primeira promulgação em assembleia constituinte a expressar normas específicas para o consumidor.

Quanto as estas referências expressas, são observadas suas evidências no inciso XXXII do art. 5º, no inciso V do art. 170 e no art. 48 do ato das disposições transitórias, além do inciso VIII do art. 24, parágrafo 5º do art. 150, parágrafo único do art. 175 e parágrafo 4º do art. 24. Outro fator relevante com relação a Constituição de 1988 está fundamentado na caracterização principiológica do direito do consumidor, encontrada no texto constitucional explícita ou implicitamente.

Todavia o principal marco legiferante da história do direito do consumidor no Brasil é identificado pela criação do CDC a partir da Lei 8074/1990 de 11 de setembro de 1990. Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, foi desenvolvida uma abordagem qualitativa sobre este, bem como sua caracterização axiológica (trazendo uma concepção dos valores defendidos pelo CDC), normativa (flexionando aspectos de causa e efeito através dos dispositivos estabelecidos) e fática (com a criação do SNDC).

Conclui-se que a partir do Código de Defesa do Consumidor em 1990 inserem-se no arcabouço jurídico mudanças nas relações de consumo por intermédio da criação de uma série de dispositivos legais, bem como previsão de organismos ou órgãos estatais e paraestatais de regulação no assunto, cujas matrizes são marcadamente influenciadas pela evolução do Direito do Consumidor internacionalmente.

**Palavras-chave:** Brasil; Constituição; Direito do Consumidor; Procon.

# **AUTORES**

---



## AUTORES

Adriana Roseno Monteiro

Amanda Iane Gomes Barros  
Palácio

Amanda Pereira

Ana Caroline Gomes dos Santos

Ana Cláudia Batista Lima Souza

Ana Neiva do Nascimento  
Morais

André Andriw Silva da Silva

Andre Pereira Triani

Ariag Munila Ferreira Costa

Barbara Soares Gomes

Bruna Rebeca de Sousa Corrêa

Bruna Wendy Mendonça Cortez

Cândida Alzira Bentes de  
Magalhães Senhoras

Danielle Silva Souza

Débora Fontoura

Dhalila Cruz da Silva

Edson Juan Ferreira Nascimento

Elenice Lima da Silva

Eliseu Adilson Sandri

Eliziane de Sousa Araújo

Elói Martins Senhoras

Élysson Bruno Fontenele de  
Albuquerque

Fábio Gonçalves de Almeida

Felipe Alves Evangelista

Francisleile Lima Nascimento

Gabriel Italo Fernandes Pinheiro

Gilberto Pivetta Pires

Giovani Calerri dos Santos Pena  
Júnior

Giovani de Oliveira

Giovanna Lacerda

Gisele Freire Arruda de Souza



## AUTORES

Gisele Gabriela

Gleyciane Malinowski Saldanha

Iara Loureto Calheiros

Jefferson Kelven de Souza  
Ferreira

Jéssica Maria Soares da Costa

João Carlos Jarochinski Silva

João Victor da Costa Alecrim

Jocelyne Eni Olo

Jonatha Melo

Jordana de Souza Cavalcante

José Victor da Costa Alecrim  
Neto

Karina Coelho Pires

Karla Priscila Vale de Sousa

Kathlen Rafaella da Silva

Laryssa Natália Andrade Silva

Lisa Stephane Sousa Barbosa

Igor Bruno Carramanho de  
Azevedo

Jainne Gomes de Melo Sampaio  
dos Santos

Lorena Vasconcelos Moraes

Marcelo Lima Nogueira

Márcia Teixeira Falcão

Marcos Antônio Braga de  
Freitas

Marcos de Lima Gomes

Maria Beatriz Souza Martínez

Maria Clara Campos

Maria de Nazaré Dias Macêdo

Mariana Uchoa

Max André de Araújo Ferreira

Melvin Jones Souza Amorim

Nathalie de Azevedo Kjaer

Nicholas Martins

## AUTORES

Nikson Dias de Oliveira

Rony Coffi Cedric Gbedo

Norman Roy Estrada Galdamez

Rosimeire de Queiroz Lopes

Patricia Araujo de Oliveira

Rui Machado Junior

Paulina Onofre Ramalho

Sammuel Felipe Chagas de  
Souza

Paulo Alves Bezerra Segundo

Shaline Ram Uchôa

Paulo Henrique Rodrigues da  
Costa

Silvana Borghi Gandur Pigari

Paulo Russo Segundo

Simone Batista

Petra Santos Nascimento

Tamara Moura Chaveco

Renata Alves da Costa

Thomé Bayma Oestreicher

Renata Souza Menezes

Waltencir Barroso Simão

Rithelly Lobato Lima

Vítor Plácido dos Santos Peres

Roman Maciel

Vitoria Maielo Barreto Machado

Ronaldo Correia da Silva



# **COLEÇÃO**

---

Comunicação & Políticas Públicas



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção “Comunicação & Políticas Públicas” e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 100 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail [nupsbooks@gmail.com](mailto:nupsbooks@gmail.com) três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

### **Coleção “Comunicação & Políticas Públicas”**

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.



+ 55 (95) 981235533 /



[nupsbooks@gmail.com](mailto:nupsbooks@gmail.com)



[www.livroeletronico.net](http://www.livroeletronico.net)

